

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
(IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)**

LAISE NUNES DA CONCEIÇÃO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a
Formação Humana Integral**

Parnaíba-PI

2025

LAISE NUNES DA CONCEIÇÃO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a
Formação Humana Integral**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, *Campus* Parnaíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jalva Lilia Rabelo de Sousa

Parnaíba-PI

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Conceição, Laise Nunes da

C744h

História e memória da educação profissional e tecnológica no Piauí: o IFPI – Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a formação humana integral / Laise Nunes da Conceição. — 2025. 165 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2025. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jalva Lília Rabelo de Sousa.

1.Educação profissional e tecnológica. 2. História – Memória. 3. Formação humana integral. I.Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Micheline Angélica Aragão Gouveia CRB 3/1244

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
(IFPI)

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

LAISE NUNES DA CONCEIÇÃO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO
PIAUI: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a
Formação Humana Integral**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, *Campus* Parnaíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 13/01/2025.

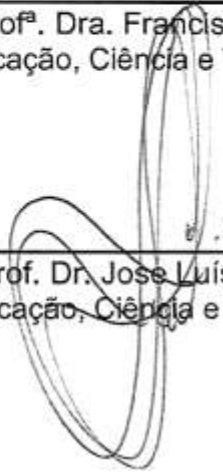
COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JALVA LILIA RABELO DE SOUSA
Data: 23/01/2025 14:06:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^a. Dra. Jalva Lilia Rabelo de Sousa (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA RAQUEL DA COSTA
Data: 23/01/2025 14:34:12-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^a. Dra. Francisca Raquel da Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (Examinadora Interna)


PROF. DR. JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA E SILVA
PRÓ-REITOR DE PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
IFPI

Prof. Dr. José Luís de Oliveira e Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (Examinador Externo)

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
(IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

LAISE NUNES DA CONCEIÇÃO

E-book Instituto Federal do Piauí - Campus Angical do Piauí: trajetória e contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, *Campus Parnaíba*, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 13/01/2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 JALVA LILIA RABELO DE SOUSA
Data: 23/01/2025 14:06:51-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

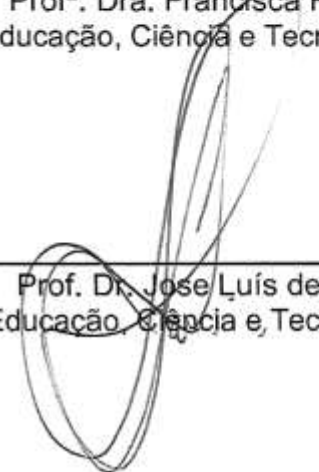
Prof^a. Dra. Jalva Lilia Rabelo de Sousa (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCA RAQUEL DA COSTA
Data: 29/01/2025 14:35:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof^a. Dra. Francisca Raquel da Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (Examinadora Interna)

PROF. DR. JOSÉ LUÍS DE OLIVEIRA E SILVA
PRÓ-REITOR DE PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
IFPI

Prof. Dr. José Luís de Oliveira e Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (Examinador Externo)



A Deus, pelo cuidado, amparo e direcionamento.
Aos meus pais, Francisco e Ilaide, pois graças ao seu esforço e
amor eu consegui chegar até aqui.
Ao meu marido Rafael, pelo amor e companheirismo.
À minha filha Valentina, que me ensina, a cada dia, a ser uma
pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo cuidado e direcionamento durante a minha vida e por ter me permitido chegar até aqui.

Aos meus pais, Francisco e Ilaide, pela dedicação, amor e amparo durante toda a minha vida.

Ao meu marido Rafael, pelo cuidado, companheirismo e por partilhar comigo este sonho e ter contribuído para a sua realização.

À minha filha Valentina, por existir em minha vida, pelo o amor e por compreender, mesmo sendo tão pequena, as minhas ausências durante estes quase dois anos.

À minha sobrinha, Nicolly, pelo amor e carinho.

À Família Batista: Meus sogros Nonata e João; cunhados e sobrinhos. Cada um, a sua maneira, contribuiu para o alcance deste objetivo.

À minha orientadora, Prof. Dra Jalva Lilia Rabelo de Sousa, pelos ensinamentos, dedicação e disponibilidade em me ajudar durante este processo. `

À Diretora-Geral do IFPI Campus Angical do Piauí e amiga, Samara Viana, pelos ensinamentos, incentivo e presteza em me ajudar sempre que preciso.

Ao Diretor de Ensino do IFPI Campus Angical do Piauí, Daniel Ribeiro e ao ex-Diretor-Geral do IFPI Campus Angical do Piauí, Rogério Azevedo, pessoas com quem pude contar durante esta caminhada.

À minha amiga, Carina Pires, pela presteza e amizade sincera.

Aos servidores e amigos do IFPI Campus Angical do Piauí.

Aos alunos e amigos da turma de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Campus Parnaíba-PI, pelo apoio e companheirismo, em especial a Liliane, Bruna, Meiriam e James, pelo compartilhamento de vivências, apoio nos momentos de angústias e amizade.

Aos participantes desta pesquisa, por confiarem a mim suas memórias e percepções e contribuírem para a realização deste objetivo.

Aos professores da Banca de Qualificação, Prof. Dra. Francisca Raquel da Costa e Prof. Dr. Jose Luís de Oliveira e Silva, pelas valiosas contribuições oferecidas à pesquisa.

Aos Docentes deste programa, pela dedicação e compartilhamento de conhecimentos durante as aulas e sempre que solicitados.

Às muitas pessoas com quem pude contar durante este processo.

RESUMO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estabeleceram uma nova conjuntura para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Ao articular educação, trabalho, ciência e tecnologia, materializados por meio do ensino, da pesquisa e da extensão em harmonia com os Arranjos Produtivos Locais, esta nova conjuntura vem contribuindo para a democratização do acesso ao ensino e para a inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho por meio de uma formação mais abrangente e humana consoante aos pressupostos da Formação Humana Integral. Para conhecer a trajetória dessas instituições é essencial compreender a sua história e a sua memória. O ambiente educacional é um espaço importante para o compartilhamento de vivências e experiências essenciais para a construção da identidade social do ser humano, por meio do estímulo à reflexão sobre si e sobre a sociedade que se quer construir. Nesta pesquisa realizou-se um estudo histórico e memorístico sobre o Campus Angical do Piauí do Instituto Federal de Educação, Ciência, Tecnologia do Piauí. O estudo está vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, e concentra-se no macroprojeto 4, intitulado História e memórias no contexto da EPT. O objetivo geral da pesquisa foi compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral no período de 2010 a 2024, por meio da história e da memória do IFPI-Campus Angical do Piauí. Para tanto, utilizou-se uma metodologia de natureza qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, no formato de estudo de caso e de narrativas apoiadas na História Oral. Os resultados da pesquisa demonstram que a instituição está atuando de modo a contribuir para a formação humana de seus estudantes e para o desenvolvimento local e regional. Diante dos resultados, desenvolveu-se o E-book “Instituto Federal do Piauí - Campus Angical do Piauí: trajetória e contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense” com vistas a materializar a memória do Campus e apresentar as contribuições da instituição para o seu entorno.

Palavras-chave: História, Memória; Formação Humana Integral; Campus Angical do Piauí; História Oral; PROFEPT.

ABSTRACT

The Federal Institutes of Education, Science and Technology have established a new context for Professional and Technological Education in Brazil. By articulating education, work, science and technology, materialized through teaching, research and extension in harmony with the Local Productive Arrangements, this new context has contributed to the democratization of access to education and to the insertion of young people and adults into the world of work through a more comprehensive and humane education in accordance with the assumptions of Integral Human Formation. To understand the trajectory of these institutions, it is essential to understand their history and their memory. The educational environment is an important space for sharing experiences and experiences essential for the construction of the social identity of the human being, by stimulating reflection on oneself and on the society that one wants to build. This research conducted a historical and memorial study on the Angical Campus of Piauí of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí. The study is linked to the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education, and focuses on macroproject 4, entitled History and memories in the context of EPT. The general objective of the research was to understand the contributions of EPT to comprehensive human development from 2010 to 2024, through the history and memory of IFPI-Campus Angical do Piauí. To this end, a qualitative methodology was used, descriptive and exploratory, in the format of a case study and narratives supported by Oral History. The results of the research demonstrate that the institution is acting to contribute to the human development of its students and to local and regional development. In view of the results, the E-book "Federal Institute of Piauí - Angical Campus of Piauí: trajectory and contributions to the Microregion of Médio Parnaíba Piauiense" was developed with a view to materializing the memory of the Campus and presenting the institution's contributions to its surroundings.

Keywords: History, Memory; Comprehensive Human Development; Campus Angical do Piauí; Oral History; PROFEPT.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 -	Distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino de EPT em 2005	34
Figura 2 -	Nova configuração da Rede de EPT após Fase II da expansão	35
Figura 3 -	Rede Federal de EPT em 2023	37
Figura 4 -	Alunos da Oficina de Marceneiros da Escola de Aprendizes Artífices (1913)	40
Figura 5 -	Escola Industrial de Teresina (1945)	42
Figura 6 -	Fachada da Escola Técnica Federal do Piauí (1970)	43
Figura 7 -	Alunos no curso de mecânica (1971)	43
Figura 8 -	Construção do Edifício B do CEFET/PI, atual Campus Teresina-Central em 2000	46
Figura 9 -	Campus Teresina-Central antigo CEFET/PI	47
Figura 10 -	Logomarcas da instituição	48
Figura 11 -	Sede da Reitoria do IFPI	50
Figura 12 -	Campi do IFPI (2024)	51
Figura 13 -	Linha do tempo do processo de expansão do IFPI	53
Figura 14 -	Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí	70
Figura 15 -	Etapas da pesquisa	73
Figura 16 -	Grupos dos participantes da pesquisa	74
Figura 17 -	Descrição dos participantes da pesquisa por grupo	75
Figura 18 -	Categorias e subcategorias	77
Figura 19 -	Mapa da Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense	81
Figura 20 -	Planta da UNED/ANGICAL	85
Figura 21 -	Linha do tempo do processo de implantação do campus	87
Figura 22 -	Vista aérea do campus	89
Figura 23 -	Quantidade de servidores do campus por titulação	90
Figura 24 -	Oferta de cursos	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Marcos regulatórios da EPT no Brasil	38
Quadro 2 -	Oferta de cursos profissionalizantes pela rede estadual de ensino	45
Quadro 3 -	Oferta de cursos de graduação e pós-graduação	47
Quadro 4 -	Resumo dos principais eventos	48
Quadro 5 -	Quantitativo de servidores do IFPI por titulação	53
Quadro 6 -	Tipos e quantidades de cursos no IFPI	55
Quadro 7 -	Territórios de desenvolvimentos piauienses e campi do IFPI	71
Quadro 8 -	Descrição das entrevistas realizadas	76
Quadro 9 -	Matrículas, Docentes e Estabelecimento de ensino	81
Quadro 10 -	Melhorias na infraestrutura após inauguração	88
Quadro 11 -	Diretores-Gerais do campus	88
Quadro 12 -	Informações sobre os primeiros cursos ofertados	91
Quadro 13 -	Identificação dos participantes	101
Quadro 14 -	Descrição da Categoria Desenvolvimento local e regional	102
Quadro 15 -	Descrição da Categoria Localização Estratégica	106
Quadro 16 -	Quantitativo de alunos não oriundos da Microrregião do Médio Parnaíba	108
Quadro 17 -	Descrição da Categoria Democratização do Ensino	110
Quadro 18 -	Descrição da Categoria Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão	115
Quadro 19 -	Descrição da Categoria Formação Humana Integral	121
Quadro 20 -	Respostas dos participantes no processo avaliativo do E-Book.....	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Oferta de vagas do IFPI em 2024	54
Gráfico 2 -	Projetos de extensão por área temática em 2023	58
Gráfico 3 -	Projetos, Programas e Oficinas por campus	58
Gráfico 4 -	Renda <i>Per Capita</i> do Município 2010 a 2021	82
Gráfico 5 -	Composição do PIB em do município de Angical do Piauí em 2021	83
Gráfico 6 -	Quantidade de alunos por município em 2010 e 2024	94
Gráfico 7 -	Projetos de Pesquisas por área do conhecimento	95
Gráfico 8 -	Projetos de pesquisa por Editais de fomento	96
Gráfico 9 -	Projetos de pesquisas executados ou em execução no período de 2015 a 2023	97
Gráfico 10 -	Projetos de extensão por área temática	99
Gráfico 11 -	Projetos de extensão concluídos ou em execução no período de 2017 a 2024	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
APL	Arranjo Produtivo Local
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAAPÍ	Escolas de Aprendizizes e Artífices do Piauí
EAD	Educação a Distância
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFPI	Escola Técnica Federal do Piauí
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
LIP	Liceu Industrial do Piauí
MEC	Ministério da Educação
NEABI	Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiro e Indígenas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIC/JR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Junior
PNAD	Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
POLAE	Política de Assistência Estudantil

PROAGRUPAR	Programa de incentivo à pesquisa, estruturação e reestruturação de infraestrutura laboratorial
PRODOUTORAL	Programa de Formação Doutoral Docente
PROFEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROTEC	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
UFPI	Universidade Federal do Piauí
TCLE	Termo de consentimento Livre e Esclarecido
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO À LUZ DA LITERATURA EXISTENTE.....	22
2.1.1 História Oral e a construção da identidade social	27
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E NO PIAUÍ: DO ASSISTENCIALISMO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO.	30
2.2.1 Marcos regulatórios da EPT no Brasil	30
2.2.2 História da Educação Profissional e Tecnológica no Piauí: da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	40
2.2.3 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí e a expansão da EPT no Estado do Piauí	49
2.3 OS INSTITUTOS FEDERAIS E A NOVA CONJUNTURA DA EPT	59
2.3.1 A tríade Pesquisa, Ensino e Extensão como caminho para a Formação Humana Integral	59
2.3.2 A implantação e a atuação dos IFs como propulsoras do desenvolvimento local e regional	65
3. METODOLOGIA.....	71
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	72
3.2 PARTICIPANTES, INSTRUMENTAL E CATEGORIAS	74
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	77
3.4 RISCOS E BENEFÍCIOS DA PESQUISA	78
3.5 ASPECTOS ÉTNICOS E LEGAIS DA PESQUISA	79
4. ESTUDO DE CASO: O CAMPUS ANGICAL DO PIAUÍ	80
4.1 O MUNICÍPIO DE ANGICAL DO PIAUÍ E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS	80
4.2 ATIVIDADES DE ENSINO	91
4.3 ATIVIDADES DE PESQUISA	94
4.4 ATIVIDADES DE EXTENSÃO	98

5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	101
5.1 CATEGORIA 1: DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	101
5.2 CATEGORIA 2: LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA	106
5.3 CATEGORIA 3: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO	110
5.4 CATEGORIA 4: ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	115
5.5 CATEGORIA 5: FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL	121
6. PRODUTO EDUCACIONAL	126
6.1 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	129
6.2 VALIDAÇÃO	132
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EGRESSOS	144
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ALUNOS	145
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA SERVIDORES	146
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA COMUNIDADE	147
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA SERVIDORES	148
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA COMUNIDADE	151
APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA EGRESSOS E ALUNOS MAIORES DE IDADE	154
APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS MENORES DE 18 (DEZOITO) ANOS	157
APÊNDICE I - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) PARA OS ALUNOS MENORES DE IDADE	160
APÊNDICE J - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	163

1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil acompanhou o processo de desenvolvimento do país sofrendo influências principalmente dos segmentos econômico e social. Pode-se afirmar que as transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil conceberam a EPT. Se em sua gênese permeava o caminho de assistência aos menos afortunados, no decorrer de sua história esteve atrelada a vários projetos governamentais, notadamente no que tange a conjuntura econômica de cada época.

Neste sentido, a EPT promovia uma formação para o trabalho, cujo objetivo era atender as exigências do mercado que gradativamente se consolidava no país. Esta formação para o trabalho destinava-se à parcela segregada da população, aos menos oportunizados, desencadeando uma dualidade na educação brasileira, conforme procedência e classe social. A Educação brasileira é marcada por essa dualidade, onde ensino propedêutico regular e superior é destinado à elite e às classes dominantes e ensino técnico e profissional aos menos favorecidos.

Por meio de grupos de pesquisadores, os quais desenvolveram estudos que demonstram a importância da EPT para os diferentes segmentos que sustentam o desenvolvimento do país, novas perspectivas surgiram quanto a essa modalidade de ensino, concebendo novas conjunturas que progressivamente contribuíram para torná-la parte integrante da educação brasileira e por conseguinte para a democratização do ensino por meio da educação em sua totalidade, possibilitando ao estudante escolher o caminho a seguir, ao tempo que lhe proporciona uma formação completa e emancipatória.

Dentre essas novas conjunturas, têm-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Esta nova organização é considerada uma conquista para a EPT no que tange a relação entre EPT e formação humana integral. Pautados nos pressupostos da formação humana integral, os IFs surgiram com a proposta de unir educação, trabalho, ciência e tecnologia em um único local, materializados em ensino propedêutico, técnico e tecnológico atrelados à pesquisa e à extensão, possibilitando ao estudante diferentes experiências e perspectivas, ao tempo que proporciona a

formação de cidadãos críticos e livres por meio do conhecimento e contribui para o combate às desigualdades estruturais de diversas ordens.

Desde a criação, os IFs estão presentes em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, atuando em articulação com diversos municípios brasileiros em harmonia com os arranjos produtivos locais e ofertando educação pública de forma interligada aos diferentes níveis de ensino. Ademais, esta nova institucionalidade promove a interação entre a instituição e comunidade, desempenhando um papel importante para o desenvolvimento local e regional e para a formação de profissionais para o mundo do trabalho.

Dentre as diversas unidades criadas por meio da referida lei, tem-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), cuja abrangência em 2024 alcança todas as regiões do Estado através de 20 campi e uma Reitoria. Ocupando um espaço essencial na história da EPT no Piauí, assim como ocorre em âmbito nacional, o IFPI trouxe uma reorganização para educação piauiense ao ofertar educação gratuita para jovens e adultos das diferentes classes sociais e propiciar a sua inserção no mundo do trabalho, cuja consequência é uma formação humana e mais completa principalmente para os oriundos de parcelas segregadas da população piauiense. Dentre estes campi, escolheu-se o Campus Angical do Piauí como lócus deste estudo, com vistas a compreender a sua atuação face ao novo arranjo da EPT estabelecido com a criação dos IFs.

Dito isto, este estudo versa sobre a história do Campus Angical do Piauí, a partir da perspectiva da memória das pessoas que fizeram ou fazem parte da instituição, com o intuito de conhecer as contribuições da EPT para a formação humana integral de seus estudantes e egressos. Em 2024, o Campus possui 14 anos de fundação e durante mais de uma década tem contribuído para a melhoria de vida de diversos jovens e adultos da Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, ofertando educação profissional e tecnológica nas formas integrada ao ensino médio, concomitante e subsequente, além de Graduação e Pós-Graduação.

O ambiente educacional é um espaço repleto de vivências e experiências que nem sempre podem ser encontradas em registros oficiais, por isso, torna-se essencial conhecer como ocorre a articulação entre história, memória e educação, uma vez que narrativas provenientes da memória de pessoas que compõem a instituição podem constituir um conjunto de informações relevantes sobre o seu percurso histórico.

Mas o que me trouxe até aqui? Narrar é o ato de externar memórias. Uso esse espaço para narrar um pouco da minha trajetória e como ela se vincula à temática estudada.

Sou natural da cidade de São Gonçalo do Piauí, uma cidadezinha que tem pouco mais de cinco mil habitantes, localizada na Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense. A Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense é constituída por vários municípios pequenos, em território e população, com localizações próximas, e que gradativamente emanciparam-se. Filha de lavrador e empregada doméstica, toda a minha educação básica foi em escola pública, levando-me a conviver com as dificuldades e as necessidades que as escolas públicas daquela época enfrentavam (e ainda enfrentam atualmente, mesmo com muitas melhorias conquistadas no decorrer dos anos), a saber: necessidade de formação de professores, falta de livros didáticos, estrutura precária das escolas, falta de merenda escolar, dentre outros.

Ainda na adolescência recordo-me dos rumores a respeito da “nova escola federal” que seria instalada no município de Angical do Piauí, o que me fez refletir e lamentar por ter passado a minha vez e não poder desfrutar de um ensino médio de qualidade. Entretanto, ao mesmo tempo, me deixou entusiasmada pois, era um grande oportunidade para as próximas gerações. Passei então a internalizar a ideia que iria trabalhar na nova instituição e comecei a investir neste objetivo.

Mesmo com as consequências de um ensino médio precário, consegui a aprovação para o curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2009, levando-me a morar em Teresina, capital do Piauí, por alguns anos, mesmo tendo que enfrentar algumas dificuldades para permanecer na instituição, o que me fez, alguns anos depois, sacrificar o curso para seguir o caminho dos concursos públicos.

Em 2010, durante a segunda fase do processo de expansão e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, ocorreu a inauguração do Campus Angical do Piauí. O Campus trouxe entusiasmo e expectativas para a população da microrregião que careciam de uma instituição que ofertasse educação gratuita e de qualidade para os jovens e adultos, e alimentou a minha motivação de retornar para a minha cidade como servidora da instituição. O que aconteceu no ano de 2015, quando ingressei na instituição como Assistente em Administração e retornei à residir na cidade de São Gonçalo do Piauí.

Durante esses anos em que atuo na instituição vejo muitas vidas sendo transformadas. Muito jovens expandindo seus horizontes e perspectivas. Muitas famílias orgulhosas e carregadas de esperanças, pois seus filhos não teriam condições de se deslocarem para a capital. Sinto-me atingida pela instituição, pois eu sou um desses jovens no qual teve a vida transformada e sinto-me orgulhosa por constituir, como servidora, a história da instituição.

Diante disso, senti a necessidade de realizar este estudo e de contribuir para que a história da instituição possa estar registrada e disponível para a comunidade acadêmica e comunidade do entorno, ao tempo que percebo a importância de materializar as percepções das pessoas, que assim como eu, carregam memórias da instituição. Ademais, este estudo fez-se necessário pois o Campus não dispõe de um estudo que registre a sua história, sobretudo na perspectivas das pessoas que construíram e constroem esta história.

Comporta-se afirmar, portanto, que além da contribuição pessoal, com já exposto anteriormente, este estudo possui contribuições relevantes para os aspectos acadêmico e social. Quanto ao aspecto acadêmico acredita-se que este estudo articulado ao Produto Educacional servirá de subsídio para a prática docente e administrativa do Campus, visto que evidencia, por meio de narrativas, as contribuições da EPT para a formação humana integral de seus estudantes, assim como traz um apanhado de informações sobre a EPT em âmbito nacional e estadual, podendo constituir o conjunto de materiais a ser abordado em sala de aula.

No que tange ao aspecto social, são apresentadas informações relevantes que validam as contribuições que a instituição vem proporcionando face ao seu objetivo. Notadamente, através das narrativas e de dados obtidos durante a pesquisa, é possível evidenciar a importância da atuação do campus para o desenvolvimento do município de Angical do Piauí e para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense. Evidencia-se ainda a formação de sujeitos críticos, mudanças ocorridas na vida das pessoas e inserção de profissionais no mundo do trabalho. Essas informações revelam que a instituição está cumprindo o seu papel social perante à comunidade atingida.

Destaca-se ainda que o estudo revela que os princípios norteadores da EPT estão subsidiando a prática da instituição, especialmente, quando trata-se da formação humana integral de seus estudantes, em conformidade com Resolução

CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

O estudo está vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica, e concentra-se no macroprojeto 4, intitulado História e memórias no contexto da EPT. Tem-se como objetivo geral compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral no período de 2010 a 2024, por meio da história e da memória do IFPI-Campus Angical do Piauí, baseado no seguinte questionamento: Como a história e a memória do IFPI-Campus Angical do Piauí evidencia as contribuições da EPT para a formação humana integral?

Quanto aos objetivos específicos, este estudo objetivou investigar o processo histórico e a memória do IFPI-Campus Angical do Piauí como instituição formadora de EPT nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, no período de 2010 a 2024; conhecer, por meio de narrativas, as contribuições da EPT para a formação intelectual, acadêmica e profissional de seus estudantes e egressos; e desenvolver um Produto Educacional, na forma de E-book, que materialize a memória da Instituição.

Com vistas a atingir os objetivos propostos, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, no formato de estudo de caso e utilizou-se pesquisa documental e entrevistas como instrumento de coleta de dados. Quanto a pesquisa documental, procedeu-se a análise de documentos patrimoniais, Portarias, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Relatórios de Gestão; Plano de Integridade do IFPI, Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados pelo Campus, Projetos de Extensão, de Pesquisa e de Ensino, relatório de alunos, além de portfólio organizado pela comissão responsável pelo Memorial do Campus.

As narrativas foram conduzidas pelos pressupostos da História Oral e utilizou-se o método de Análise de Conteúdo de Bardin (2016) na análise dos dados. Após finalização da dissertação e de posse dos dados oriundos da pesquisa, desenvolveu-se o E-book como produto educacional intitulado: Instituto Federal do Piauí - Campus Angical do Piauí: trajetória e contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense.

A dissertação está estruturada em sete seções. Na primeira tem-se a Introdução. A segunda seção trata-se do referencial teórico da pesquisa abordando os seguintes temas: História, Memória e Educação: uma breve contextualização à luz da literatura existente; Narrativas e História oral; Educação Profissional e Tecnológica

no Brasil e no Piauí: do assistencialismo à democratização do ensino; Marcos regulatórios da EPT no Brasil; História da Educação Profissional e Tecnológica no Piauí: da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí; O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí e a expansão da EPT no Estado do Piauí; Os Institutos Federais e a nova conjuntura da EPT; A tríade Pesquisa, Ensino e Extensão como caminho para a Formação Humana Integral; e A implantação e a atuação dos IFs como propulsoras do desenvolvimento local e regional.

A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo os temas: Caracterização da pesquisa; Participantes, instrumental e categorias; Procedimentos metodológicos do Produto Educacional; Riscos e benefícios da pesquisa; e Aspectos étnicos e legais da pesquisa. Na seção 4 é apresentado o estudo de caso da pesquisa, dividido em: O Município de Angical do Piauí e o processo de implantação do Campus; Atividades de Ensino; Atividades de Pesquisa; e Atividades de Extensão.

Na quinta seção é realizada a análise das entrevistas por meio das categorias: Desenvolvimento local e regional; Localização estratégica; Democratização do ensino; Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão; e Formação Humana Integral. Na sexta seção são apresentados os procedimentos do E-book, correspondente ao produto Educacional vinculado à pesquisa, quanto às etapas de elaboração, aplicação e validação.

Por fim, a sétima seção aborda as Considerações finais da dissertação. Em seguida tem-se as referências utilizadas como aporte teórico ao estudo, e os apêndices

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é apresentado o referencial teórico que fundamenta este estudo, contendo discussões sobre temas relevantes para a ambientação do leitor. Os temas discutidos envolvem história, memória e educação, narrativas e história oral, Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e no Piauí, Os Institutos Federais e a nova conjuntura da EPT, formação humana integral, e a implantação e a atuação dos IFs como propulsoras do desenvolvimento local e regional.

2.1 HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO À LUZ DA LITERATURA EXISTENTE

As discussões em torno dos temas história e memória por vezes podem desencadear interpretações distorcidas quanto aos conceitos e aos seus fundamentos. O primeiro aspecto a ser entendido é que história e memória não são sinônimos, mas devem ser compreendidas de modo que suas características, funções e limitações possam contribuir para a compreensão do passado e do presente.

Nora (1993, p. 9) salienta que história “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, ao tempo que memória “é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. A memória é construída naturalmente enquanto a história carece de análise crítica de evidências documentais e limita-se às relações de acontecimentos de forma contínua ao longo do tempo (Nora, 1993).

A história é frequentemente compreendida com uma disciplina acadêmica projetada para interpretar, organizar e construir acontecimentos passados utilizando-se de métodos rigorosos na análise de evidências materiais. Por outro lado, a memória é intrínseca às pessoas, é constituída por lembranças e interpretações individuais ou coletivas de acontecimentos passados, muitas vezes carregadas de subjetividades e emoções. A história é construída de forma planejada, enquanto a memória surge em consequências de vivências e experiências.

Assim, a memória é desenvolvida através de lembranças de momentos ocorridos no passado. Os indivíduos trazem consigo momentos que, em sua maioria, não estarão em documentos oficiais. Le Goff (1990, p. 423) destaca que “a memória nos remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”. Nesse contexto, o autor leva-nos a compreender a memória sob diferentes perspectivas ao destacar a importância da colaboração de outras áreas do conhecimento para a compreensão da memória e para o enriquecimento da história.

Le Goff (1990) destaca ainda que inicialmente a história materializava-se por meio de simples relatos, mas com o tempo passou a ser considerada uma prática social, tornando-se uma ciência. Assim, a história é “uma ciência da mutação e da

explicação da mudança” que por sua vez propõe-se a analisar e descrever acontecimentos passados de forma organizada.

De acordo com Joutard (2007) a memória relaciona-se diretamente com o passado e com o presente de forma afetiva, uma vez que é constituída por lembranças pessoais de acontecimentos vividos, enquanto que a história estabelece um distanciamento com o acontecimento a ser analisado, visto que na maioria das vezes o historiador não vivenciou o passado descrito, não havendo ligação afetiva espontânea, ainda que o acontecimento estudado tenha alguma relação com a sua história.

Burke (2000) reflete que com o passar dos anos, tanto a história quanto a memória tornaram-se mais problemáticas, visto que a história, assim como a memória, já não se limitam a objetividades. O autor complementa sua reflexão afirmando que em ambos os casos, ocorre um processo de seleção, interpretação e distorção influenciados por grupos sociais. Este processo pode acontecer de forma consciente ou inconsciente e não ocorre por meio de indivíduos isolados.

Neste sentido, Burke (2000) esclarece que os historiadores precisam se interessar pela memória a partir de duas perspectivas: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Quanto a primeira perspectiva, os historiadores devem estudar a memória com uma percepção crítica conforme realizado em documentos históricos, de tal forma que seja possível conceber confiabilidade às reminiscências. Sobre este aspecto, Burke (2000) ainda ressalta a importância da história oral, pois os historiadores precisam estar conscientes dos testemunhos orais não materializados existentes em muitos registros históricos.

Quanto a segunda perspectiva, os historiadores devem interessar-se pelo o que a autor chama de “história social do lembrar”. Visto que a memória tanto social como individual é seletiva, é necessário buscar identificar os princípios utilizados no processo de seleção, assim como observar como variam conforme o lugar e o grupo e compreender suas modificações ao longo do tempo. Isto porque “as memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade” (Burke, 2000, p.73).

Corroborando o entendimento anterior, Almeida (2009, p. 2016) expõe que “a memória carrega as marcas da relatividade, da descontinuidade e da impossibilidade de se atingir um conhecimento pleno daquilo que se passou”, no entanto, é necessária, pois desvela informações do passado que não podem ser acessadas em

fontes documentais, além de dar voz aos sujeitos que vivenciaram o evento estudado e incluí-los na construção da história.

Halbwachs (2003), reflete em seu livro *A Memória Coletiva* que as nossas memórias nunca são só nossas. Mesmo que em determinados eventos estivemos sós, as nossas memórias são constituídas e validadas por outros, ainda que estes não se façam presentes. Halbwachs (2003) complementa a sua reflexão tomando como exemplo a associação que fazemos entre conhecimentos adquiridos através de leitura e a confrontação com determinado evento. As memórias construídas por meio daquele evento se constituem apoiadas nas informações adquiridas com a leitura.

Halbwachs (2003) apresenta ainda a distinção entre memória individual e memória coletiva. Conforme o autor, a memória individual é subjetiva e única, construída por meio de vivências pessoais ou percepções sobre determinados acontecimentos. Cada pessoa pode ter uma interpretação diferente sobre o mesmo evento, uma vez que a conjuntura social e as experiências de vida podem influenciar na interpretação. Este tipo de memória é essencial para a construção da identidade das pessoas.

Memória e história manifestam-se sobre acontecimentos de forma articulada, promovendo conhecimentos do mundo e do próprio ser humano, construídos individual e socialmente. A memória, em específico, desempenha um papel relevante para a construção da identidade do sujeito

A memória coletiva é uma construção social, onde grupos e comunidades compartilham memórias essenciais para a transmissão de valores, histórias e tradições para as gerações futuras pertencentes àquele grupo. Assim, a memória coletiva contribui para a construção e a solidificação da identidade do grupo, desencadeando o sentimento de pertencimento e de continuidade. As memórias individual e coletiva são interligadas, visto que a memória coletiva pode influenciar experiências e vivências pessoais individuais, ao tempo que as memórias individuais podem contribuir para o fortalecimento da memória coletiva (Halbwachs, 2003).

Nesta mesma direção, Pollak (1993) refere-se à memória, tanto individual como coletiva, como necessária para a construção da identidade social, acentuando que a memória é um processo construído individual e socialmente que pode ser herdado e compartilhado entre grupos. Ele apresenta os elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva, identificando-os como acontecimentos vividos pessoalmente e acontecimentos vividos pelo grupo, este último é apontado pelo autor

como “vividos por tabela”, visto que a pessoa mesmo não participando de determinado acontecimento, em virtude do compartilhamento grupal, tem em seu imaginário as vivências, de modo que não consegue saber ao certo se participou ou não do acontecimento.

A memória cumpre um papel fundamental na construção da identidade individual e coletiva. As lembranças formam-se por meio das experiências vividas e levam as pessoas a compreenderem a si mesmas e o seu lugar no mundo. A maneira como as pessoas se vinculam a eventos e narram a sua história é essencial para a solidez da identidade ao longo do tempo.

Alves (2010) reporta-se a esta questão ao destacar que as identidades são construídas mediante um processo que envolve subjetividades e internalizações de construções simbólicas e essas construções que são culturais e sociais baseiam-se em elementos exteriorizados e materiais formais. Nesta perspectiva, a materialização desempenha um papel fundamental para a construção da memória.

Trazendo esta discussão para o ambiente educacional, é possível encontrar diversas pesquisas e estudos que tratam do tema memória e educação com o objetivo de trazer uma reflexão sobre a significância das experiências escolares para a construção da identidade. Ciavatta (2005) ressalta que as experiências com os colegas de infância e de juventude, constituem lugares de memórias, que criam uma identidade individual, intrínseca a cada pessoa, ao mesmo tempo que contribui para a construção de uma memória coletiva.

Com o mesmo entendimento, Carvalho e Nunes (2023) expõem que as relações entre indivíduo e as instituições educacionais interferem na noção de identidade. A instituição educacional pode contribuir para a construção da identidade de seus membros ao tempo que desenvolve o sentimento de pertencimento ao ambiente. Ela tem um papel crucial na formação da identidade das pessoas, haja visto que desenvolve a consciência de pertencimento ao grupo, ao tempo que promove a associação de elementos subjetivos e afetivos à componentes materiais e estruturais desencadeando uma influência mútua entre a instituição e a vida social das pessoas (Moreira et al, 2021).

Partindo desse pressuposto, é possível compreender a relevância do estudo de memória para o conhecimento das experiências vividas nos cotidianos educacionais, levando o pesquisador a buscar informações desconhecidas, intrínsecas a cada pessoa, mas que constituem a história de um determinado lugar.

A esse respeito, Santana (2016) observa que há uma pluralidade de identidades no interior das instituições de ensino. Entender o ambiente de ensino como lugar de memória e pertencimento pressupõe reconhecer a viabilidade de construção de identidades sociais e coletivas naquele ambiente, entretanto, este processo não ocorre somente mediante a agregação de memórias individuais de alunos. É imprescindível compreender como as memórias individuais e coletivas se articulam.

As pessoas têm lembranças do ambiente escolar, narrativas de momentos que foram compartilhados com amigos, professores, colaboradores e comunidade. Essas lembranças, sendo individuais ou coletivas, fazem parte da história da instituição, apesar de não serem encontradas em seus registros oficiais. Pressupõe-se que seja por isso que cada vez mais as pesquisas sobre memórias no ambiente educacional têm se acentuado, visto que valorizam as narrativas construídas pelos sujeitos e propiciam o conhecimento da história da instituição sob outra perspectiva.

Sobre isso, Almeida (2012) enfatiza que é essencial conhecer os processos que envolvem a dinâmica da memória para a construção da consciência histórica nos alunos, pois é através destes processos que é possível dar sentido ao mundo. Sob esta perspectiva, a formação histórica do sujeito é constituída tanto pelas operações que envolvem o procedimento histórico quanto pelas que envolvem a prática da memória.

Posto isto, pode-se afirmar que história e memória possuem nuances que por vezes as distanciam e por vezes as aproximam, entretanto, são essenciais para a construção da identidade social do indivíduo. Quando esta percepção inclina-se para o ambiente educacional, é possível perceber a significância destas duas vertentes para a materialização da história e da memória da instituição de ensino, mas também para a construção da identidade e para o afloramento do sentimento de pertencimento à instituição, ao tempo que contribui para a solidificação da formação histórica do aluno.

Engendrada aos estudos de memória surge a história oral como método de coleta de narrativas, método que será utilizado nesta pesquisa e que será detalhado no próximo tópico.

2.1.1 História Oral e a construção da identidade social

A história oral apresenta-se, entre outras possibilidades, como uma solução moderna que visa influenciar o comportamento cultural e a compreensão do comportamento e da sensibilidade humana. A entrevista é a manifestação mais importante da história oral. Assim, a história oral como método de pesquisa propicia a coleta de múltiplas versões de certos fatos e eventos, ao tempo que é proporciona a obtenção de informações sobre histórias de vida, visões de mundo, experiências e aventuras pessoais, sociais e profissionais a partir dos relatos orais dos participantes da pesquisa (Meihy e Holanda, 2007; Baluta e Gomes, 2020).

Ressalta-se que, mesmo dispondo de lembranças detalhadas sobre determinado acontecimento, as narrativas, oriundas dos sujeitos não serão íntegras, pois, não é possível evocar tudo o que aconteceu. No entanto, por meio da História Oral é possível complementar fontes materiais, preenchendo lacunas ou incorporando mais informações às fontes existentes.

Ferreira (2002) elenca duas linhas de trabalho da história oral. A primeira constitui-se prioritariamente de relatos orais como meio de preencher lacunas dos escritos oficiais. A segunda linha volta-se para as relações entre memória e história, priorizando o estudo de representações. Esta pesquisa, terá como pressuposto a primeira linha de trabalho proposta pelo autor.

Na primeira abordagem busca-se garantir, ao máximo, a veracidade dos dados obtidos através dos depoimentos orais. Para isso, necessita-se de um roteiro de entrevistas consistente que possa ser confrontado com outras fontes a serem trabalhadas. Na segunda abordagem as preocupações com a veracidade dos depoimentos orais não são consideradas elementos prioritários da história oral. Dessa forma, a coleta de narrativas, por meio de entrevistas, não visa somente a verificação de informações. É essencial relacioná-las com a história do objeto a ser estudado (Ferreira, 2002).

A história oral possibilita o registro de inúmeras narrativas que são importantes estruturas de memória individual e coletiva. Trata-se de pessoas e seus testemunhos históricos que contam suas experiências de vida cujos resultados servirão de base para a construção de documentos, os quais poderão ser submetidos à análise quantas vezes forem necessárias. Essas fontes orais, muitas vezes trazem diferentes versões

para o mesmo acontecimento, desvelando a diversidade do mundo (Delgado e Ferreira, 2013).

É importante salientar que existem diferentes modos de conceber e praticar a História Oral, a depender do objeto a ser pesquisado e dos participantes da pesquisa. Assim, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas deverão ser adequados aos objetivos e aos participantes. Ao pesquisador cabe ter humildade e paciência e reponsabilidade para com os seus entrevistados. Compreendo suas especificidades e limitações diante dos questionamentos que serão propostos durante a entrevista.

Ocorre que, a História Oral está ligada à memória, às subjetividades, aos diálogos e às narrativas. O uso de fontes orais demanda procedimentos específicos, visto que não são encontradas, são criadas ao longo da escuta atenta e responsável das narrativas. Destarte, a História Oral é uma “arte da escuta”. A escuta atenta proporciona a elaboração de questionamentos não previstos nos roteiros, mas que naquele momento são essenciais para o desenvolvimento da entrevista (Portelli, 2016).

Quanto às narrativas, estas não devem ser compreendidas de forma isolada, por meio de frases ditas. Muito do que não é verbal – gestos, silêncio, alegrias – devem ser integrados no processo de entrevistas. Por isso, a análise deve levar em conta a subjetividade e a complexidade das histórias e experiências das pessoas entrevistadas. É importante contextualizar as histórias e experiências dentro de um quadro mais amplo de mudanças sociais, políticas e culturais, para que possam ser compreendidas em seu contexto histórico (Meihy e Holanda, 2007).

Nessa perspectiva antes de conduzir uma entrevista em História Oral algumas providências devem ser tomadas que incluem a adoção de “técnicas de preparação dos pesquisadores e abordagem do entrevistado, formas adequadas de trabalho da equipe, recuperação do documento”, além do comprometimento com a conclusão das entrevistas de modo a garantir a reconstituição da história através de múltiplas versões, oriundas de narrativas distintas, ainda que tratem de um mesmo evento (Alberti, 2013, p 13).

Thompson (1992) nos mostra que a História Oral se relaciona, em parte, com a finalidade social da história. Nessa perspectiva a História Oral ajuda as pessoas desfavorecidas a construir dignidade e autoconfiança. Promove também o contato e o entendimento entre diferentes classes sociais e gerações. Propicia uma sensação

de pertencimento a um determinado lugar e época, contribuindo para a criação de um ser humano mais completo.

Não obstante, “o historiador oral deve ser um bom ouvinte” (Thompson, 1992, p 43). Busca-se obter evidências críticas por meio de cada narrativa afim de desenvolver interpretações históricas e não apenas informações aleatórias. Do mesmo modo, as entrevistas devem ser desenvolvidas de forma cuidadosa, com vistas a obter informações precisas e relevantes para a investigação histórica

Do mesmo modo, a História Oral pode ser utilizada como técnica que busque a complementação de informações oriundas de fontes documentais, complementando lacunas e falhas encontradas durante a investigação histórica. Na mesma direção, a história oral propicia os conhecimentos de experiências para o pesquisador que não são encontradas em fontes escritas.

Santos e Araújo (2007) elencam algumas características da História oral como método de pesquisa, a saber: É um recurso multidisciplinar e interdisciplinar que permite o diálogo entre diversas áreas de trabalho; possui diferentes modalidades de relatos, “como a história oral de vida, a história oral temática e a tradição oral”. Poderá ser utilizada para diversos fins, como criação de banco de dados, reconstrução de fatos ou acontecimentos passados para pesquisa histórica e investigação de questões que exijam “abordagem histórico-sociológica”; Inclui as experiências do narrador e suas próprias atividades cotidianas para que o passado seja contado na perspectiva do presente (p. 196).

Meihy e Holanda (2007) enfatizam que a História Oral pode ser usada para entender a história sob várias dimensões. Ela pode ser usada para registrar e preservar as histórias de pessoas e grupos que não foram documentados na história, fornecendo perspectivas e experiências pessoais. Do mesmo modo, a História Oral também pode ser usada para analisar e compreender as mudanças sociais, políticas e culturais que ocorreram ao longo do tempo, a partir das experiências e memórias das pessoas que vivenciaram essas mudanças.

Portanto, a história oral surge como oportunidade de dar voz às pessoas e de confrontar suas narrativas com documentos oficiais, que muitas vezes oculta acontecimentos relevantes da vida de grupos dominados ao longo da história. Ao relacionar história e memória, sustentadas pela História Oral, é possível evidenciar a necessidade de relacionar as dimensões passado e presente, objetividade e subjetividade.

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E NO PIAUÍ: DO ASSISTENCIALISMO À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO

Nesta seção inicialmente é apresentado o percurso cronológico da EPT no Brasil, notadamente no que tange às regulamentações criadas no decorrer deste anos. Esta contextualização inicial faz-se necessária para em seguida, realizar-se uma breve discussão sobre a história da EPT no Piauí.

2.2.1 Marcos regulatórios da EPT no Brasil

Ainda que incipiente, o que entende-se como Educação Profissional nos dias atuais, surgiu no momento em que o homem deixa de produzir apenas para a sua subsistência e passa a comercializar sua produção. Assim, com o surgimento do comércio e conseqüentemente o surgimento do modo de produção capitalista, surge também a necessidade de qualificação - ainda que mínima - do trabalhador.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil tem sua origem numa perspectiva assistencialista, com a criação de instituições destinadas às crianças pobres, aos abandonados e aos órfãos, dentre essas, destacaram-se os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, cuja finalidade era retirar das ruas crianças de seis a doze anos e educá-las.

Segundo Moura (2007) apenas em 1809, emergiram os primeiros indícios da origem de educação profissional no Brasil, quando o príncipe Regente, futuro Dom João VI, emitiu um decreto criando o Colégio das Fábricas. Com o advento da indústria no Brasil, notadamente no século XX, a Educação Profissional passou a ser inserida nas fábricas com o objetivo de preparar os operários para um determinado ofício. Em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices, cujos destinatários eram os pobres e humildes.

O Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente, Nilo Peçanha, foi o ato governamental precursor da sistematização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. O referido Decreto determinou a criação de uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital dos estados, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, as quais eram mantidas pelos próprios Estados e vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e

Comércio. Este é considerado o primeiro ato regulatório da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País.

No ano seguinte, 1910, dezenove unidades foram instaladas em várias capitais do País, anunciando um grande passo para a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, pois, ao mesmo tempo que destinava-se aos menos afortunados, pela primeira vez as políticas públicas voltaram-se para a educação profissional, inclinando o ensino para atendimento da indústria emergente (Ramos, 2014).

O segundo marco regulatório da EPT ocorreu apenas dezoito anos após a criação das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), com a publicação do Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927, o qual determinou o ensino profissional obrigatório em todas as escolas primárias subsidiadas ou mantidas pela União, no Colégio Pedro II e nas instituições equivalentes. O Decreto previa as formações em desenho, trabalhos manuais e rudimentos de artes e ofícios ou indústrias agrárias, conforme necessidade dos alunos e da escola (Brasil, 1927).

Cordão (2018) enfatiza que a promulgação do Decreto 5241/1927 deu-se após diversos debates que vinham ocorrendo na década de 1920, pautados na expansão do ensino profissional no Brasil, assim como na necessidade de atendimento às demandas do mundo do trabalho. O autor esclarece que o intento já não era a assistência aos pobres e sua inserção no mercado de trabalho, o que ocasionou uma compreensão diferente da Educação Profissional e Tecnológica, “passando de uma visão mais assistencialista para uma visão mais desenvolvimentista” (p. 120).

Na década de 30, com a expansão da Indústria no país, e a consolidação do capitalismo dependente, a qualificação de novos trabalhadores foi tomada como necessária e determinante para a consolidação da indústria, no entanto, a formação não estava vinculada à política educacional. Assim, a dualidade existente na educação brasileira tornou-se mais acentuada, acompanhando a cisão da população em classes sociais, já consolidada. No contexto educacional a educação propedêutica manteve-se com os mais afortunados, ao tempo que a Educação Profissional destinou-se aos filhos dos trabalhadores das fábricas.

Nesse período, em 1930, foi criado o primeiro ministério no âmbito da educação - Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e efetivada uma reforma educacional. Desta época, destacam-se os Decretos Federais nº 19.890/31 e nº 21.241/32, que regulamentaram a organização do

ensino secundário e o de nº 20.158/31, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador (Moura, 2007, p. 7).

Em 1937, com a aprovação da nova Constituição Federal, o trabalho manual foi reconhecido como parte da educação. Isso foi considerado um marco para o processo de reconhecimento da necessidade do ensino técnico no país. Neste mesmo ano as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus Industriais, assim como foram instituídos novos Liceus, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.

O Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 que estabeleceu as diretrizes para organização do ensino industrial no país, previu o primeiro indício de vinculação de Educação Profissional e formação humana. Em seu artigo 2º estabelece que o ensino industrial deveria realizar preparação humana e profissional do trabalhador (Brasil, 1942). No mesmo ano o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foi criado e alguns anos depois, em 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

Ainda em 1942, os Liceus Industriais transformam-se em Escolas Industriais e Técnicas, por meio do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, o qual estabeleceu uma nova organização para a rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Com a nova organização, as Escolas Industriais e Técnicas passam a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial.

Com vistas a acompanhar a expansão acelerada do processo de industrialização e atender o mercado de trabalho emergente com trabalhadores qualificados, em 1959, as Escolas Técnicas Federais são instituídas como autarquias, com autonomia didática e de gestão.

Apenas em 1961 com a promulgação da Lei nº 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os cursos profissionalizantes tornaram se equivalentes ao ensino propedêutico quando se trata de prosseguimento dos estudos no ensino superior. Alguns anos depois, em 1968, a Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro, cuja finalidade era estabelecer normas de organização e funcionamento do ensino superior no Brasil, possibilitou a oferta de cursos direcionados para a formação de Tecnólogos.

Sobre a promulgação da primeira LDB, Ramos (2014) ressalta que a contribuição mais significativa foi a equivalência entre a educação profissional e o

ensino médio, organizados em ensino ginásial de 4 anos e colegial de 3 anos, ambos eram constituídos pelo ensino secundário e ensino técnico. Daí em diante, os estudantes concluintes do colegial técnico poderiam se candidatar a qualquer curso superior.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornou o ensino profissional obrigatório em todo o 2º grau. O principal objetivo era a profissionalização direcionada às exigências do capitalismo. Nesse contexto, a educação profissional passou a ser a protagonista, enquanto a formação geral ficou em segundo plano.

Passando-se cerca de 20 anos de Ditadura Militar, o país retorna à democracia e volta-se ao projeto neoliberal. Na década de 80, houve uma significativa expansão na Educação Profissional e Tecnológica. Durante seu governo, José Sarney executou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), com a criação das Unidades de Ensino Descentralizadas, subordinadas a uma instituição de EPT já consolidada.

Na década seguinte, as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), através da Lei n. 8948, de 08 de dezembro de 1994, no entanto, a mesma Lei proibiu a criação de novas unidades de EPT pela União, direcionando essa responsabilidade para os Estados, Municípios, Distrito Federal e Organizações não governamentais.

Outrossim, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi implementado o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP e promulgado o Decreto nº 2.208/97 tornando a educação profissional desarticulada do ensino médio, aquela podendo ser ofertada na modalidade concomitante ou subsequente.

Nos anos de 1999 e 2002, respectivamente, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, por meio da Resolução CNE/CEB nº 04/99 e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico, por meio da Resolução CNE/CP nº 03/2002.

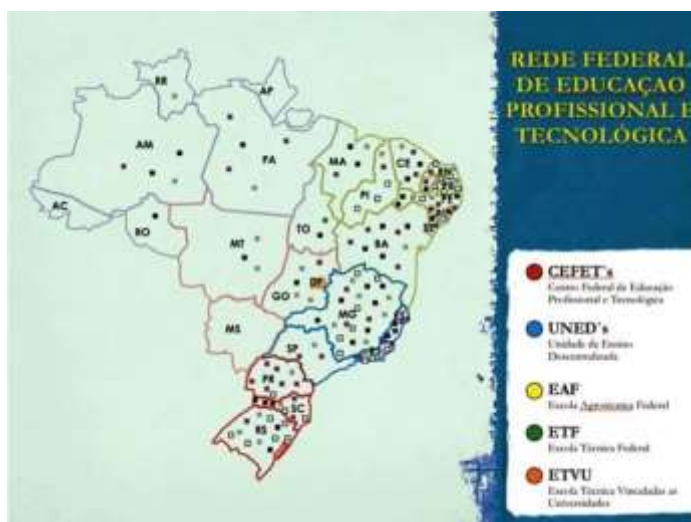
Os anos 2000 marcam um período de retomada da expansão da Educação Profissional no Brasil. Houve a revogação do Decreto nº 2.208/97, por meio do Decreto n. 5.154/2004, assim como a revogação da proibição de criação de novas unidades de Educação Profissional, prevista na Lei n. 8948, de 08 de dezembro de 1994. Em

2005, o Ministério da Educação, na primeira gestão do Presidente Lula, criou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a meta de criar instituições em todo o território nacional e maximizar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica.

Ainda na primeira década dos anos 2000 houve a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio, por meio da Resolução CNE/CEB nº 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005, além da criação e da implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT nas escolas de Educação Profissional, através da Resolução CNE/CEB nº 3/2008, de 9 de julho de 2008.

Até 2005, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica era composta por 34 (trinta e quatro) Centros Federais de Educação Tecnológica, 36 (trinta e seis) Escolas Agrotécnicas Federais, 01 (uma) Escola Técnica Federal, 30 (trinta) Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais e 42 (quarenta e duas) Unidades de Ensino Descentralizadas, conforme ilustrado na figura 1 (Brasil, 2005).

Figura 1 - Distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino de EPT em 2005



Fonte: Portal do MEC (2005).

A implementação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ocorreu em três fases, a saber: Fase I: durante os anos 2005 e 2007; Fase II: iniciada ainda em 2007 até o ano de 2010; e a Fase III: de 2011 a 2014.

A primeira Fase da expansão propunha a criação de Escolas Técnicas Federais nas unidades da federação que ainda não dispunham das instituições, tais como Acre,

Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, assim como a criação da Escola Técnica de Canoas (RS). Outrossim, a proposta incluía a criação de 04 (quatro) Escolas Agrotécnicas Federais e 33 (trinta e três) Unidades de Ensino Descentralizada, além de criação de quadros de pessoal para as UNEDs já existentes (Brasil, 2005).

Em 2007 o MEC divulgou o Relatório de Avaliação de Expansão, cujos resultados do primeiro ano de expansão foram apresentados. Conforme o referido relatório após doze meses de execução da primeira fase do Plano de Expansão de Rede Federal de EPT, 07 (sete) Unidades já haviam sido inauguradas e estavam em funcionamento, 02 (duas) estavam com as obras concluídas e outras 06 (seis) estariam com seus trabalhos concluídos ainda em 2007, o que evidenciava o bom desempenho da fase de expansão piloto (MEC, 2007b).

Em face do resultado satisfatório ocorrido na Fase I, ainda em 2007 o MEC publicou um Edital de Chamada Pública de Proposta de Apoio à Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal para a implantação de novas 150 (cento e cinquenta) unidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. As novas unidades foram distribuídas nos 26 (vinte e seis) estados do país e no Distrito Federal. A figura 2 apresenta a nova configuração da Rede de Educação Profissional e Tecnológica ao final da segunda fase de expansão.

Figura 2 - Nova configuração da Rede EPT após Fase II da expansão



Fonte: Portal do MEC (2007).

Durante a execução da segunda fase do Plano de Expansão, o governo federal publica a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 que institui a Rede Federal de

Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir de então, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e as Escolas Técnicas Federais são transformadas em Institutos Federais, designados como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (Brasil, 2008).

A nova institucionalização concebeu uma nova conjuntura para a EPT, possibilitando a oferta de Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades da educação; a integração da educação básica com a educação profissional e superior, além de viabilizar o incentivo à pesquisa e à extensão na educação profissional. Os IFs possuem uma organização pedagógica verticalizada, com oferta desde cursos técnicos a graduação, além de Mestrados e Doutorados. Sua estrutura multicampi e clara delimitação da área de abrangência, proporciona atendimento e intervenção em suas respectivas regiões.

Nesse contexto, oportuniza o cidadão a desenvolver habilidades que o direcionem para o mundo do trabalho, sem, no entanto, impedi-lo de seguir outros caminhos, sejam profissionais ou acadêmicos. Em consequência, diminui a dicotomia historicamente existente entre trabalho manual para uns e trabalho intelectual para outros, frutos da divisão de classes presentes em nossa sociedade.

Outrossim, é notório que,

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de firmar o seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõem é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida. (Pacheco, 2015, p. 14).

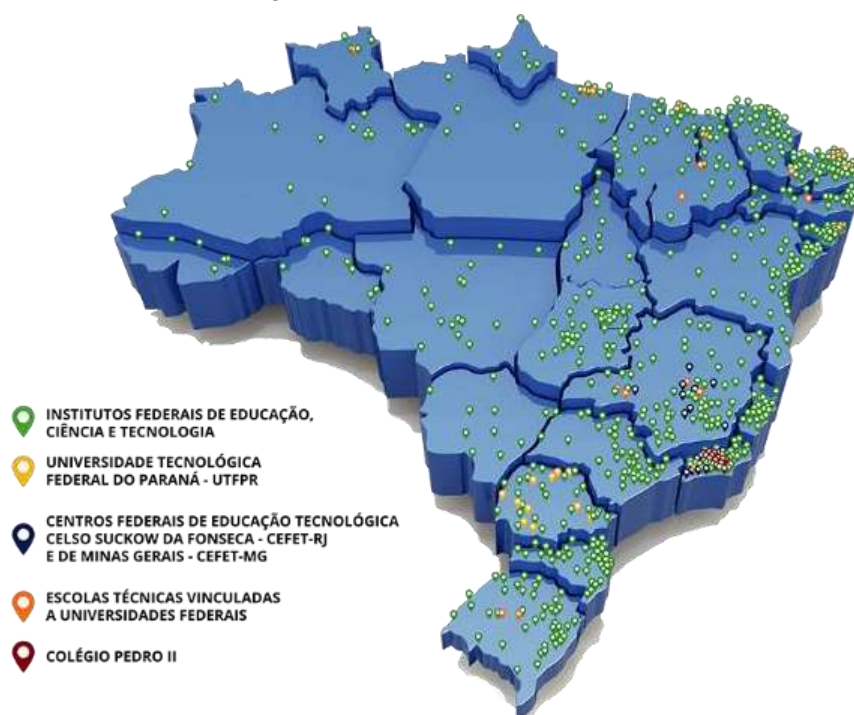
Além disso, em sua missão propõe-se articular ensino, pesquisa e extensão, de modo a permitir ao discente desenvolver uma formação integral e emancipatória, criando o hábito da pesquisa ainda na educação básica com vistas a intervir na região da qual faz parte.

Diante do êxito obtido nas fases I e II do Plano de expansão e da nova conjuntura das instituições de EPT promovida nos anos anteriores, em 2011, a Fase

III da expansão é lançada. Nesta, foi estabelecida a criação de mais 208 unidades até 2014, avançando o objetivo de interiorização dos Institutos Federais e a ampliação da oferta de educação profissional no país.

Conforme dados obtidos através do Portal do MEC, em 2023 a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta por 685 (seiscentos e oitenta e cinco) unidades, distribuídas em todos os estados do país e composta pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG); Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II. A figura 3 apresenta uma ilustração da distribuição das unidades de EPT no Brasil no ano de 2023.

Figura 3 - Rede Federal de EPT em 2023



Fonte: Portal do MEC (2023).

Diante de uma Rede de EPT consolidada e considerando o êxito no processo de ampliação e massificação da EPT no país, em 2017 a Lei nº 13.415 incluiu na LDB, o itinerário formativo "Formação Técnica e Profissional" no ensino médio e em 2023, a Lei nº 14.645, introduziu no Art 9º da referida LDB, que trata das incumbências da União, o inciso VII-A com a seguinte redação: "assegurar, em colaboração com os

sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica” (Brasil, 2023). Ademais, foi publicado no dia 06/01/2021 a Resolução CNE/CP 01 de 05 de Janeiro de 2021, que estabelece novas diretrizes para a Educação Profissional e Tecnológica, vigente nos dias atuais. O Quadro1 Apresenta os principais atos que regulamentaram o ensino profissional e tecnológico nestes mais de cem anos de EPT no Brasil.

Quadro 1 – Marcos regulatórios da EPT no Brasil

Legislação	
Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909	
Decreto nº 5.241, de 22 de agosto de 1927	
Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931	
Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931	Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão do contador e dá outras providencias.
Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932	Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário.
Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937	Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública e transforma as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais.
Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942	
Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro	
Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959	
LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961	Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - os cursos profissionalizantes tornaram se equivalentes ao ensino propedêutico quando se trata de prosseguimento dos estudos no ensino superior.
Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968	Permite a oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos.
Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971	
Lei nº 7.044, de 18 de Outubro de 1982	Reformulou a Lei nº 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau.
Lei n. 8.948, de 08 de dezembro de 1994	
Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997	Desarticula a educação profissional do ensino médio.
Resolução CNE/CEB nº 04/99	
Resolução CNE/CP nº 03/2002	

Decreto n. 5.154/2004, de 23 de julho de 2004.	
Lei nº 11.195, de 18 de Novembro de 2005	
Resolução CNE/CEB nº 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005	
Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008	
Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017	
Resolução CNE/CP 01 de 05 de Janeiro de 2021	
Lei nº 14.645, de 2 de agosto de 2023	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Posto isto, registra-se que em 2024 o Governo Federal anunciou a retomada do Plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a criação de mais cem novos Institutos Federais e previsão de abertura de 140 (cento e quarenta) mil vagas em cursos.

Conforme Portal do MEC (2024), a nova expansão alcança todas as Unidades da Federação e os novos campi atenderão às regiões e municípios que ainda não possuem campus ou que registram número baixo de matrícula em relação à população local. A iniciativa visa ainda atender ao Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê a elevação do número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio.

Evidencia-se, portanto, que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica possui um legado no que tange a popularização do ensino brasileiro e a inserção de profissionais no mundo do trabalho. Se em sua gênese o objetivo era assistir os “desvalidos da sorte”, durante esses mais de cem anos de EPT no Brasil, o ensino acompanhou as mudanças socioeconômicas ocorridas no país, e foram surgindo novas perspectivas e novas possibilidades para essa modalidade de ensino. Novas conjunturas e novas organizações foram elaboradas por meio de estudos, os quais revelaram a significância da EPT para a democratização do acesso ao ensino no país.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é uma dessas novas conjunturas, porém com uma organização mais abrangente,

encadeando ensino, pesquisa e extensão com a verticalização do ensino e ao desenvolvimento local e regional.

2.2.2 História da Educação Profissional e Tecnológica no Piauí: da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Assim como ocorreu nas demais capitais do Brasil com a publicação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente, Nilo Peçanha, a capital do Estado do Piauí, Teresina, foi contemplada com uma Escola de Aprendizes Artífices. O referido Decreto estabelecia em seu artigo 1º que as escolas seriam instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes nas capitais dos estados ou que fossem cedidos de forma permanente para este fim (Brasil, 1909).

No Piauí, o prédio que abrigou a instituição tratava-se de um imóvel particular pertencente ao Sr. Cel. Josino José Ferreira, que após negociações com o Governo do Estado, o alugou para que o Estado o cedesse à União a fim de abrigar a escola (Jerônimo, 2019). Em consonância com o novo cenário da Educação Profissional no Brasil, a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAPI) foi inaugurada no dia 1º de janeiro de 1910 e no mesmo ano deu-se início o primeiro ano letivo da instituição. Na figura 4 é possível visualizar alunos da Oficina de Marceneiros da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí.

Figura 4 – Alunos da Oficina de Marceneiros da Escola de Aprendizes Artífices (1913)



Fonte: Chapada Do Corisco Teresina – Piauí (2022).

Os primeiros cursos ofertados foram realizados através de oficinas e estavam distribuídos nas áreas de Arte Mecânica; Marcenaria; Sapataria; e Fundição, além dos cursos de primeiras letras (Alfabetização) e Desenho. Os cursos de alfabetização

eram ministrados por professores renomados cuja atuação na área dotava-se de experiências, enquanto que os cursos profissionalizantes eram organizados e ministrados por mestres e operários capacitados para repassar experiências e ensinar seus ofícios (Santana, 2015).

Em 1937, vinte e sete anos após a instalação da EAAPI, e com a instauração do Estado Novo no Governo de Getúlio Vargas, ocorreu a publicação da Lei nº 378, de 13 de janeiro, que deu uma nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Dentre as mudanças estabelecidas na Lei no que tange a Educação Profissional, a mais relevante foi a transformação de todas as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, “destinados ao ensino profissional, em todos os ramos e graus” (Brasil, 1937, Art. 37). Diante deste novo cenário, a EAAPI transformou-se em Liceu Industrial Piauiense.

Santana (2015) esclarece que o termo “industrial” surgiu perante a intencionalidade do governo de disseminar a educação profissional no país como forma de suprir as demandas do processo de industrialização iminente. Industrializar o Brasil tornou-se meta prioritária do Governo Federal.

A EAAPI, antes instituição primária, com a mudança da nomenclatura para Liceu Industrial Piauiense, passa a ser uma escola secundária, com atividades organizadas entre ensino propedêutico no turno da manhã e ensino profissionalizante no turno da tarde. Essa nova organização contribuiu para o desenvolvimento da instituição, que nos anos seguintes ganhou uma sede própria construída em terreno cedido pela Prefeitura de Teresina, na Praça dos Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade e onde funciona o Campus Teresina Central do Instituto Federal do Piauí, além disso, houve um significativo aumento no quantitativo de alunos que concluíam os cursos (Santana, 2015).

Ainda no Governo Vargas, foi publicado o Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 que estabeleceu uma nova reorganização dos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal, instituindo mudanças nas nomenclaturas das instituições e na finalidade de algumas delas. A partir de então, a rede federal de estabelecimentos de ensino industrial passa a ser constituída por escolas técnicas; escolas industriais; escolas artesanais e escolas de aprendizagens.

O Liceu Industrial de Teresina torna-se Escola Industrial de Teresina. A mudança não ocorreu apenas no nome, na Escola Industrial de Teresina, o ensino torna-se ginásial, com ensino propedêutico e profissional e os ofícios antes ensinados

em formato de oficinas são gradualmente suprimidos e tornam-se cursos profissionalizantes. Dentro deste novo cenário são ofertados cursos profissionais de alfaiataria e fundição, solda e serralheria, marcenaria e mecânica de máquinas (Jerônimo, 2019). A figura 5 apresenta a fachada da Escola Industrial de Teresina em 1945.

Figura 5 – Escola Industrial de Teresina (1945)



Fonte: Acervo da Diretoria de Comunicação do IFPI (2024).

Apesar de ser vinculada ao Governo Federal, somente em 1965 a Escola Industrial de Teresina apareceu na Rede Federal de Educação Profissional, quando foi denominada Escola Industrial Federal do Piauí e obteve a permissão para ofertar cursos técnicos, tal como as escolas técnicas.

No ano seguinte, já atuando como Escola Federal, a instituição passou a ofertar Cursos Profissionais em nível de 2º grau e em 1967, após a criação de três cursos técnicos (Agrimensura, Edificações e Eletromecânica) e o reconhecimento dos mesmos pelo Ministério da Educação, a Escola é promovida à Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) (IFPI, 2020). A figura 6 mostra a imagem ETFPI no ano de 1970.

Figura 6 – Fachada da Escola Técnica Federal do Piauí (1970)



Fonte: Acervo da Diretoria de Comunicação do IFPI (2024).

A partir de então, ocorreu uma significativa ampliação da estrutura da escola, além disso houve ampliação da oferta das vagas dos cursos técnicos, pois os cursos noturnos passaram a ser ofertados também no turno diurno e o ginásio industrial foi aos poucos sendo extinto. Na figura 7 é possível visualizar alunos na oficina do curso técnico em mecânica no ano de 1971.

Figura 7 - Alunos no curso de mecânica (1971)



Fonte: Acervo da Diretoria de Comunicação do IFPI (2024).

Apesar da predominância de oferta de Educação Profissional pela Rede Federal, Lacerda (2021) ressalta que em 1969, conforme dados oficiais obtidos pelo

Ministério da Educação, além da ETFPI, também estavam em funcionamento no Estado do Piauí, a Escola Agrotécnica de Teresina, criada em 1954 e posteriormente (em 1976) incorporado à Universidade Federal do Piauí, como Colégio Agrícola de Teresina, assim como o Ginásio do Instituto Batista Industrial, localizado na cidade de Corrente.

Apesar de não constar nos dados oficiais do MEC, em sua pesquisa, Lacerda (2021) também encontrou evidências da existência de um Colégio Industrial em funcionamento na cidade de Floriano, visto que, notícias foram veiculadas nos jornais da época exaltando os 05 (cinco) anos de funcionamento da Instituição, conforme pode ser visualizado na notícia a seguir.

Floriano: Colégio Industrial completou ontem 5 anos

Ontem Floriano esteve em festas. Merecidas festas, pois era comemorado o transcurso do 3º ano da vitoriosa carreira do já consagrado e conceituado Colégio Industrial, dirigido pela fabulosa energia e inteligência vigorosa de Frei Antônio Cursio, com a cooperação de outros frades do mesmo escol e auxiliares de invejável qualificação. O estabelecimento que ontem completou os seus cinco anos bem merece ser conhecido, não apenas pela alta qualificação do seu funcionamento, mas sobretudo pela extraordinária organização, aprimoramento do ensino e, mais ainda, disciplina, ordem e consagrada atuação nos meios educacionais do Piauí. O acontecimento, pois não foi apenas da cidade de Floriano, mas de todos nós do Piauí, que bem conhecemos os ingentes esforços e os redobrados sacrifícios de Frei Antônio para levar a bom termo o seu excelente trabalho de catequese e de aprimoramento de uma numerosa parte da população estudantil de Floriano. Daí porque nesse anseio queremos mandar ao velho e querido Frei Antônio Cursio a nossa palavra de simpatia, nossa mensagem de confiança e nosso abraço que se estende a todos os que com ele coopera por essa vitória alcançada que é dele e sobretudo da mocidade que nos seus domínios educacionais recebe educação aprimorada, como formadora dos que no amanhã estarão a postos na formação também das gerações que hão de vir. Que possa prosseguir com o mesmo entusiasmo admirável o Colégio Industrial de Floriano, ao penetrar nos umbrals do sexto ano de excelente serventia à causa do ensino no Piauí. (FLORIANO...Jornal do Piauí, 1974, p. 3 apud Lacerda (2021))

A promulgação da Lei n.º 5.692/1971 que estabeleceu a profissionalização universal e compulsória no 2º grau no País, impulsionou a ampliação de escolas que ofertavam educação profissional no Piauí, visto que por força da lei, imposta ainda no regime militar, todas as escolas deveriam se adequar à nova reforma do ensino de 1º e 2º graus.

Lacerda (2021) ressalta que em consequência à imposição da Lei e em consonância com a massificação ideológica de inserção do homem no mercado de

trabalho disseminada pelos militares, além da limitação orçamentária para adequação das escolas à nova reforma, em 1973, o Governo Estadual executa a implantação do Centro Interescolar do 2º Grau de Teresina, constituído por “06 (seis) estabelecimentos da Rede Estadual, 01 (um) da Rede Federal, a Escola Técnica Federal do Piauí e 01 (um) da Rede Particular de Ensino”, que funcionavam em regime de intercomplementaridade, as quais ofertariam disciplinas profissionalizantes para os alunos oriundos do 2º grau de outras escolas que não possuíam a habilitação. Concomitantemente, ocorria a expansão da reforma para o interior do Estado, por meio da criação de Complexos Regionais em várias cidades.

Em consequência, no ano de 1985, 56 (cinquenta e seis) escolas piauienses ofereciam cursos profissionalizantes, das 80 (oitenta) unidades de 2º grau existentes no Estado. Destas, 49 (quarenta e nove) pertenciam a rede estadual de ensino, conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 - Oferta de cursos profissionalizantes pela rede estadual de ensino

HABILITAÇÃO	Quantidade ofertada
Técnico em Agropecuária	03
Auxiliar Técnico em Enfermagem	01
Técnico em Contabilidade	17
Técnico em Eletrotécnica	02
Técnico em Mecânica	02
Técnico em Química	03
Técnico em Patologia Clínica	01
Assistente Técnico em Administração	
Magistério para o 1º grau	15
TOTAL GERAL	49

Fonte: Lacerda (2021) elaborado com dados obtidos da SEDUC/PI.

Retomando a discussão sobre o ensino profissional no âmbito federal, Santana (2015) evidencia que nos anos seguintes à nova organização da EPT, houve uma significativa ampliação estrutural na ETFPI, ao tempo que houve uma desvinculação gradual do ensino industrial e o direcionamento para o ensino técnico. Outrossim, parcerias foram realizadas com o Governo do Estado, assim como com Instituições de outros estados para qualificação de professores com cursos de Pós-Graduação a nível de Especialização. No mesmo período, iniciou-se uma reorganização dos horários e atividades exercidos pelos servidores.

De acordo com Sousa e Sousa (2021), na década de 1980 novas mudanças chegam na instituição, tanto no aspecto estrutural quanto no ensino, por meio da modernização e informatização que aos poucos emergiam no país. Nesta época,

laboratórios de informática foram construídos e equipados para atender discentes, servidores e a comunidade externa.

No cenário brasileiro, ocorria a institucionalização da Nova República e as perspectivas do então Presidente José Sarney, para o desenvolvimento do País. Para isto, foi lançado, em 1986, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), como parte integrante do I Plano Nacional de Desenvolvimento. Através do programa, o Piauí foi contemplado com mais uma Escola Técnica, que seria uma Extensão da já consolidada ETFPI. Como consequência, em 1987, inicia-se a obra da nova Escola Técnica do Piauí, na cidade de Floriano/PI, a qual foi inaugurada em 1994 como o nome de Unidade de Ensino Descentralizada (UNED - Floriano), dando início ao processo de interiorização do ensino técnico federal no Piauí (Rodrigues, 2002).

Em 1994, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, por força da Lei 8.948, de 08 de dezembro, as Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. A Lei estabeleceu que a mudança ocorreria de forma gradual mediante Decreto específico para cada centro. No caso da ETFPI, a transformação foi efetivada em 22 de março de 1999, por meio de Decreto assinado pelo Presidente da República. A partir de então, a ETFPI torna-se Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET/PI) e em 2000 inicia-se a obra de ampliação da instituição com a construção do Prédio B, conforme apresentado na figura 8 (BRASIL, 1994).

Figura 8 – Construção do Edifício B do CEFET/PI, atual Campus Teresina-Central em 2000.



Fonte: Acervo da Diretoria de Comunicação do IFPI (2024).

Já denominada de CEFET-PI, o primeiro Curso Superior ofertado pela instituição ocorreu em 1999, intitulado Curso Superior de Tecnologia em Informática,

cujo ingresso se fez por meio do primeiro vestibular realizado pela instituição. Neste período ocorreram significativas mudanças na instituição, tais como expansão da infraestrutura e intensificação na qualificação de professores. A figura 9 exibe imagem do Campus Teresina-Central onde funcionava a sede do antigo CEFET/PI.

Figura 9 - Campus Teresina-Central antigo CEFET/PI



Fonte: Acervo da Diretoria de Comunicação do IFPI (2024).

Dando prosseguimento ao processo de ampliação da oferta de cursos, os anos seguintes são marcados pela aceleração da ofertas de cursos superiores, assim como cursos de Pós-Graduação a nível de Mestrado e Doutorado, conforme é descrito no quadro 3.

Quadro 3 – oferta de cursos de graduação e pós-graduação

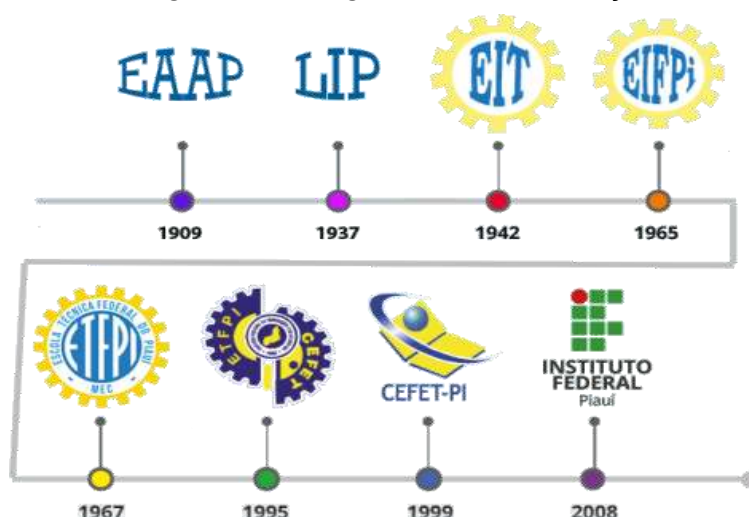
ANO	ATIVIDADE
2001	Oferta do primeiro cursos superior da área da saúde: Tecnologia em Radiologia.
2002	Implantação dos primeiros cursos de Licenciatura: Biologia, Matemática, Física e Química.
2004	Oferta do Primeiro Mestrado Institucional (MINTER) em Engenharia da Produção Oferta de cursos a nível de Especialização em Banco de Dados e Gestão Ambiental
2005	Oferta do Primeiro Doutorado Institucional (DINTER) em Engenharia dos Materiais
2006	Implantação do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Gestão, Construção Civil, Informática, Indústrias e Meio Ambiente

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseadas no PDI 2020-2024 (IFPI).

Em 2007, como resultado da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica são inauguradas as UNEDS de

Parnaíba, Picos e Marcílio Rangel, posteriormente denominada Teresina Zona Sul. E em 2008, houve a transformação do CEFET-PI em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), através da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro do mesmo ano e suas UNEDs tornam-se Campus. A figura 10 apresenta as logomarcas da instituição ao longo de sua história.

Figura 10 – Logomarcas a instituição



Fonte: (IFPI, 2023).

O quadro 4 apresenta um resumo dos principais acontecimentos ocorridos no âmbito da instituição.

Quadro 4 - Resumo dos principais eventos

ANO	EVENTO
1910	Instalação Oficial da Escola de Aprendizes Artífices do Piauí.
1935	Primeira formatura da Escola.
1937	Transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial do Piauí.
1940	Instalação da primeira Biblioteca da instituição.
1942	Transformação do Liceu Industrial do Piauí em Escola Industrial de Teresina.
1950	Criação da Caixa Escola, programa de ajuda financeira e assistencial aos alunos
1962	Criação do Grêmio estudantil.
1965	A escola passa a denominar-se Escola Industrial Federal do Piauí.
1967	A Escola recebe uma nova denominação: Escola Técnica Federal do Piauí. Torna-se autarquia e passa a ofertar cursos técnicos e de nível médio.
1970	Abertura para mulheres estudarem na instituição
1975	Aprovação do Regimento Interno da Instituição
1994	Inauguração da UNED de Floriano/PI.
1999	Transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET/PI). Primeiro vestibular com a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Informática
2004	Primeiro Diretor eleito por voto da comunidade acadêmica.
2005	Oferta do primeiro DINTER.
2006	Implantação do Ensino Técnico integrado ao Ensino Médio
2007	Inauguração das UNEDS de Parnaíba, Picos e Teresina Zona Sul
2008	CEFET/PI transforma-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)

Fonte: elaborado pelas autoras, baseadas em PDI/IFPI 2020-2024.

Observa-se, portanto, que no decorrer de mais de cem anos de EPT no Estado do Piauí a instituição promoveu mudanças significativas para a população piauiense, notadamente quanto aos segmentos educacional, social e econômico. A história da instituição revela ações que demonstram processos que envolvem inclusão, participação, assistência e autonomia. Percebe-se ainda que instituição possui uma identidade que respaldou a evolução de sua institucionalização e da constituição das nomenclaturas e da oferta de cursos.

2.2.3 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí e a expansão da EPT no Estado do Piauí

Com a nova institucionalização, o IFPI, assim como os demais IFs, torna-se uma “instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (Brasil, 2008, p. 1).

O IFPI possui estrutura multicampi e clara definição do território de abrangência. Tem-se como Missão “Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais” e como Visão “Consolidar-se como centro de excelência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mantendo-se entre as melhores instituições de ensino do País” (PDI 2020-2024, p. 32).

A nova organização concedeu à Instituição autonomia para tomar decisões financeiras e organizacionais, com destaque para a liberdade de criar e extinguir cursos, assim como expedir diplomas dos cursos ofertados. Além disso, pela especificidade de ofertar cursos nos diversos níveis de ensino, inclusive cursos de graduação e pós-graduação, obteve acesso a programas de apoio junto aos órgãos governamentais, passando a receber fomento para o desenvolvimento de programas de pesquisa e de extensão.

Com a nova institucionalidade e em face do processo de expansão da Rede Federal de EPT ainda andamento, a partir de 2008 o IFPI deu prosseguimento ao seu projeto de interiorização. Nesse sentido, em 2010 durante a segunda fase da expansão, ocorreu a inauguração dos campi Angical do Piauí, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato, Teresina Zona Sul e Uruçuí. Neste período o IFPI já estava presente em 10 municípios piauienses, localizados em territórios estratégicos do estado (PDI 2020-2024).

Nos anos seguintes a instituição deu continuidade ao processo de interiorização e ocorreu um expressivo crescimento na oferta de cursos nos campi já instalados. Outrossim, entre os anos de 2012 e 2014, em concomitância com a Fase III de expansão da Rede Federal, mais 8 (oito) campi foram inaugurados, a saber: Campo Maior, Cocal, Oeiras, Pedro II, São João do Piauí e Valença do Piauí e os campi avançados Dirceu Arcoverde, Pio IX.

Em 2015 a Reitoria do IFPI passa a ter uma sede própria, cujo funcionamento ocorria nas dependências do Campus Teresina Central. A partir de então, a unidade organizacional executiva central do IFPI, responsável pela administração e a supervisão de todas os campi, adquire uma prédio próprio com uma estrutura ampla, moderna e adequada às atividades gerenciais, conforme é possível visualizar na figura 11. No ano seguinte é inaugurado o Campus Avançado José de Freitas.

Figura 11 – Sede da Reitoria do IFPI.



Fonte: Acervo da Diretoria de Comunicação do IFPI (2024).

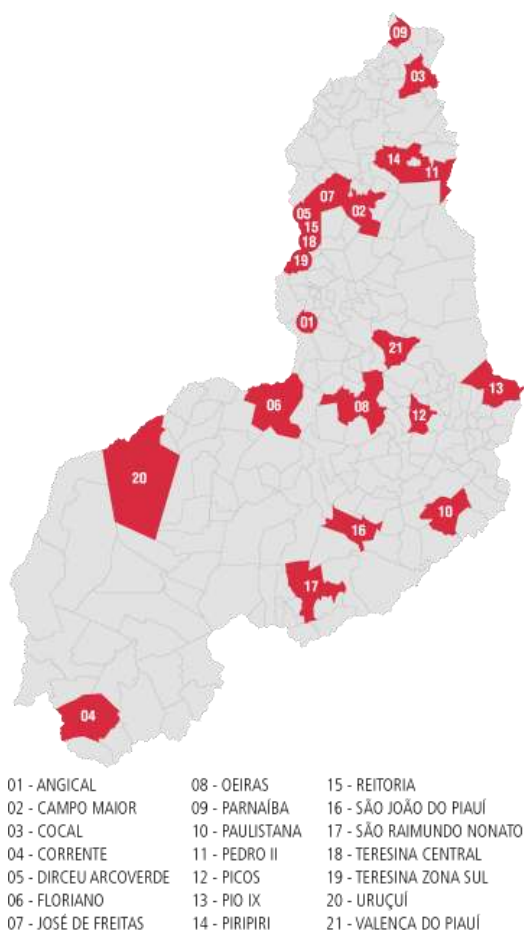
Jerônimo (2019) destaca que no ano de 2019 o IFPI já ofertava 50 (cinquenta) cursos, perpassando os níveis técnico integrado, técnico concomitante/subsequente, bacharelado e licenciatura, além de cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EAD) e Educação de Jovens e Adultos.

Em 2021, em virtude da publicação da Portaria/MEC Nº 713, de 8 de setembro de 2021, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II e define parâmetros e normas para

a sua expansão, foi constituído um Grupo de Trabalho com o objetivo de realizar estudos sobre a reorganização dos três Campi Avançados existentes no IFPI, com vistas a torná-los Campus. Espera-se que a finalização dos trabalhos ocorra ainda em 2024 (Relatório de Gestão do IFPI, 2023).

Nesta perspectiva, em 2024 o IFPI possui 21 (vinte e um) campi, presentes em 18 municípios piauienses, e atua na elaboração e execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão através de cursos em diferentes níveis de ensino, a saber: nível médio integrado, técnico concomitante/subsequente, cursos superiores de tecnologia, bacharelado e licenciatura, além de cursos de pós-graduação a nível de especialização e mestrado. A figura 12 apresenta a distribuição dos campi do IFPI no território piauiense.

Figura 12 – Campi do IFPI (2024)



Fonte: Portal do IFPI (2024).

A oferta de cursos strictu sensu iniciou no ano de 2012, com a oferta do Mestrado em Engenharia dos Materiais, no Campus Teresina-Central. Em 2016

formou-se a primeira turma do Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT), programa em rede nacional, ofertado pelo Campus Florianópolis. Tem-se ainda o Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial, também ofertado pelo Campus Teresina-Central e o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), programa em rede nacional, ofertado no Campus Parnaíba, que foram implantados em 2019 e o Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF), que é ofertado no Campus Picos desde 2023 (Portal do IFPI, 2024a).

Ademais a instituição promove cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e atividades de extensão e pesquisa aplicada, em harmonia com as especificidades socioeconômicas das localidades das quais faz parte (IFPI, 2023).

No decorrer de mais de cem anos de existência, a instituição vem atuando de forma integrada com diferentes vertentes essenciais para a formação do ser humano, seja no incentivo à pesquisa e à extensão, seja no desenvolvimento de valores. Para tanto, o IFPI dispõe de valores organizacionais que norteiam a prática da instituição e encontram-se disponíveis para atendimento dos interesses coletivos. Conforme Plano de Integridade 2023-2024, o IFPI possui os seguintes valores: Ética, Respeito, Solidariedade, Diálogo, Participação, Transparência, Equidade, Responsabilidade.

Sobre isso Santana (2012) ressalta que o IFPI possui responsabilidades sociais, econômicas e culturais, as quais alicerçam o desenvolvimento de conhecimento, inovação e tecnologia, vinculados à agregação de valores. Santana (2012) complementa sua reflexão ao afirmar que a instituição se destaca também no “campo social, através de vários projetos que têm como público-alvo as comunidades carentes, atuando no sentido de beneficiar a comunidade, firmando seu compromisso com a responsabilidade social.

Face a estas considerações, destaca-se os novos investimentos destinados à Rede Federal de EPT notadamente no ano de 2024. Após quase dez anos da última fase de expansão, o Governo Federal anunciou a criação de mais 100 (cem) campi de IFs no Brasil, dos quais três constituirão o IFPI. Os três novos campi do IFPI serão implantados nas cidades de Barras, Esperantina e Altos cuja carência de EPT ainda é significativa, conforme justificativa apresentada pelo Governo Federal. Segundo o Ministério da Educação, espera-se que mais 4.200 vagas sejam geradas com o funcionamento das novas unidades do IFPI, previsto para 2026 (Portal do MEC, 2024).

Na figura 13 é possível visualizar o processo de expansão do IFPI a partir da nova institucionalidade estabelecida pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Figura 13 – Linha do tempo do processo de expansão do IFPI



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Diante dos avanços estruturais e organizacionais, a instituição vem aumentando seu quadro de pessoal a cada ano, como também tem incentivado a qualificação dos servidores. Neste sentido, em 2024, seu quadro de pessoal conta com 2371 (dois mil e trezentos e setenta e um) servidores, distribuídos em todos os campi, dos quais 1412 (um mil e quatrocentos e doze) são Docentes e 959 (novecentos e cinquenta e nove) são Técnicos Administrativos em Educação, conforme dados obtidos por meio do SUAP/IFPI (2024). O quadro 5 expõe o quantitativo de servidores por titulação até o ano de 2023.

Quadro 5 – Quantitativo de servidores do IFPI por titulação

Titulação	Quantidade de servidores
Nível Médio	05
Graduação	193
Especialização	791
Mestrado	977
Doutorado	369
Total	2.335

Fonte: Elaborado pelas autoras baseadas em Relatório de Gestão do IFPI (2023).

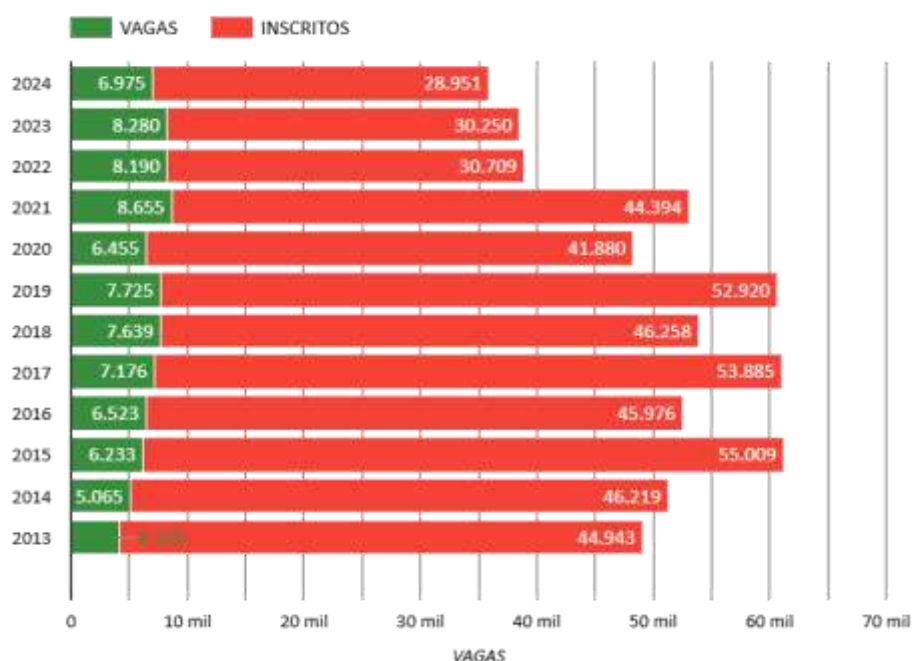
Destacando-se nas três dimensões bases da EPT, quais sejam: Ensino, Pesquisa e Extensão, a instituição vem desenvolvendo a cada ano diversos programas e projetos exitosos. Os estudantes da instituição possuem um perfil bem

diversificado, uma vez que são oriundos de diversas comunidades e de diferentes classes sociais, desencadeando um desafio constante para a instituição no sentido de planejar e executar seus projetos considerando os contextos sociais.

Como mencionado anteriormente, na dimensão Ensino o IFPI se destaca pela efetivação da verticalização do ensino de forma articulada, ofertando cursos de nível médio integrado, concomitante e subsequente, educação de jovens e adultos, cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado, cursos de pós-graduação, além de formação inicial e continuada na concepção do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Conforme dados obtidos no Portal do IFPI e na Plataforma Nilo Peçanha (Plataforma virtual criada em 2018, que reúne dados das unidades que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do país) até 2023, a Instituição vem aumentando a oferta de vagas nos diferentes níveis de ensino, conforme pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Oferta de vagas do IFPI em 2024



Fonte: Portal do IFPI (2024).

O gráfico apresenta os quantitativos totais referentes às vagas ofertadas e aos inscritos durante os anos de 2013 a 2024. Percebe-se que houve um crescimento significativo no quantitativo de vagas ofertadas no período apresentado. Ressalta-se que a oferta de vagas para o ano de 2024 ainda encontra-se em andamento, isto

justifica o quantitativo inferior ao ano de 2023. É necessário apontar, no entanto, a considerável diminuição na quantidade de inscritos, notadamente a partir do ano de 2022, isto pode ser consequência dos incentivos que vêm ocorrendo nas escolas estaduais, principalmente no ensino médio, cuja nova configuração oferece o ensino médio integral e a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.

Ainda sobre a dimensão Ensino, o Relatório de Gestão de 2023 nos mostra que a instituição a cada ano tem se aperfeiçoado e direcionado a sua prática para a democratização do acesso ao ensino por meio de oferta de novas vagas e criação de novos cursos. Neste sentido, no ano em questão houve a oferta de novos cursos técnicos nas modalidades integrada e concomitante e subsequente e criação de novos cursos de graduação, além de oferta de novas vagas em cursos de pós-graduação em nível de especialização. Outrossim, houve a oferta de cursos na modalidade de Educação à Distância de graduação e especialização, além de cursos de formação inicial e continuada vinculados a programas do Governo Federal, como Mulheres Mil e Programa Qualifica Mais Energife e curso de Aperfeiçoamento em Educação Profissional integrada à Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Relatório de Gestão do IFPI, 2023). O quadro 6 apresenta os cursos ofertados pelo IFPI, considerando o ano base de 2023.

Quadro 6 - Tipos e quantidades de cursos no IFPI

Tipo de curso	Campus	Cursos	Vagas	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
Qualif. Profissional	12	26	1.896	1.619	1.555	543
Técnico	20	263	7.134	17.323	6.375	3.504
Tecnologia	10	25	784	2.667	785	182
Licenciatura	17	42	1.819	5.396	1.549	378
Bacharelado	10	14	446	1.978	440	150
Esp. Lato sensu	8	17	1.348	2.424	984	263
Mestrado	5	7	90	251	89	25

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (Ano Base 2023).

Nessa compreensão, ao ofertar cursos nos diversos níveis de ensino, o IFPI oportuniza ao estudante a possibilidade de ascender nos estudos dentro da instituição, a partir de um itinerário formativo que favorece a articulação dos diferentes cursos e modalidades, desde o educação de nível médio integrada à educação profissional a

graduação tecnológica, bacharelado e licenciatura e pós-graduação a nível de especialização e mestrado.

Hübner (2015) reporta-se a essa questão, ao afirmar que a característica central dos Intitutos Federais é a verticalização do ensino, que propicia a oferta de cursos em diferentes níveis educacionais. Dessa forma, os egressos do ensino médio integrado à formação técnica, por exemplo, têm a possibilidade de aprofundarem suas habilidades e competências, por meio do ingresso em cursos de graduação e pós-graduação dentro da mesma área do conhecimento.

Quanto a Dimensão Pesquisa, a Instituição têm apresentado uma atuação de destaque desde a nova institucionalização. Conforme dados obtidos por meio de documentos oficiais, como PDI (2020-2024) e Relatórios de Gestão dos anos de 2010 a 2023, houve um expressivo aumento nos projetos de pesquisa executados na instituição. Isso se deu em virtude da significativa expansão da rede federal no Estado, bem como pela expansão de oferta de cursos a nível de pós-graduação stricto sensu.

Neste sentido, utiliza-se de eixos temáticos de conteúdos curriculares como incentivo para o desenvolvimento de pesquisas e investigação científica, os quais despertam o interesse dos alunos sobre conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, “constituindo um acervo de grande importância para a comunidade” (IFPI, 2017, p. 33).

Nessa perspectiva, os dados mais atuais representam o comprometimento da instituição com a efetivação da dimensão Pesquisa. Mediante abertura de editais de fomento a pesquisa, conforme Relatório de Gestão (2023), durante o ano de 2023, a instituição teve um total de 961 (novecentos e sessenta e um) trabalhos de diferentes áreas do conhecimento publicados, em diversos campi e com participação significativa de docentes e alunos.

Por fim, no que tange a dimensão Extensão, o IFPI possui dentre seus objetivos:

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e as finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase em produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos (IFPI, 2021, p. 4).

Gomes (2021) salienta que a Extensão do IFPI articula-se com as atividades de ensino e pesquisa com vista a atendimento às demandas sociais. Para esse propósito, as atividades são desenvolvidas mediante dois eixos de atuação:

planejamento, organização e realização; e operacionalização, “de forma a ampliar tanto o universo de atendimento quanto o conhecimento por parte da comunidade” (p. 193).

Uma parte significativa da política para o desenvolvimento da Extensão do IFPI é materializada por meio do Programa Institucional de Apoio à Extensão (PROAEX). Instituído pela Resolução CONSUP/IFPI nº 034/2013, o programa é constituído por dezessete subprogramas extensionistas, vinculados aos diversos Eixos Tecnológicos dos campi, com vistas a contribuir para o desenvolvimento da comunidade do entorno de cada campus (Gomes, 2021).

Deste modo, as atividades de Extensão do IFPI estão distribuídas em diferentes atividades, assim como em programas e projetos que envolvem servidores e alunos em harmonia com a comunidade do entorno. Direcionadas à comunidade interna e externa, as atividades extensionistas são planejadas e executadas de modo a promoverem a transversalidade de conhecimentos, propiciando o desenvolvimento educacional, tecnológico, cultural e social aos envolvidos.

No ano de 2023, a instituição desenvolveu atividades exitosas com engajamento de alunos, servidores e representantes da comunidade, tais como: Eventos articulados ao mundo do trabalho; Projetos de cunho social e nas áreas de Empreendedorismo, Cooperativismo, e Economia Solidária e Criativa; Jogos Intercampi; Programa Jovem Aprendiz; Projeto Novos Horizontes, Programa de Aprendizagem Profissional Inclusiva, além de ações realizadas pelo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e o lançamento da Plataforma Oportunidades (IFPI, 2023).

Os gráficos 2 e 3 retirados do Relatório de Gestão 2023 do IFPI, apresentam, respectivamente, a distribuição de projetos de extensão por área temática e Projetos, Programas e Oficinas por campus.

No gráfico 2, pode-se observar que foram desenvolvidos projetos em diversas áreas do conhecimento, vinculados aos diferentes Eixos Tecnológicos existentes nos campi, o que evidencia o comprometimento da instituição em abranger diferentes temas relevantes nos dias atuais, necessários para a formação cidadã nos envolvidos.

Gráfico 2 - Projetos de extensão por área temática em 2023



Fonte: Relatório de Gestão do IFPI (2023).

Do mesmo modo, o gráfico 3 mostra que ocorreram atividades extensionistas em dezenove campi, do total de vinte e um existentes na instituição, o que representa o engajamento de alunos e servidores atuantes nas diversas regiões do Estado em desenvolver atividades junto a comunidade do entorno.

Gráfico 3 - Projetos, Programas e Oficinas por campus



Fonte: Relatório de Gestão do IFPI (2023).

Posto isto, é pertinente destacar a relevância do IFPI para a democratização do acesso ao ensino no Estado Piauí. Por meio da articulação das dimensões ensino, pesquisa e extensão, a instituição agrega valores, ao tempo que contribui para o

desenvolvimento social, tecnológico e econômico do estado. Ademais, oferta educação de qualidade aos oriundos das diferentes classes sociais o que permite a inserção de profissionais no mundo do trabalho e efetivar a sua missão institucional.

2.3 OS INSTITUTOS FEDERAIS E A NOVA CONJUNTURA DA EPT

2.3.1 A tríade Pesquisa, Ensino e Extensão como caminho para a Formação Humana Integral

A Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, prevê dentre as finalidades e características dos IFs, “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades”; “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica”; e “realizar e estimular a pesquisa aplicada” (Brasil, 2008). Com isto, a Lei concebeu a tríade pesquisa, ensino e extensão na EPT e legitimou a promoção dessas dimensões no âmbito da instituição.

A partir de então, os IFs passam a agregar pesquisa e extensão ao ensino, constituindo-se como instituições inovadoras capazes de desenvolverem características próprias a cada experiência adquirida através de pesquisas locais e regionais, ao tempo que conhecimentos e experiências são disseminados na forma de intervenção na sociedade. Nesse contexto,

[...] a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, **que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão** (Brasil, 2010, p. 7 grifo nosso).

Não obstante, a indissociabilidade das dimensões pesquisa, ensino e extensão não é algo novo no ensino brasileiro, notadamente no que tange ao ensino superior nas Universidades. Este tema já foi objeto de diversas pesquisas, sendo apontado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo no artigo 207, conforme segue: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão

financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 2023, p. 115).

Pacheco (2010) ressalta que, diferente das universidades que ofertam cursos superiores e de pós-graduação, os Institutos Federais trazem uma organização curricular diferenciada, ao proporcionar um local único para a produção de saberes, haja visto que por meio do princípio da verticalização, propicia o diálogo simultâneo dos diferentes níveis de ensino, da educação básica à pós-graduação. Ao perpassar por diferentes modalidades e níveis de ensino, os profissionais passam a utilizar metodologias que melhor se apliquem a cada contexto, e em consequência estabelecem a indissociabilidade entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão. É importante, portanto, compreender os significados dessas dimensões e como ocorre a indissociabilidade.

Rays (2003) nos mostra que o ensino é parte integrante do sistema educacional que vai além da simples transmissão de conhecimentos. É um processo revestido de aprendizado crítico através da articulação de conteúdos, habilidades, hábitos e valores. Do mesmo modo, aponta que a pesquisa é uma atividade fundamental no ambiente acadêmico como meio condutor para a produção de conhecimento, ao tempo que a extensão propicia a comunicação com a sociedade, ao proporcionar a transmissão dos resultados do ensino e da pesquisa gerados no ambiente acadêmico para a comunidade, ao tempo que traz ao ambiente acadêmico problemas, questionamentos e conhecimentos desenvolvidos em diversos segmentos sociais.

Entretanto, no âmbito acadêmico ainda permanece uma cultura dissociativa das dimensões ensino, pesquisa e extensão, cuja consequência impacta negativamente a qualidade do ensino. Para superar essa cultura dissociativa é necessário promover uma dinâmica de organização curricular colaborativa mais alinhada com as demandas sociais e com o mundo do trabalho (Rays, 2003).

Por meio do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ocorre o diálogo da instituição educacional com a sociedade, evidenciando a responsabilidade social da educação. Além disso, por meio do alinhamento entre teoria e prática, é possível desvelar problemas de diferentes segmentos sociais e desenvolver respostas às suas demandas.

Posto isto, é importante remeter-se ao Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação

Profissional e Tecnológica, a qual estabelece em entre os princípios norteadores da EPT:

VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes (Brasil, 2021).

Coforme Minayo (2009, p. 16), a pesquisa vincula “pensamento e ação” e por meio dessa relação, “alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”. Isto evidencia a relação teoria e prática como base para a efetivação da indissociabilidade das dimensões ensino, pesquisa e extensão na prática pedagógica. Esta reflexão condiz com o princípio da articulação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, o qual pode intensificar o diálogo entre educação e sociedade, potencializando a pesquisa como princípio pedagógico e por conseguinte, concretizando a indissociabilidade entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão (Marques; Vieira, 2020).

Indissociar não é articular. É além disso. Indissociar é unir teoria e prática formando a práxis, de modo que teoria e prática estejam em um nível de vinculação tão elevado que não seja possível identifica-las separadamente. Nota-se, portanto, que a indissociabilidade das dimensões pesquisa, ensino e extensão nos IFs propõe-se a efetivação da práxis na instituição.

Oliveira e Frigotto (2021) referem-se à “escola do trabalho” como meio de superação da dualidade educacional historicamente germinada pelas desigualdades sociais e que continua alimentando essas desigualdades. Os autores ressaltam que a instituição educacional deve contemplar o ser humano em sua completude, e para isso é preciso conciliar teoria e prática, de modo que formação geral, acadêmica e científica estejam direcionadas para a formação para o trabalho socialmente útil. Portanto, pode-se apreender da reflexão dos autores que a práxis pode ser efetivada através do exercício de conciliar ensino (formação geral ou acadêmica), pesquisa (formação científica) e extensão (trabalho socialmente útil).

Trazendo essa reflexão para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, é pertinente frisar o conceito estabelecido para esta modalidade educacional na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica:

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (Brasil, 2021, p. 1).

Nota-se que, dentre outras características, a EPT integra ao ensino às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia. Esta integração é materializada por meio da pesquisa e da extensão imbricadas no ensino, notadamente nos Institutos Federais, cuja proposta fundamental volta-se para a relação homem-sociedade, para uma formação que vá além de qualificação para o mercado de trabalho, mas que inclinem-se para o mundo do trabalho, concebendo diferentes possibilidades profissionais e humanas ao estudantes e vislumbrando a formação humana integral.

Dentre os princípios norteadores da EPT elencados nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica ainda é possível notar, nas entrelinhas, a relevância da práxis reforçada pela indissociabilidade entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão com vistas à formação humana integral. Assim, o documento prevê o “estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico”; “a indissociabilidade entre educação e prática social”; “a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem”; e “respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2021, p 1, 2).

Os IFs fundamentam-se nestas diretrizes para potencializar a formação humana em sua completude, através da oferta de uma educação de qualidade, gratuita e democrática que possibilita o acesso de estudantes de diferentes segmentos sociais, oportunizando camadas da sociedade historicamente excluídas. Este processo é desafiador, mas é possível, principalmente quando encontra-se em uma única instituição ensino, pesquisa, extensão, trabalhadas de forma articulada com a cultura, a tecnologia e a realidade social e econômica da região, em diferentes modalidades e níveis de ensino.

Observa-se que a estrutura curricular os IFs pauta-se nos fundamentos da politecnia vislumbrando a formação humana integral de seus estudantes,

principalmente com a oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio, que propicia aos alunos, ainda na educação básica ter acesso à pesquisa e a extensão por meio de projetos e aulas práticas, sejam em laboratórios, sejam na comunidade. Nesse contexto, pode-se afirmar que os IFs são uma nova institucionalidade na educação brasileira, uma vez que são frutos de uma construção coletiva, fundada na concepção de educação integral do estudante, através da união de formação geral (propedêutica), formação humanística, física e profissional-tecnológica (Pacheco, 2015).

Ademais, esta nova institucionalidade na estrutura educacional brasileira, materializada com a criação dos IFs “tem como objetivo atuar na formação inicial, no ensino médio integrado a formação profissional, na graduação, preferencialmente, tecnológica e na pós-graduação”, de forma dialógica, a fim de diminuir barreiras que dificultam a continuidade da formação dos estudantes e promover uma formação humana, principalmente aos oriundos de populações com vulnerabilidade social, resultantes da divisão de classes (Pacheco, 2015, p. 9).

Ciavatta (2005) enfatiza que, no Brasil, a divisão de classes não é algo recente. Essa desigualdade perpassa gerações e é consequência do escravismo e da discriminação enraizada na sociedade, a qual torna a divisão de bens e serviços, cuja produção é de reponsabilidade de todos, desigual e excludente. É pertinente salientar que a escola não foi concebida para atender à classe dos desfavorecidos. O objetivo inicial era atender aos interesses da classe dos dirigentes, não sendo essencial, ao menos inicialmente.

Como consequência, historicamente a educação profissional volta-se para formar apenas por meio da técnica, de forma fragmentada e precária, objetivando a formação de mão-de-obra barata, ocasionando a pouca permanência do cidadão no emprego, e consequentemente aumentando os índices de desemprego (Oliveira e Frigotto, 2021). A divisão classista do trabalho e consequentemente da educação, desvinculou as dimensões educação e trabalho, levando o homem a esquecer sua própria essência e tornando-o unilateral e fragmento, cuja consequência é o esquecimento de seus fundamentos históricos e ontológicos.

A formação integrada busca a superação da dicotomia historicamente criada pela divisão social do trabalho entre aqueles que executam e aqueles que pensam. Ao formar seres humanos integrais, a formação integrada derruba os muros limitantes criados pelo capitalismo cuja finalidade é alimentar o sistema, seja com trabalhadores

qualificados para exercer uma função específica, seja com trabalhadores pensantes. Em ambos os casos, seres humanos unilaterais.

A formação unilateral, gênese de um sistema de produção dualista, dividido entre classes, objetiva apenas o adestramento do ser humano para uma determinada profissão com vistas a manter e alimentar cada vez mais esse sistema. Assim, prevalece a divisão entre trabalho manual direcionado às classes menos favorecidas e trabalho intelectual para os detentores da riqueza.

Desse modo, políticas públicas que têm como o alicerce da educação a formação politécnica, humana integral ou omnilateral proporciona uma educação tecnológica e politécnica cujo intento é a formação de sujeitos autônomos e capazes de exercer a cidadania de forma crítica e consciente, “articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento sustentável” (Frigoto, 2001, p. 82).

Aqui é notório destacar a Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, com seu protagonismo na proposta dos IFs. Por meio desta modalidade de ensino, os IFs, constroem, mesmo que em pequenos passos, o conceito de emancipação humana, ao tempo que promovem educação profissional técnica com vista a inserção do cidadão no mundo do trabalho. Apesar de, historicamente essa modalidade de ensino ser alvo de polêmicas entre grupos que ora a veem como a travessia para uma educação emancipatória e ora a veem apenas como uma formação que atenda ao mundo do trabalho, são notórias as mudanças que vêm ocorrendo nos documentos bases da educação e na formação das pessoas.

Nesta conjuntura, Fonte (2018) enfatiza que os IFs têm realizado experiências do que mais se aproxima de uma formação integral do ser humano. E segue ao afirmar, que apesar das divergências ocorridas ao longo dos anos, notadamente na legislação, que, por vezes, enfraquecem a proposta de formação humana integral, os IFs permanecem buscando a consolidação da integração da formação humana e técnica de seu alunado.

Defender os IFs é defender o projeto de interiorização da educação profissional, onde a integração é a prioridade. Defende-se também a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dimensões que se encontram na essência dos projetos políticos-pedagógicos da Instituição (Oliveira e Frigotto 2021).

Embora a história das políticas educacionais do Brasil apresente instabilidade nas perspectivas que pretende seguir, ora voltando-se para formação humana

integral, ora inclinando-se para suprir as necessidades do mercado de trabalho e exigências do capitalismo, tratam-se de políticas de governo e não de Estado, nota-se avanços na legislação educacional e na efetivação dessas políticas, principalmente através dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que concebeu um novo arranjo para a Educação Profissional e Tecnológica.

2.3.2 A implantação e a atuação dos IFs como propulsoras do desenvolvimento local e regional

A nova institucionalização da Educação Profissional e Tecnológica desvelou alguns caminhos norteadores do processo de expansão e democratização do acesso ao ensino profissional no Brasil, como explicitado nas sessões anteriores. Dentre estes caminhos, encontra-se a relação direta entre a definição das localidades receptoras das novas unidades e seus respectivos Arranjos Produtivos Locais, com foco no desenvolvimento local e regional.

É pertinente destacar a variedade de conceitos e abordagens sobre o tema Arranjo Produtivo Local (APL). Para esta discussão, optou-se por usar a definição apresentada por Cardoso *et al.* (2014, p. 7):

O Arranjo Produtivo Local (APL) é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

O APL é agente impulsionador do desenvolvimento local e regional. Ao considerar a interação de diferentes segmentos, promovem a construção de uma economia mais estável e duradoura, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de determinado território, ao tempo que propicia a solidificação das relações entre os agentes produtivos locais e as diferentes instituições.

Melo e Cunha (2016) esclarecem que a partir dos anos de 1990 o termo APL tornou-se tema de diferentes debates junto aos órgãos ligados à economia do Brasil, quando o Ministério de Ciências e Tecnologia promoveu discussões acerca do tema. Nessa direção, os anos seguintes foram marcados por diversas conferências as quais estimularam o envolvimento de diferentes instituições governamentais e não

governamentais em discussões sobre temas relativos a articulação entre os APLs e o desenvolvimento local e regional.

Dentre as reuniões ocorridas em mais de um década, destaca-se a 2ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, realizada em setembro de 2005, na cidade do Rio de Janeiro, cujas discussões culminaram em informações valiosas direcionadas para a implementação de cursos e lançamentos de programas educacionais na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica em parceria com o Governo Federal (Melo e Cunha, 2016).

Em consequência disso, em 2007, é lançado o Programa Brasil Profissionalizado pelo Ministério da Educação, instituído por meio do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007 e primeiro programa educacional que articulou a EPT ao contexto dos APLs, conforme segue:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.
[...]
III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais; (Brasil, 2007, p. 1).

A partir de então, os gestores escolares passaram a inserir a realidade local e regional em seus planos educacionais e “passaram a reconhecer a existência de um elo imprescindível dos APLs para o progresso local” (Melo e Cunha, 2016, p. 9). Além disso, no ano seguinte, o Ministério da Educação instituiu o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), por meio da Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, documento orientador, utilizado para subsidiar o planejamento de educação profissional técnica de nível médio.

Atualizado periodicamente, este referencial normativo articula-se com as demandas produtivas, sociais e educacionais, propiciando uma contextualização da oferta de educação profissional e tecnológica com os arranjos produtivos locais, concebendo novo significado para a formação técnica profissional de nível médio.

Seguindo na perspectiva de articulação da oferta de EPT com os APLs, em 2005 o Governo Federal inicia o processo de expansão da Rede Federal de EPT, assunto já discutido anteriormente. Nesta perspectiva, a definição das localidades

contempladas com as novas unidades de EPT fundamentaram-se em análise de características geográficas, considerando variáveis econômicas, culturais e socioambientais. Registra-se que, dentre os critérios que definiram o local de cada nova unidade, encontra-se a “proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento” (MEC, 2007).

Silva e Terra (2013) elencam três dimensões que subsidiaram a expansão da Rede Federal de EPT, a saber: social, geográfico e de desenvolvimento. Em relação à dimensão social, apontam a intenção do Governo Federal em viabilizar a universalização de programas básicos de cidadania. Quanto à dimensão geográfica, destaca-se o foco nas microrregiões, mesorregiões e municípios de até 50 mil habitantes não atendidos com instituições federais de EPT. E por fim, no que tange à dimensão de desenvolvimento, ressalta-se a identificação dos APLs como condicionante para a implantação das novas unidades. Estes requisitos sustentaram o intento governamental de conceber uma educação mais democrática e popularizada (Silva e Terra, 2013).

A nova institucionalização da EPT concebida por meio pela Lei nº. 11.892, em dezembro de 2008, que criou do Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e estabeleceu uma nova conjuntura para a EPT, consolidou-se concomitantemente ao processo de expansão da Rede Federal e trouxe novas perspectivas de desenvolvimento regional em articulação com a EPT, haja visto que, dentre suas finalidades elenca-se o fomento ao desenvolvimento local e regional, quais sejam:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:
 I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
 II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
 [...]
 IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; (Brasil, 2008)

Em face do considerável crescimento do quantitativo de instituições da EPT em decorrência do processo de expansão, surgem novas possibilidades e novos desafios,

notadamente no que tange ao caráter social, emergindo, assim, a necessidade de uma nova institucionalidade, a qual a materialização ocorreu através da criação dos IFs. Essas instituições surgem com o propósito de dar mais visibilidade e popularização à EPT, fundamentando-se no desenvolvimento territorial (Brasil, 2008).

Outrossim, os IFs tornam-se o instrumento que propicia o progresso socioeconômico, de modo que ocorra sinergia entre as políticas educacionais, sociais e econômicas, visando o desenvolvimento local e regional, levando em conta os conglomerados dos arranjos produtivos locais e em consequência estabelecendo elo efetivo entre instituições e diversos segmentos produtivos.

Pacheco (2011) reporta-se a essa questão ao salientar que os IFs têm como centralidade a promoção da justiça social, da igualdade e da sustentabilidade com vistas à promoção de inclusão social. Nesta direção, as instituições devem responder de forma flexível e eficaz às exigências de formação profissional, além de viabilizar a difusão do conhecimento científico em harmonia com a organização dos arranjos produtivos locais.

Nesta perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica torna-se um fator impulsionador do desenvolvimento regional proporcionado a integralização territorial. Assim, a instalação de campi dos Institutos Federais proporcionam um novo ordenamento territorial, visto que suas atividades podem estimular novos investimentos, ocasionando um efeito em cadeia: novos investimentos, novos empregos, mais renda e consequentemente, favorecendo a inclusão de trabalhadores no mundo do trabalho. Deste modo, a instituição contribui para o desenvolvimento social e econômico em escala local, regional e nacional (Pereira e Cruz, 2019)

É sabido, pois, que os IFs trouxeram uma nova identidade para a EPT no Brasil. Com características inovadoras e pautados em dimensões basilares da educação, esta nova institucionalidade promove a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão com os arranjos socioeconômicos locais, de modo que os conhecimentos produzidos na instituição possam contribuir para a solidificação dos projetos locais.

Neste contexto, os Institutos Federais entram como potenciais protagonistas neste enredo. Estas instituições, com sua proposta educacional abrangente e integrada, têm o potencial de serem os grandes catalisadores para os APLs. Através da oferta de uma formação técnica e tecnológica de excelência, tendo com eixos norteadores o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, são capazes de fornecer uma ampla gama de ações estratégicas que favorecem o surgimento e a manutenção dos APLs, que vão desde a oferta de

cursos, perpassando pelo desenvolvimento de pesquisas até o estreitamento de laços mediante acordos e parcerias com o setor público e privado (Brito; Shances, 2024. p. 468).

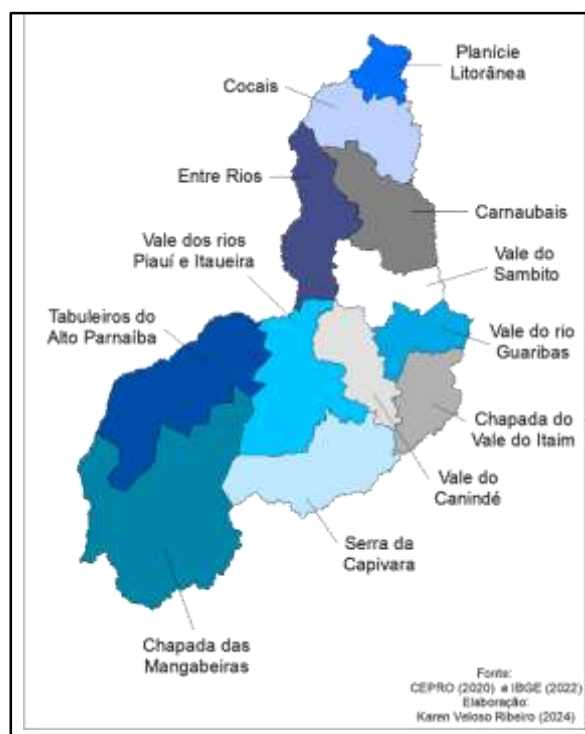
Essa articulação é capaz de criar condições propícias para o desenvolvimento local, como geração de renda e conseqüentemente, ampliação e permanência nos postos de trabalho, ao tempo que promove a aquisição de conhecimentos populares concebidos pela sociedade, valorizando o conhecimento popular.

Face a estas considerações, torna-se pertinente trazer esta discussão para o âmbito do IFPI. Em consonância com as finalidades dos IFs estabelecidas pela Lei nº. 11.892, de 2008. O IFPI propõe-se a “atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania” (PDI, p. 100). Para isto, pauta-se na relação instituição e sociedade, mediante a realização de intervenções na comunidade, buscando uma maior proximidade com as realidades locais e regionais.

Em conformidade com a legislação, o processo de expansão do IFPI é pautado no mapeamento dos arranjos produtivos locais, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local e regional por meio da democratização do ensino. Assim, o IFPI, valendo-se de monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência, busca explorar as potencialidades de desenvolvimento, os arranjos de produção, os conhecimentos e tecnologias, com a finalidade de promover a inserção de profissionais qualificados no mundo do trabalho (PDI 2020-2024).

Santana (2012, p. 90) acentua que a atuação do IFPI deve pautar-se em “processos de desenvolvimento integrados às redes locais e onde as condições e dimensões econômicas sejam levadas em conta, privilegiando as condições territoriais”. Nesta perspectiva, ressalta-se a relevância dos fluxos de monitoramento dos aspectos socioeconômicos locais e regionais e a integração dos mesmos com a EPT para a materialização das finalidades da instituição, promovendo o desenvolvimento sustentável, a formação cidadã e a inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho. O Estado do Piauí está dividido em 12 (doze) territórios de desenvolvimento, conforme pode ser visualizado na figura 14.

Figura 14 – Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí



Fonte: CEPRO (2020) e IBGE(2022). Elaboração: Karen Veloso Ribeiro (2024).

Conforme apresentado na figura 14, os territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí são identificados como: Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Chapada do Vale do Itaim, Vale do Canindé, Serra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeiras, os quais caracterizam-se como unidades orientadoras da ação governamental, no que tange ao desenvolvimento sustentável, por meio de estudos alinhados às peculiaridades locais e regionais (CEPRO, 2020).

Como resultado de mapeamento e monitoramento contínuos que favorecem o conhecimento sobre as potencialidades e os desafios de cada território de desenvolvimento, o IFPI está presente em todos os territórios piauienses, buscando promover diálogos duradouros com os municípios e seus arranjos produtivos locais, visando a promoção de ensino de qualidade e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

Nesta perspectiva,

A presença de um Campus nesses Territórios, além de promover a interiorização e abrangência da área de atuação do IFPI, visa, sobretudo, à promoção do desenvolvimento socioeconômico regional, impulsionado pelo avanço da escolaridade e o acesso aos níveis mais

elevados do saber dos seus cidadãos, bem como à identificação da vocação produtiva, ao respeito e à preservação da cultura local e ambiental e, por conseguinte, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos (IFPI, 2023, p. 29).

O Quadro 7 apresenta a distribuição dos campi do IFPI nos territórios de desenvolvimento do Estado do Piauí.

Quadro 7 – Territórios de desenvolvimentos piauienses e campi do IFPI

Nº	Território de desenvolvimento	Campus
01	Planícies Litorâneas	Campus Parnaíba e Campus Cocal
02	Cocais	Campus Piripiri e Campus Pedro II
03	Carnaubais	Campus Campo Maior
04	Entre Rios	Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Angical do Piauí, Campus Avançado do Dirceu e Campus Avançado de José de Freitas
05	Serra da Capivara	Campus São Raimundo Nonato e Campus São João do Piauí
06	Vale dos Rios Piauí e Itaueiras	Campus Floriano
07	Tabuleiros do Alto Parnaíba	Campus Uruçuí
08	Vale do Sambito	Campus Valença do Piauí
09	Vale do Rio Guaribas	Campus Picos e Campus Avançado Pio IX
10	Chapada Vale do Rio Itaim	Campus Paulistana
11	Vale do Rio Canindé	Campus Oeiras
12	Chapada das Mangabeiras	Campus Corrente

Fonte: Elaborado pelas autoras baseadas em Relatório de Gestão do IFPI (2023).

Como se percebe, o IFPI está presente em todos os territórios de desenvolvimento do Estado, executando suas finalidades junto aos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Entretanto, Brito e Sanches (2024) ressalta que as ações ainda carecem de maiores incentivos e efetividade, tendo em vista, a grande abrangência e a potencialidade da instituição no estado piauiense. Ressalta-se a importância do fomento oriundo de parcerias entre o IFPI e as instituições governamentais para o fortalecimento das ações de atendimento de políticas públicas no Estado.

3 METODOLOGIA

Nesta sessão serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, no formato de estudo de caso, que utilizou pesquisa documental e entrevistas como instrumento de coleta de dados. As narrativas foram norteadas pelos

pressupostos da História Oral e realizou-se análise dos dados coletados a partir do método de Análise de Conteúdo de Bardin (2016).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no âmbito do Campus Angical do Piauí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), considerando como corte temporal o período de 2010 a 2024.

Quanto a natureza, trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, tendo em vista que o “pensamento qualitativo é interpretativo, baseado em experiências, situacional e humanístico. Cada pesquisador fará isso de maneira diferente, mas quase todos trabalharão muito na interpretação com uma abordagem histórica” (STAKE, 2011, p. 41).

Para atender os objetivos propostos, a pesquisa foi exploratória e descritiva. Descritiva uma vez que propôs-se a levantar dados e correlacioná-los, e exploratória pois “têm como propósito maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2017, p. 26).

Quanto as estratégias de pesquisa, inicialmente realizou-se uma pesquisa documental. Neste sentido realizou-se a coleta de documentos oficiais, a saber: documentos patrimoniais; Portarias, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Relatórios de Gestão; Plano de Integridade do IFPI; Projetos Pedagógicos dos Cursos ofertados pelo campus; Projetos de Extensão, de Pesquisa e de Ensino, relatório de alunos, além de portfólio organizado pela comissão responsável pelo Memorial do Campus.

Os documentos foram adquiridos por meio de buscas no site oficial do IFPI, por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP-IFPI), assim como mediante solicitação junto às Diretoria-Geral e de Ensino, ao Departamento de Administração e Patrimônio e às Coordenações de Pesquisa, de Extensão e Controle Acadêmico do Campus.

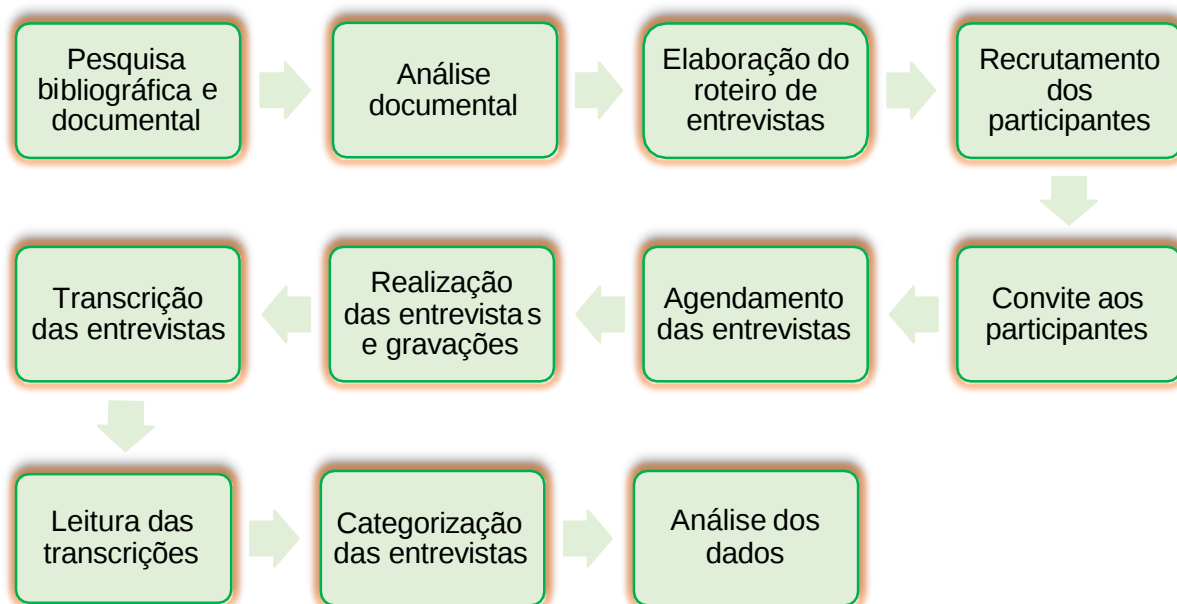
Ludke e André (1986, p 38) enfatizam que a análise documental “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos” possibilitando ao pesquisador a complementação dos dados obtidos e por vezes desvelando novos temas ou problemas.

De posse dos materiais adquiridos durante a pesquisa, fez-se a análise minuciosa de cada documento, fotografia e vídeo coletados, os quais desvelaram dados relativos ao processo de planejamento, construção e expansão da instituição, assim como revelaram intervenções na comunidade do entorno. Fez se, ainda, a análise de fotografias e vídeos cedidos pelos participantes da pesquisa, que registram o percurso de desenvolvimento e expansão da instituição.

A pesquisa limitou-se ao contexto do Campus Angical do Piauí do IFPI, tratando-se, portanto, de um estudo de caso, no qual “o pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas” (Creswell, 2007, p. 32), a fim de conhecer a história da instituição e compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral através das narrativas das pessoas que fizeram/fazem parte da instituição.

Yin (2001, p. 112) destaca que “uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas”. Nesse contexto, na segunda etapa da pesquisa, foram colhidas narrativas dos participantes, por meio de entrevistas semiestruturadas, cujos participantes responderam os questionamentos de forma espontânea e aberta. A figura 15 apresenta o fluxograma das etapas da pesquisa.

Figura 15 - Etapas da pesquisa



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Por se tratar de uma pesquisa que busca investigar a história e a memória de uma instituição de ensino, que tem catorze anos de fundação, através de narrativas de testemunhos vivos, utilizou-se a História Oral como método de coleta de dados das narrativas.

3.2 PARTICIPANTES, INSTRUMENTAL E CATEGORIAS

Ainda na construção do projeto de pesquisa, definiu-se os grupos de participantes da pesquisa, a saber: Servidores: composto por servidores atuantes no Campus desde os primeiros anos de implantação e Gestores; Comunidade: composto por representantes da comunidade do entorno, ou seja, cidadãos que residem na cidade de Angical do Piauí e que vivenciaram a construção e o funcionamento do Campus; Alunos: composto por alunos ingressantes e concluintes, assim como alunos envolvidos em projetos; e Egressos: composto por egressos que tiveram destaques acadêmicos e/ou profissional. A figura 16 apresenta os grupos dos participantes da pesquisa.

Figura 16 – Grupos dos participantes da pesquisa



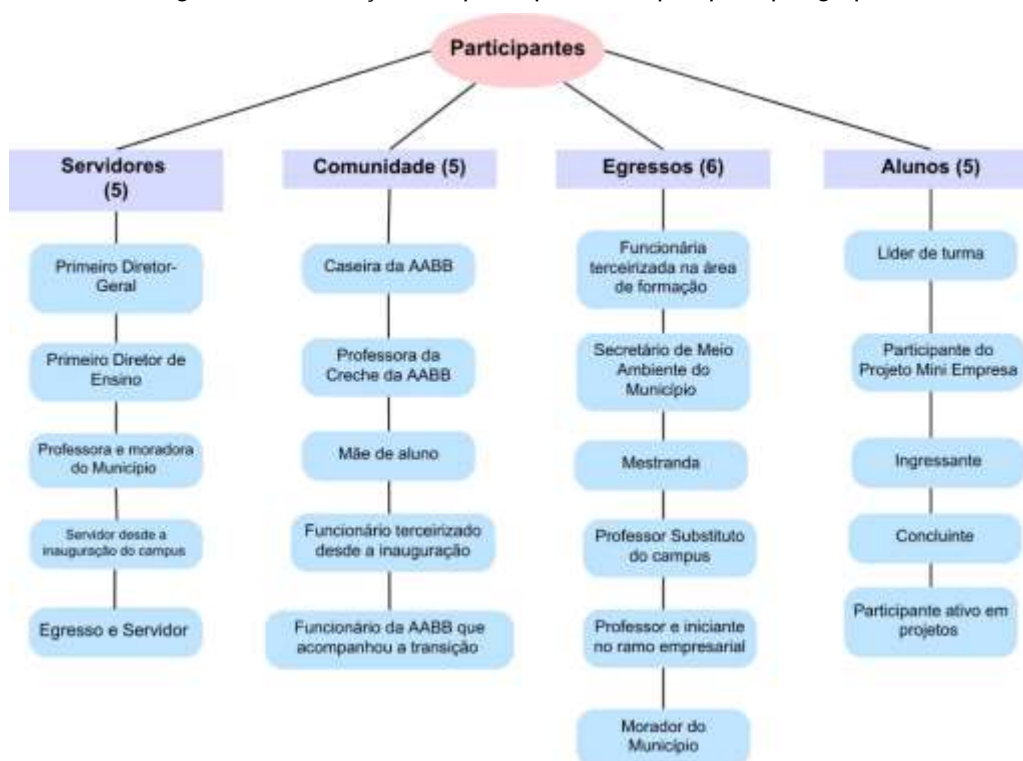
Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Buscando uma maior abrangência dos envolvidos no processo de construção e funcionamento do campus, optou-se por realizar uma busca ativa junto à comunidade acadêmica e a comunidade angicalense com a finalidade de compor os grupos de participantes da pesquisa. Para definição do grupo de servidores, primeiramente realizou-se uma busca de documentos oficiais emitidos no decorrer da atuação do Campus a fim de descobrir quais os primeiros gestores e servidores da

instituição, e posteriormente realizou-se uma busca junto à comunidade acadêmica para definição de outros servidores que vivenciaram o funcionamento do Campus no decorrer dos anos. Ao fim da busca, definiu-se 5 (cinco) servidores para compor o grupo.

Quanto ao grupo da comunidade, a definição ocorreu de forma gradual por meio de indicação dos participantes. Desse modo, um participante foi indicando outro, até chegar a composição final do grupo. Para este grupo, definiu-se também 5 (cinco) participantes. A composição dos grupo dos alunos e dos egressos ocorreu por meio de uma busca junto aos professores e servidores, os quais indicaram alunos e egressos que poderiam contribuir para a pesquisa. Os grupo dos egressos e dos alunos são constituindo por 6 (seis) e 5 (cinco) participantes, respectivamente. É pertinente ressaltar que por se tratar de uma pesquisa qualitativa, as intervenções de campo foram interrompidas quando houve a saturação dos dados. Na figura 17 é possível visualizar a descrição dos participantes da pesquisa.

Figura 17 – descrição dos participantes da pesquisa por grupo.



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Após a finalização da composição dos grupos dos participantes, providenciou-se a formalização do convite, que ocorreu de forma presencial, por meio de ligação

telefônica ou ainda mediante o aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp. Após o aceite dos participantes, as entrevistas foram agendadas e realizadas em local, dia e horários definidos conjuntamente com os participantes.

Segundo Minayo (2014, p. 195) “a investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”

As entrevistas com roteiro semiestruturado constituído de perguntas abertas para atendimento aos objetivos da pesquisa foram realizadas no período de 30/04/2024 a 08/07/2024, em sua maioria, de forma presencial, mas ocorreram também de forma online através do Google Meet para alguns participantes que optaram por essa modalidade. Em ambas as situações as gravações foram autorizadas pelos participantes. Ao final realizou-se 21 (vinte e uma) entrevistas, conforme descrição no quadro 8.

Quadro 8 - Descrição das entrevistas realizadas

Identificação	Duração da entrevista	Modalidade	Data
Comunidade 1	20min:31s	Presencial	30/04/2024
Comunidade 2	33min:55s	Presencial	02/05/2024
Comunidade 3	24min:33s	Presencial	02/05/2024
Comunidade 4	16min:22s	Presencial	02/05/2024
Comunidade 5	14min:47s	Presencial	07/05/2024
Servidor 1	31min:45s	Virtual	26/04/2024
Servidor 2	16min:27s	Presencial	09/05/2024
Servidor 3	32min:41s	Presencial	17/05/2024
Servidor 4	27min:47s	Virtual	04/06/2024
Servidor 5	37min:13s	Virtual	20/06/2024
Egresso 1	10min:28s	Presencial	07/05/2024
Egresso 2	16min:54s	Presencial	10/05/2024
Egresso 3	35min:19s	Virtual	17/05/2024
Egresso 4	23min:31s	Presencial	22/05/2024
Egresso 5	17min:45s	Virtual	24/05/2024
Egresso 6	29min:58s	Presencial	03/06/2024
Aluno 1	11min:32s	Presencial	10/05/2024
Aluno 2	18min:28s	Presencial	17/05/2024
Aluno 3	11min:59s	Presencial	21/05/2024
Aluno 4	27min:52s	Presencial	24/05/2024
Aluno 5	10min:37s	Presencial	08/07/2024

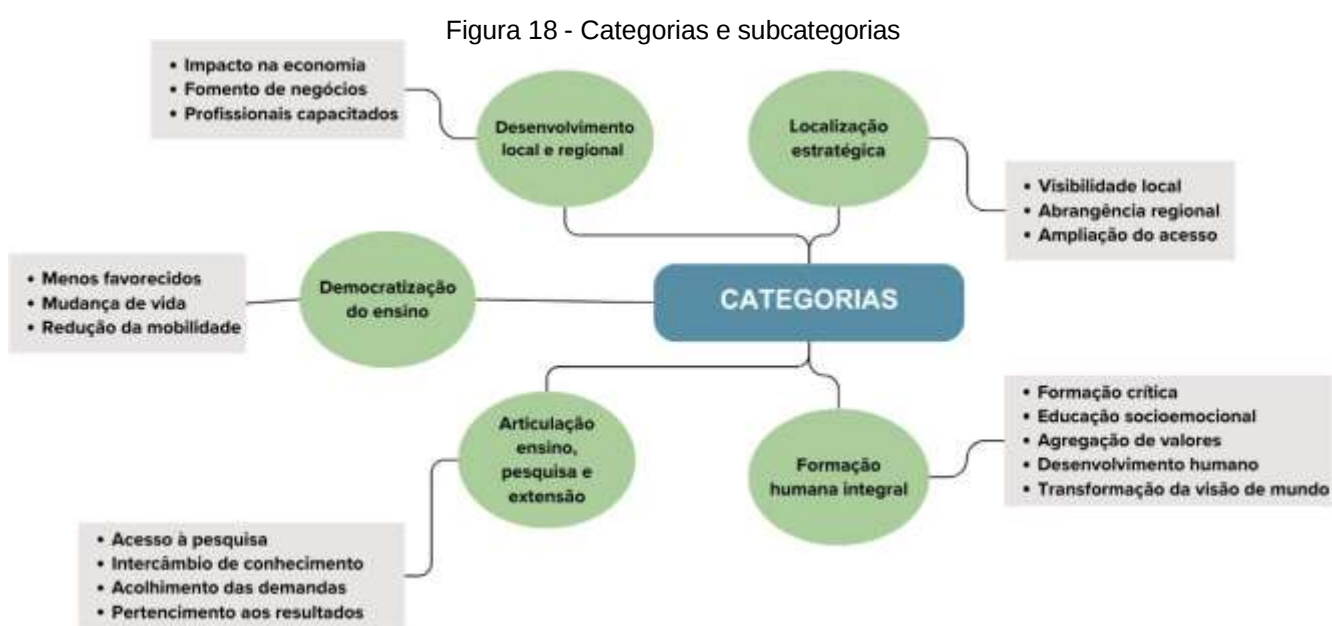
Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Romero e Santos (2017) ressaltam que é necessário ter consciência que o trabalho com entrevistas, com a história oral, faz-se com pessoas, com seres humanos, e estes não podem ser tratados apenas como fontes, é essencial compreender seus sentimentos e suas emoções.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas e em seguida revisadas com o intuito de evitar distorções nas narrativas dos participantes. Após transcrição e revisão, seguiu-se para a análise qualitativa do material e posterior categorização. Para tanto, providenciou-se a organização das informações, estabelecendo critérios para a separação dos dados que estivessem alinhados aos objetivos propostos e que pudessem trazer possíveis respostas ao problema da pesquisa.

Conforme Bardin (2016) a categorização é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos.”

Tomando como base este conceito e seguindo as etapas estabelecidas por Bardin (2016), cumpriu-se a codificação das informações obtidas por meio das entrevistas, ao tempo que foi possível definir 05 (cinco) categorias constituídas por subcategorias, conforme descrição na figura 18.



Por fim, seguiu-se para a análise criteriosa de cada categoria estabelecida anteriormente, realizando de fato a análise do conteúdo obtido.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

Após finalização das etapas anteriores da pesquisa, iniciou-se o planejamento e posterior elaboração do Produto Educacional. Decidiu-se pela produção de um E-

book por compreender a importância de materializar a história da instituição mediante achados documentais como imagens e documentos oficiais que constituem o seu percurso histórico, assim como por meio de narrativas dos autores que compõem a memória da instituição. Além disso, têm-se o interesse em contribuir para o arcabouço teórico já estabelecido sobre EPT no Piauí e em consequência servir de subsídio para a prática social do campus.

Durante as entrevistas os participantes foram informados que seus relatos poderiam compor o E-book. Quanto a isso, os entrevistados autorizaram a inserção de suas explicações no produto. De posse das transcrições das entrevistas, procedeu-se com a seleção dos relatos que constituiriam o E-book, os quais foram incluídos no produto de duas formas: na íntegra, com exposição literal do relato do participante; e como subsídio para a narrativa criada sobre o campus.

Ainda na etapa de coleta de dados, realizou-se buscas de imagens do Campus, tanto relativas à infraestrutura, quanto a eventos realizados. Desse modo, enviou-se um e-mail para o Diretoria de Comunicação do IFPI informando sobre a elaboração do Produto Educacional e a necessidade da utilização das imagens. Outrossim, utilizou-se imagens das redes sociais oficiais do IFPI e do arquivo local do campus.

De posse das imagens, procedeu-se com a seleção, a fim de eleger as que dialogam com a história da instituição e com as narrativas dos participantes e que por conseguinte integrariam o E-book. Para tanto, realizou-se o encadeamento preliminar das imagens com os relatos e com a narrativa criada sobre a instituição.

Ademais, na etapa de produção e estruturação do produto, optou-se por usar uma linguagem simples, de fácil compreensão para o leitor, visto que a intenção é alcançar diferentes públicos, seja a comunidade acadêmica dos diferentes níveis de ensino, sejam membros da comunidade externa que possam se interessar pela informação contida no E-book que está intitulado como Instituto Federal do Piauí - Campus Angical do Piauí: trajetória e contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense.

3.4 RISCOS E BENEFÍCIOS DA PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa que utilizou a História Oral como método de coleta de narrativas, com afloramentos de memórias e lembranças, trabalhou-se com a possibilidade de ocorrer alguns riscos durante a realização das entrevistas Neste

caso, procurou-se estabelecer medidas que pudessem diminuir a ocorrência dos riscos.

Neste contexto, as entrevistas foram realizadas de modo a minimizar os riscos, a fim de não provocar danos morais, financeiros ou físicos aos participantes. No entanto, o processo de despertar vivências pessoais poderiam causar desconforto emocional nos participantes. Neste caso, foi esclarecido ao participante a não obrigatoriedade em responder as perguntas e a possibilidade de desistência a qualquer momento, caso se sentisse desconfortável.

Poderiam ocorrer ainda os riscos de estresse e vergonha ao participar da entrevista. Sobre isso, foi garantida a livre participação e permanência do entrevistado. Além disso, para evitar equívocos na interpretação das perguntas, buscou-se utilizar palavras do cotidiano a fim de garantir o melhor entendimento pelo participante.

Durante as entrevistas os participantes tiveram autonomia para não responder perguntas que os fizessem se sentir constrangidos ou com suas intimidades invadidas. Além disso, foi informado ao participante que o mesmo poderia suspender a entrevista a qualquer momento, podendo retomá-la em outro momento caso se sentisse cansado ou ansioso, a fim de garantir sua integridade física e intelectual.

Em suma, os riscos de constrangimento, ansiedade, cansaço, estresse, vergonha e medo poderiam ocorrer. Em todas as situações o participante esteve livre para interromper a entrevista, o que não ocorreu em nenhuma das entrevistas realizadas.

Para os participantes deste estudo, acredita-se que o principal benefício é o Produto Educacional, visto que a proposta é encadear as narrativas dos entrevistados com os dados obtidos por meio de outras fontes. Desse modo, suas narrativas constituirão a materialização da história e da memória da instituição.

3.5 ASPECTOS ÉTNICOS E LEGAIS DA PESQUISA

O estudo atendeu às diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, em consonância com a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Todos os participantes foram orientados quanto a necessidade de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para os participantes maiores de 18

anos) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (para os participantes menores de 18 anos), conforme exigência do Comitê de Ética em Pesquisa.

A pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética do Centro Universitário Uninovafapi (CEP/ UNINOVAFAPI), mediante o Parecer Consubstanciado nº 6.708.561.

4. ESTUDO DE CASO: O CAMPUS ANGICAL DO PIAUÍ

Nesta seção realizou-se o estudo de caso no qual são apresentadas as informações relativas ao Campus, lócus desta pesquisa. Nesta perspectiva, discorre-se sobre o município de Angical do Piauí e os processos de implantação e funcionamento do Campus no município.

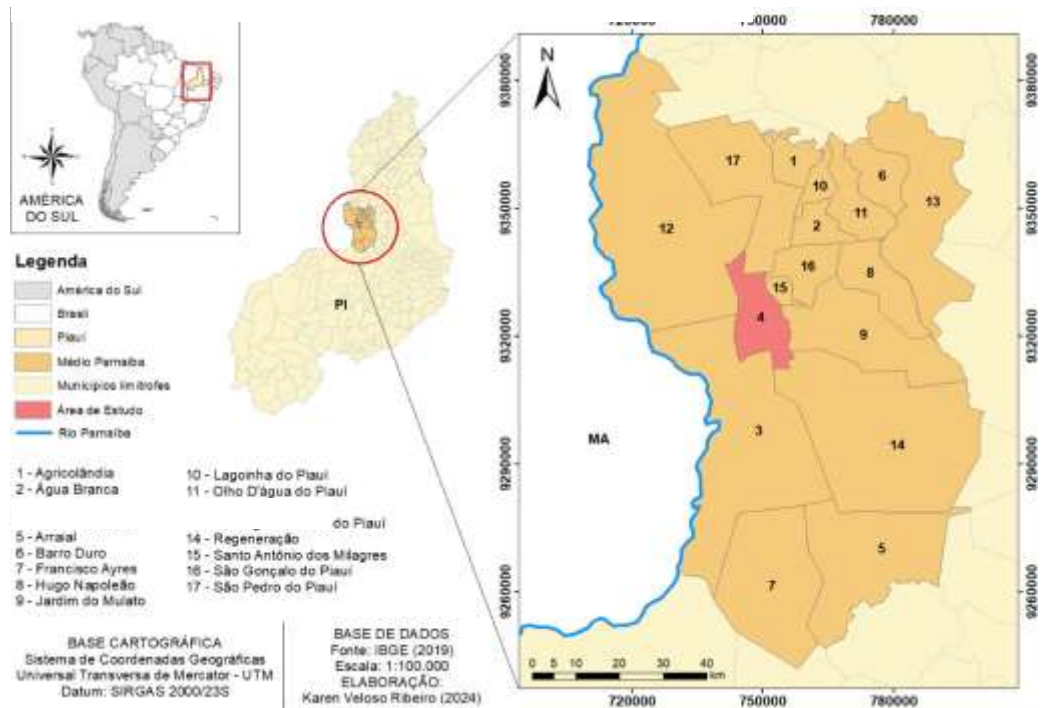
4.1 O MUNICÍPIO DE ANGICAL DO PIAUÍ E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS

O campus encontra-se localizado na cidade de Angical do Piauí. O Município integra, com mais 16 municípios, a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, localizada no Território de desenvolvimento Entre Rios, conforme divisão administrativa realizada pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e encontra-se a 125 km de distância de Teresina, capital do Estado.

A Microrregião do Médio Parnaíba tem uma população estimada em 135.000 habitantes, conforme dados do censo realizado em 2010 e é composta pelos seguintes municípios: Agricolândia, Água Branca, Amarante, Angical do Piauí, Arraial, Barro Duro, Francisco Ayres, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, Lagoinha do Piauí, Olho d'Água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí, São Pedro do Piauí.

O município de Angical do Piauí encontra-se localizado no centro da Microrregião do Médio Parnaíba, tendo como limites ao norte os municípios de Palmeirais e São Pedro do Piauí, ao sul Amarante e Regeneração, a leste Jardim do Mulato e Santo Antônio dos Milagres, e a oeste, Amarante, conforme é possível visualizar na figura 19.

Figura 19 - Mapa da Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense



Fonte: IBGE(2019). Elaboração: Karen Veloso Ribeiro (2024).

Conforme Censo realizado pelo IBGE em 2022, o município possui população de 6.827 (seis mil e oitocentos e vinte e sete) habitantes distribuídos em uma área territorial de 222,008 km² e densidade demográfica de 30,75 habitantes por quilômetro quadrado. No ranking populacional do Estado, o município ocupa a 90º colocação.

Quanto aos índices relativos à Educação, o município possui uma alta taxa de escolarização na faixa etária de 06 a 14 anos, de 96,9% (Censo IBGE, 2010) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,9 nos anos iniciais do Ensino Médio e 4,5 nos anos finais do Ensino Médio (Censo IBGE, 2021). O quadro 9 apresenta os quantitativos de matrículas, docentes e estabelecimentos de ensino relativos ao município, conforme último censo realizado pelo IBGE em 2023.

Quadro 9 – Matrículas, Docentes e Estabelecimento de ensino

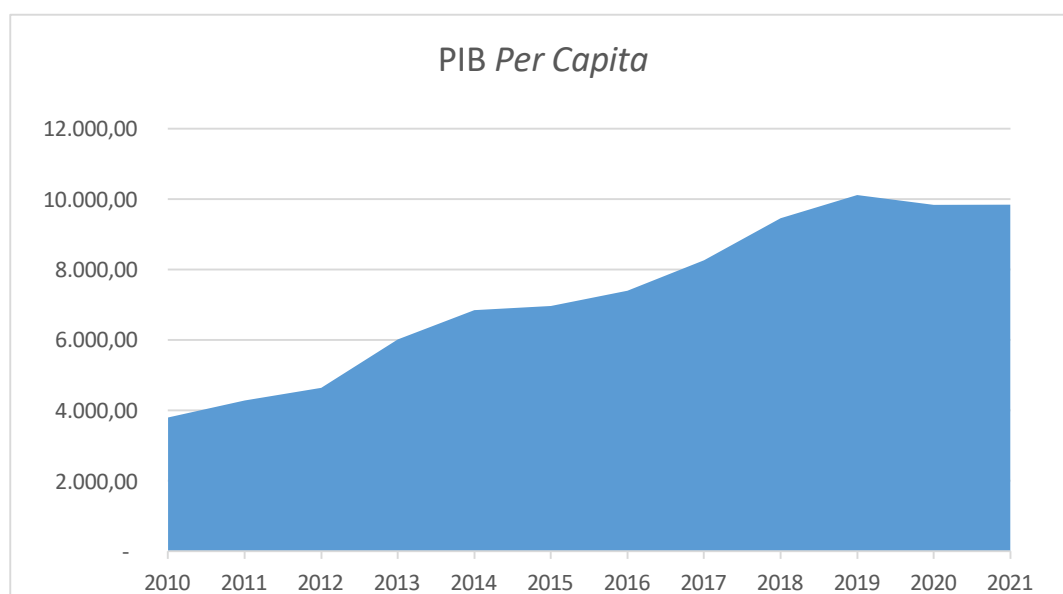
Matrículas		Docentes		Estabelecimentos de ensino	
Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
929	627	64	80	8	3

Fonte: IBGE (2023).

O município conquistou emancipação da cidade de Amarante em 1954, por meio da Lei estadual nº 1054 de 24 de julho e tem o comércio como atividade econômica principal, além das atividades subjacentes de agricultura e pecuária. Conforme censo realizado pelo IBGE em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,630, representando que o município possui um desenvolvimento médio. Ademais, o município possui PIB *Per Capita* de R\$ 9.846,26 (nove mil e oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos) em 2021, ocupando a posição 138 dos 224 municípios do Estado (Censo IBGE, 2021).

O Gráfico 4 apresenta os valores do PIB *Per Capita* do Município referente ao período de 2010 a 2021. Registra-se que a escolha por esse recorte se deu em virtude do campus ser implantado no município em 2010 e os índices encontrados na Base de dados do IBGE limitarem-se ao ano de 2021.

Gráfico 4 - Renda *Per Capita* do Município 2010 a 2021



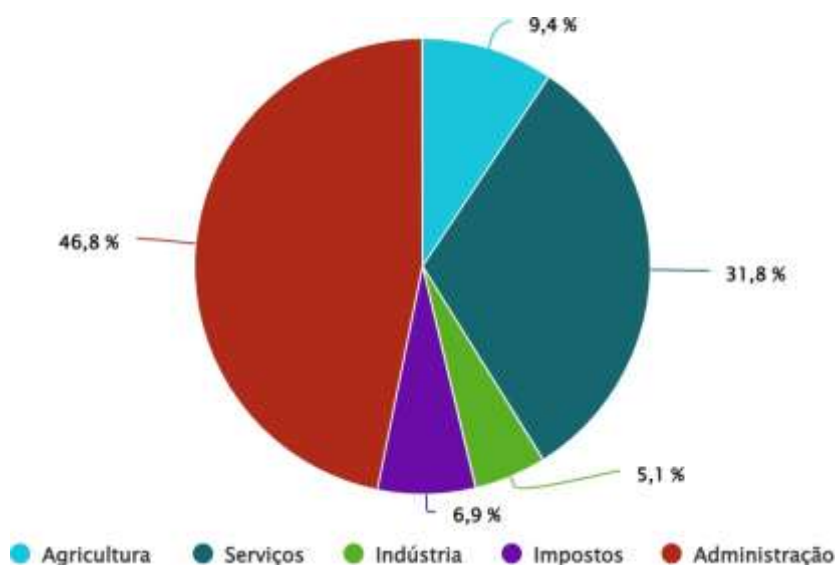
Fonte: Elaborado pelas autoras baseadas em IBGE (2021).

Conforme é possível observar, a partir do ano de 2010 houve um crescimento significativo no PIB Per capita do Município de Angical do Piauí, o que evidencia a relevante contribuição da implantação e do funcionamento do campus para o desenvolvimento econômico do Município. Sobre isso, Monte (2019) ressalta que o impacto na economia é impulsionado pela existência de campi de IFs em Municípios de pequeno porte ocorre de forma mais acelerada, podendo ser percebida poucos

anos após a sua implantação, pois a Instituição estimula a dinamicidade da economia local, sobretudo, em virtude da chegada e da permanência de servidores e alunos.

O Produto Interno Bruto (PIB) tem como maiores componentes os setores de Administração Pública e Serviços, seguidos pelos setores de Indústria e Agropecuária, conforme demonstrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Composição do PIB em 2021



Fonte: FGV (2024).

No tocante ao mercado de trabalho, consoante ao documento “Perfil Municipal de Angical do Piauí” elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 2024, o município possui um total de 281 (duzentas e oitenta e uma) empresas ativas, das quais sobressai o setor de Comércio (185), seguido dos setores de Serviços (73), Indústria (10) e Construção (13). Do mesmo modo o documento apresenta que os empregos formais encontram-se predominantemente nos setores de Serviços e Comércio. Ressalta-se que o setor de Serviços inclui a Administração Pública. Ademais, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,7 salários mínimos, conforme censo realizado pelo IBGE em 2022.

A definição do Município como receptor de uma nova unidade do CEFET-PI, atual IFPI, ocorreu mediante um processo que iniciou no ano de 2007, em meio a Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de EPT, quando a então Prefeita Municipal Ana Márcia Leal da Costa autorizou a doação do Terreno Municipal para a construção

da nova Unidade de ensino no município. O ato foi oficializado por meio da Lei Municipal nº 499 de 21 de junho de 2007.

Antes de tornar-se patrimônio do Município de Angical do Piauí, o imóvel doado pertencia a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), um clube social, recreativo e esportivo cujos beneficiários eram os funcionários do Banco do Brasil. A AABB esteve em atividade no município entre os anos de 1988 e 2003 desenvolvendo diferentes atividades recreativas e educacionais para seus associados e para a comunidade angicalense. Dentre as quais destacam-se eventos festivos, esportivos e oferta de ensino infantil em cooperação com a Prefeitura.

A AABB recebia visitantes de vários municípios da Microrregião do Médio Parnaíba, uma vez que era o único estabelecimento de lazer em funcionamento na região. Suas atividades favoreciam a movimentação de pessoas e de renda no município, porém, a renda permanecia, em sua maioria, no âmbito da Instituição como meio de garantir o seu funcionamento. Em 2004, a instituição encerrou suas atividades no município. No mesmo ano, o então Prefeito Raimundo Luiz Soares Vilarinho efetuou a compra do imóvel, que passou a pertencer à Prefeitura Municipal de Angical do Piauí (Angical do Piauí, 2007). A intenção do Prefeito era reabrir a instituição como espaço de lazer gratuito para a população angicalense, no entanto, até a doação do terreno para o CEFET, atual IFPI, a instituição manteve-se sem funcionamento. (Pesquisa de Campo, 2024).

Retomando os acontecimentos ocorridos em 2007, os quais impulsionaram a implantação do Campus no município, no dia 26 de junho do mesmo ano, após efetivação da doação do imóvel, a Prefeita Municipal encaminhou uma Carta ao Ministério da Educação por meio da qual foi manifestado o interesse na implantação do campus no município e encaminhado o “Projeto de Implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Angical do Piauí (UNED/Angical)” (Ribeiro e Ramos, 2018). Trata-se de um documento constituído por informações sobre o Município de Angical do Piauí, sobre o imóvel doado que abrigaria a UNED/Angical e sobre os municípios circunvizinhos que seriam beneficiados com a implantação da nova unidade de ensino.

Na Figura 20 é possível visualizar a planta da UNED/Angical.

Figura 20 - Planta da UNED/ANGICAL, atual campus Angical do Piauí



Fonte: Angical do Piauí (2007).

O Projeto foi encaminhado em atendimento ao Edital de Chamada Pública da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - MEC n.º 001/2007, o qual tinha por “objeto a análise e seleção de propostas de apoio à implantação de Instituições Federais de Educação Tecnológica, visando ao estabelecimento de uma ordem de prioridade na implantação” (MEC/SETEC, 2007, p. 2). O Edital elencava as contrapartidas necessárias por parte dos órgãos solicitantes para a efetivação da implantação das novas unidades, as quais foram classificadas como Contrapartidas obrigatórias e complementares. Constatou-se que o imóvel que abrigaria a UNED/Angical, possuía condições favoráveis para a implementação do projeto. Em face disto, em julho do mesmo ano ocorreu a cerimônia de colocação da pedra fundamental para a construção da Unidade (Ribeiro e Ramos, 2018).

Dentre as contrapartidas obrigatórias exigidas pela SETEC/MEC destaca-se a garantia de transporte público escolar para os estudantes da instituição, visto que para atendimento a esta contrapartida fez-se necessária a participação dos municípios que compõem a Microrregião do Médio Parnaíba, que por sua vez, deveriam garantir o fornecimento de transporte gratuito aos futuros estudantes oriundos de seus respectivos municípios. Diante disso, 14 (catorze) municípios, dos 17 (dezesete) que

compõem a microrregião, assinaram declaração, perante o MEC, assegurando o fornecimento de transporte público escolar no âmbito de seus municípios.

Ainda em meio ao processo de planejamento da implantação da nova Unidade de Ensino de EPT no município e com vistas a conhecer as necessidades educacionais locais, a Prefeitura Municipal designou uma Equipe, a qual ficou incumbida de realizar uma pesquisa junto à comunidade para caracterizar a população de Angical do Piauí quanto à demanda por cursos de formação profissional nos níveis de capacitação, técnico e superior. A pesquisa foi realizada entre os dias 09 e 10 de fevereiro de 2007 e estabeleceu-se uma amostra de 581 indivíduos, considerando os 6.788 habitantes na época (Angical do Piauí, 2007).

Conforme o Relatório da Pesquisa, os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória e os questionários foram aplicados em locais de maior concentração populacional. O questionário foi estruturado com perguntas relativas às informações populacionais (idade, gênero, sexo, escolaridade, zona de residência) e com perguntas específicas sobre o interesse por cursos em diferentes níveis, cujos resultados serão apresentados a seguir: quanto aos cursos de capacitação, registrou-se grande interesse para cursos nas áreas de Informática e Serviços (Vendas e Relações Humanas); para os cursos de nível técnico a pesquisa revelou maior interesse populacional pelos cursos de Administração, Contabilidade e Secretariado. E por fim, no tocante aos cursos superiores, o maior interesse estavam nos cursos de Sistemas de Informação e Secretariado, no entanto, houve uma significativa quantidade de pesquisados que optaram pelas Licenciaturas (Angical do Piauí 2007).

Convém salientar que o PDI (2010-2014) do IFPI, tornava expresso o compromisso da instituição com o Plano de Expansão da Rede Federal de EPT em andamento, e propunha-se a “intervir no desenvolvimento da cidade de Angical e dos municípios circunvizinhos, com uma oferta de cursos de educação profissional e tecnológica que atendessem às necessidades educacionais locais” (IFPI, 2010, 46), por meio da implantação de um campus do IFPI no município.

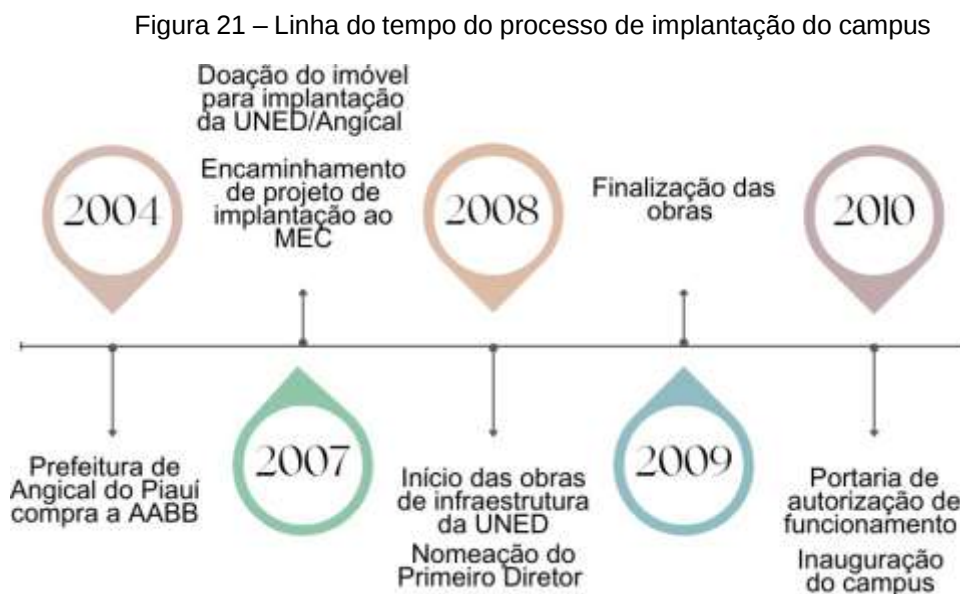
Neste sentido, o Relatório foi essencial para o conhecimento sobre as necessidades educacionais locais e em consequência serviu de parâmetro para a definição dos primeiros cursos ofertados na instituição. Não obstante, observa-se que as informações adquiridas por meio da pesquisa limitaram-se ao Município de Angical do Piauí, não considerando os interesses dos demais municípios que seriam beneficiados com o novo estabelecimento de ensino.

Face ao estes acontecimentos que antecederam a implantação do campus no Município, em 26 de junho de 2008, o então Diretor-Geral do CEFET/PI, Francisco das Chagas Santana, assinou o Contrato para construção da nova UNED/Angical cuja vigência finalizava um ano depois, em 25 de junho do 2009. Ainda em 2008, em meio ao início das obras de infraestrutura, ocorreu a nomeação do primeiro Diretor da nova Unidade, Professor Guilherme Medeiros Barçante.

Como mencionado anteriormente, o imóvel que abrigaria a UNED/Angical tratava-se de um prédio onde funcionava a AABB. Por conta disto, o imóvel já possuía uma estrutura instalada, a saber: redes de interligação de água, energia e telefonia; três blocos de laboratórios; sanitários; cantina/recreação; pátio; duas piscinas; vestiários; guarita; quadra de esportes; campo de futebol; e poço tubular (Angical do Piauí, 2007). Nesse sentido, objetivava-se, com a obra, aproveitar as instalações existentes, realizando as devidas adaptações e construir o que fosse necessário.

Em consequência a este processo, o funcionamento da nova Unidade de Ensino foi autorizado por meio da Portaria MEC nº 109, de 29 de janeiro DE 2010, a qual concede autorização ao agora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, em decorrência da nova institucionalidade ocorrida no ano de 2008, a promover o funcionamento do Campus Angical do Piauí.

Em 1º de fevereiro do mesmo ano ocorreu a cerimônia de descerramento da placa inaugural do campus. A figura 21 apresenta a linha do tempo do processo de implantação da instituição.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Apesar dos desafios inerentes ao processo inicial de implementação das atividades referentes ao funcionamento, nos anos que sucederam o processo de implantação do campus, houve uma expressiva expansão em sua infraestrutura, com significativo aumento da quantidade de salas de aula, estruturação de novos laboratórios, aquisição de acervo bibliográfico e equipamentos de informática, conforme está descrito no quadro 10:

Quadro 10 – Melhorias na infraestrutura do campus após inauguração

ANO	Aquisição de materiais/Obras realizadas
2010	Aquisição de acervo bibliográfico para a biblioteca
2012	Revestimento cerâmico em salas de aula, reforma da piscina e do campo de futebol e construção do ginásio coberto
2014	Inauguração de novo bloco de salas contendo mais 10 salas de aula
2016	Perfuração de poço tubular e substituição de telhados do tipo cerâmico por termo acústico
2018	Inauguração dos Laboratórios de Química e Alimentos
2021	Entrega da reforma do Refeitório/Cozinha
2022	Melhoria na estrutura física do campus e pavimentação do estacionamento
2023	Recebimento de 25 computadores

Fonte: elaborado pelas autoras, baseadas em Relatório de Gestão (2010 a 2023).

No tocante aos servidores que estiveram à frente da Diretoria-Geral, o quadro 11 apresenta todos os Diretores-Gerais do campus e seus respectivos períodos de gestão.

Quadro 11 – Diretores-Gerais do campus

Nome	Função	Período de Gestão
Guilherme Medeiros Barçante	Diretor da UNED/Angical	16/09/2008 a 01/02/2009
Guilherme Medeiros Barçante	Diretor-Geral Pro Tempore	02/02/2009 a 13/02/2013
Nádia Mendes dos Santos	Diretora-Geral Pro Tempore	14/02/2013 a 23/04/2013
Rafael Araújo de Moraes	Diretor-Geral Pro Tempore	24/04/2013 a 27/05/2013
Charleno Queiroz Pires	Diretor-Geral Pro Tempore	28/05/2013 a 07/09/2014
Polyana Dias Miranda	Diretora-Geral Pro Tempore	08/09/2014 a 05/03/2017
Rogério Sousa Azevedo	Diretor-Geral Pro Tempore	06/03/2017 a 28/05/2017
Rogério Sousa Azevedo	Diretor-Geral	29/05/2017 a 28/11/2023
Samara Maria Viana da Silva Lacerda	Diretora-Geral Pro Tempore	29/11/2023 a 04/04/2024
Samara Maria Viana da Silva Lacerda	Diretora-Geral	05/04/2024 aos dias atuais

Fonte: elaborado pelas autoras baseadas em DOU (2008 a 2024).

Nota-se, portanto, que o campus dispôs de vários Diretores-Gerais que juntamente com sua equipe trouxeram contribuições relevantes para a Instituição. O primeiro Diretor, nomeado quando a instituição ainda era UNED e estava em fase de construção, foi o Professor Guilherme Medeiro Barçante, cuja gestão perdurou até o ano de 2013, após quase três anos de funcionamento. Verifica-se também que o Professor Rogério Sousa Azevedo foi o servidor que esteve em maior tempo executando as atribuições da Diretoria-Geral. O servidor também foi o primeiro Diretor-Geral eleito entre os pares, conforme legislação vigente. Ressalta-se que antes dele, a Professora Polyana Dias Miranda foi eleita a Diretora-Geral Pro Tempore após consulta à comunidade acadêmica.

Em 2024, o Campus dispõe de infraestrutura adequada para atendimento à comunidade acadêmica. Na figura 22 é possível visualizar a imagem aérea do campus em 2024.

Figura 22 – Vista aérea do campus



Fonte: Google Earth (2024).

Sua estrutura é composta por 20 (vinte) salas de aula climatizadas;14 (quatorze) laboratórios equipados para realização de aulas práticas, experiências e

trabalho, além de pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento, conforme descrição a seguir: 05 (cinco) de informática, 01 (um) de matemática, 01 (um) de alimentos, 02 (dois) de física, 01 (um) de química, 01 (um) de biologia, 01 (um) de administração, 01 (um) de música e 01 (um) de arte. Ademais o Campus possui uma biblioteca com um amplo acervo bibliográfico, refeitório com oferta de almoço e jantar aos alunos, banheiros, vestiários, ginásio poliesportivo, campo de futebol, piscina, auditório com capacidade para 180 pessoas, sala de reunião, salas de serviço social e atendimento médico e odontológico, além das dependências que abrigam as coordenações de cursos e de setores e um amplo espaço arborizado.

Quanto aos servidores, no ano de 2010 o campus possuía 46 (quarenta e seis) servidores. Em virtude da expansão ocorrida no decorrer dos anos, tanto na estrutura física quanto na oferta de cursos, em 2024 seu quadro de pessoal conta com 90 (noventa) servidores, dos quais 59 (cinquenta e nove) são docentes e 31 (trinta e um) são Técnicos Administrativos em Educação, conforme descrição por titulação apresentada na figura 23 (SUAP, 2024).

Figura 23 - Quantidade de servidores do campus por titulação



Fonte: elaborado pelas autoras, baseadas em SUAP/IFPI (2024).

Importa-se registrar ainda que do total de servidores, 14 (catorze) são naturais de municípios constituintes da Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, o que demonstra o impacto da instituição também como provedora de postos de trabalho para trabalhadores de seu entorno. Destaca-se ainda que 2 (dois) servidores são egressos do campus (Pesquisa de campo, 2024).

4.2 ATIVIDADES DE ENSINO

O campus iniciou as atividades em 2010 com a oferta de dois cursos técnicos integrados ao ensino médio: Administração e Informática; dois cursos técnicos concomitante e subsequente: Informática e Comércio e um curso superior: Licenciatura em Matemática. No ano seguinte, em 2011, iniciou a ofertada curso de Licenciatura em Física, cuja autorização de funcionamento havia ocorrido no ano anterior.

Desde a oferta das primeiras turmas, o ingresso à instituição para os cursos técnicos integrados ao ensino médio, assim como para os cursos técnicos concomitantes/subsequentes se dá por meio do Exame Classificatório¹. No primeiro Exame Classificatório do campus, foram ofertadas 40 (quarenta) vagas para cada curso, com um total de 642 (seiscentos e quarenta e dois) inscritos, dos quais a maior parcela pleiteava vaga no curso técnico em informática na modalidade concomitante e subsequente, conforme é possível visualizar no quadro 12.

Quadro 12 – Informações sobre os primeiros cursos ofertados.

CURSO	MODALIDADE	INÍCIO DO CURSO	VAGAS	INSCRITOS	MATRICULADOS
Administração	Integrado	15/03/2010	40	119	41
Informática	Integrado	15/03/2010	40	124	42
Comércio	Conc./Subs.	15/03/2010	40	137	42
Informática	Conc/Subs.	15/03/2010	40	262	43

Fonte: Elaborado pelas autoras baseadas em dados da Coordenação de Controle Acadêmico (2024).

Na última edição do Exame Classificatório, considerando a data de finalização da pesquisa, o campus obteve um total de 757 (setecentos e cinquenta e sete) inscritos para os cursos técnicos nas modalidades integrados ao ensino médio e concomitante e subsequente.

Quanto aos cursos de graduação, até o ano de 2022 o ingresso ocorria através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), entretanto, a partir do ano de 2023 o IFPI implementou seu próprio Vestibular, com seleções anuais. A primeira oferta de curso

¹ Exame realizado semestralmente para ingresso de alunos na Educação Profissional Técnica de Nível Médio Concomitante e/ou Subsequente no âmbito do IFPI.

de graduação do campus ocorreu ainda no ano de 2010 para o curso de Licenciatura em Matemática, o qual obteve o total de 144 (cento e quarenta e quatro) inscritos para 40 (quarenta) vagas. No ano seguinte, houve a oferta do curso de Licenciatura em Física, que obteve o total de 665 (seiscentos e sessenta e cinco) inscritos, também para 40 (quarenta) vagas. (Dados da Coordenação de Controle Acadêmico, 2010 e 2011).

As primeiras turmas iniciaram ainda em meio a estruturação de alguns setores. Neste sentido, nos primeiros anos de funcionamento, o Campus precisou se adequar a algumas limitações estruturais, tais como acervo da biblioteca reduzido e laboratórios ainda em fase de implantação.

Nos anos 2012 e 2013 a instituição ofertou as primeiras turmas dos cursos técnico em administração e técnico em alimentos, respectivamente. Ambos na modalidade concomitante e subsequente. Ainda no ano de 2013 o curso técnico em comércio deixou de ser ofertado.

Ainda durante os anos de 2012 e 2013, a instituição ofertou cursos técnicos concomitante e subsequente na modalidade de educação a distância, em diversas áreas do conhecimento: técnico em segurança do trabalho, técnico em informática para internet, técnico em secretariado, técnico em logística, técnico em eventos, técnico em meio ambiente, técnico em administração, técnico em serviços públicos. Os cursos oportunizaram alunos de diferentes regiões piauienses cuja limitação geográfica dificultava a realização de um curso presencial. Ademais, ainda no ano de 2013 o campus ofertou o cursos de qualificação profissional no âmbito do Programa Mulheres Mil².

Nos anos seguintes, a instituição continuou expandindo a oferta de cursos. Em 2017 tem-se a oferta da primeira turma do Curso de Bacharelado em Administração; e em 2019, passa a ser ofertado o curso Técnico em Alimentos na modalidade integrado ao ensino médio. E em 2024, foi implantado o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Posto isto, registra-se que no ano de 2024 o Campus oferta vagas para os seguintes cursos: na modalidade integrada ao ensino médio: Administração, Alimentos e Informática; na modalidade concomitante e subsequente: Alimentos; além

² Programa do Governo Federal que reúne um conjunto de políticas públicas e diretrizes governamentais voltadas para fazer a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

das Licenciaturas em Matemática e Física, Bacharelado em Administração e o Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Ademais, a instituição é polo da Universidade Aberta da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a oferta de cursos de graduação e especialização na modalidade de Educação a Distância. A figura 24 apresenta a linha do tempo da oferta de curso na instituição.



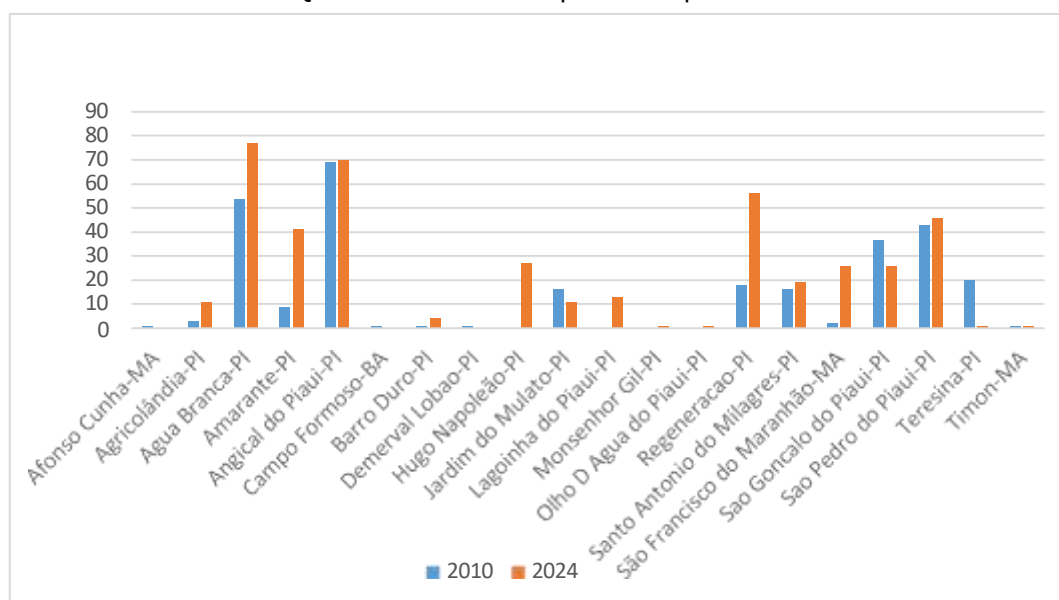
Fonte: Elaborado pelas autoras baseadas em dados da Coordenação de Controle Acadêmico (2024).

De acordo com a Coordenação de Controle Acadêmico, no ano de 2024 o campus possui 946 (novecentos e quarenta e seis) alunos matriculados, distribuídos nos cursos ofertados nos turnos matutino, vespertino e noturno. Os cursos ofertados contemplam os seguintes Eixos Tecnológicos em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Brasil, 2020) e com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (Brasil, 2024): Gestão e Negócios (3 cursos); Formação de Professores (2 cursos); Informação e Comunicação (2 cursos); e Produção Alimentícia (2 cursos).

Ao longo destes 14 anos de atuação, o Campus desempenha um papel fundamental para a democratização do acesso ao ensino aos moradores da Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, ultrapassando os limites do município de Angical do Piauí. Em seu primeiro ano de funcionamento o campus recebeu alunos de 16 (dezesesseis) municípios piauiense. Em 2024, a abrangência da instituição manteve-se estável, visto que seu alunado é oriundo de 17 (dezesete) municípios, entretanto, a quantidade de alunos por município aumentou significativamente. Ressalta-se que a maioria dos municípios são da Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, entretanto, a abrangência da instituição ultrapassa a microrregião. O

Gráfico 6 exibe a quantidade de alunos por município nos anos 2010 e 2014, considerando a primeira oferta de cursos e a oferta imediatamente anterior à pesquisa.

Gráfico 6 – Quantidade de alunos por município em 2010 e 2024



Fonte: Elaborado pelas autoras baseadas em dados da Coordenação de Controle Acadêmico (2024).

Conforme apresentado no Gráfico 6, a quantidade de alunos por municípios aumentou significativamente entre os anos de 2010 e 2024. Dentre os municípios que tiveram a quantidade de alunos elevada, destacam-se Amarante, Regeneração e Água Branca, os quais tiveram seus quantitativos de 2010 praticamente dobrados em 2024. Realça-se ainda os municípios de Hugo Napoleão, Lagoinha e São Francisco do Maranhão, que em 2010 não tinham ou tinham poucos alunos matriculados no Campus, entretanto, em 2024 dispõem de um quantitativo significativo.

Ademais, ressalvados poucos municípios que não mantiveram alunos matriculados na instituição, possivelmente em virtude da distância, o quantitativo de alunos dos demais municípios mantiveram-se estáveis durante os períodos analisados, o que evidencia a importância da instituição para a microrregião.

4.3 ATIVIDADES DE PESQUISA

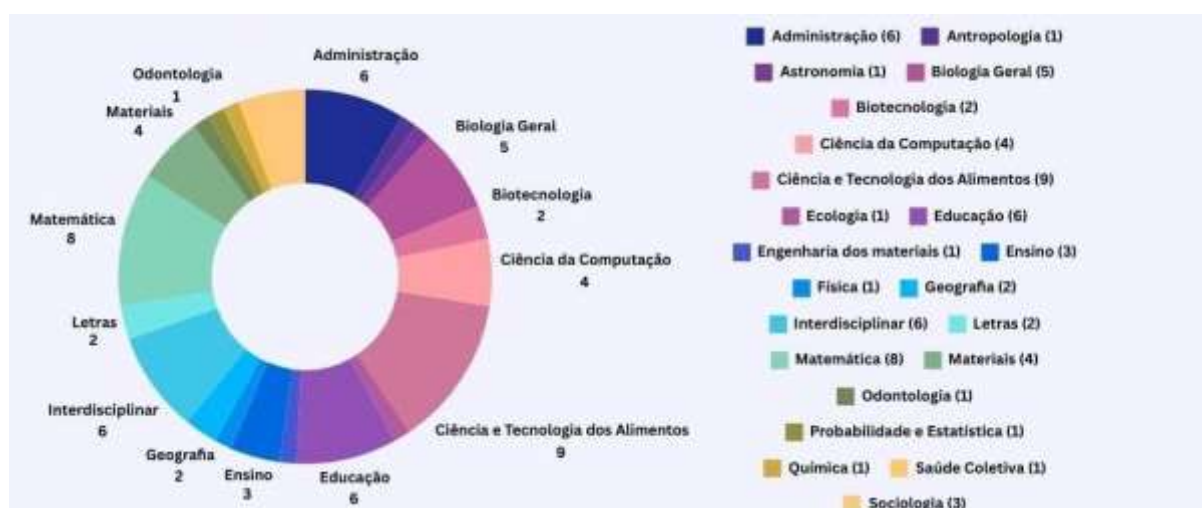
Ao longo de sua atuação, a instituição vem desenvolvendo projetos de pesquisa com alunos e servidores vinculados aos diferentes níveis de ensino: integrado ao ensino médio, concomitante/subsequente e superior, considerando o princípio da

verticalização, um dos objetivos basilares dos IFs, assim como promovendo o estímulo à adoção da pesquisa em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2021).

A pesquisa desvelou que nos primeiros anos de funcionamento do Campus a execução de projetos de pesquisa ainda não integralizava a prática da instituição. Neste sentido, foram encontrados projetos realizados entre os anos de 2015 e 2023, cujo o acesso se deu junto à Pró-reitora de Pesquisa e Inovação por meio do SUAP/IFPI e à Coordenação de Pesquisa e Inovação do Campus.

Até o ano de 2023, o campus possui um total 91 (noventa e um) projetos cadastrados, dos quais 69 (sessenta e nove) foram executados ou encontram-se em execução. Os projetos abrangem diversas áreas do conhecimento conforme descrito no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Projetos de Pesquisas por área do conhecimento



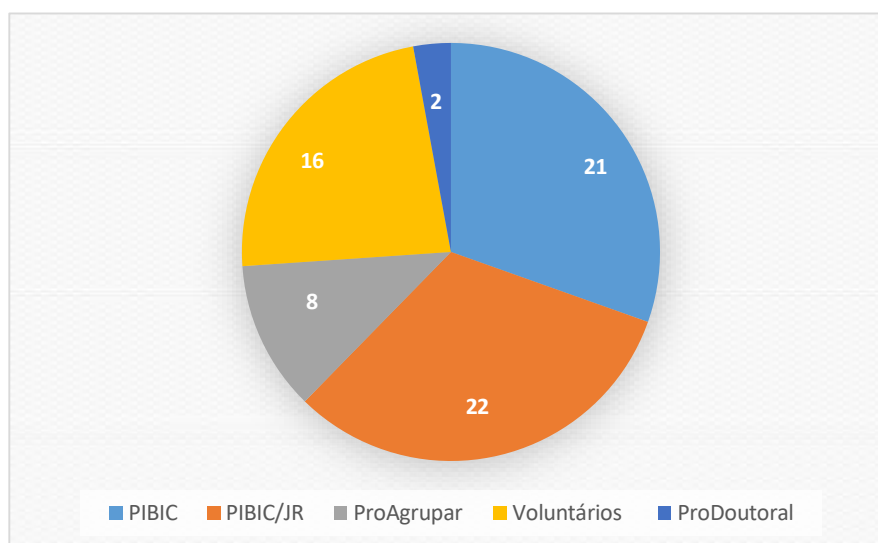
Fonte: elaborado pelas autoras baseadas em dados do SUAP/IFPI e da Coordenação de Pesquisa e Inovação do Campus (2024).

A maioria dos projetos analisados vinculam-se a editais de programas que apoiam e incentivam à produção científica e tecnológica, uma outra parte estão vinculados a editais de programas institucionais de seleção de projetos voluntários. Durante o período analisado os projetos executados ou em execução vincularam-se aos seguintes programas: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); Programa de Iniciação Científica - Junior (PIBIC/JUNIOR); Programa de incentivo à pesquisa, estruturação e reestruturação de infraestrutura laboratorial (PROAGRUPAR); e ao Programa de Formação Doutoral Docente (ProDoutoral).

O PIBIC é um programa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que distribui bolsas aos estudantes e formação complementar para prepara-lo para a atividade da pesquisa. Enquanto o PIBIC/CNPq é voltado para os alunos do ensino superior, o PIBIC/Junior direciona-se aos alunos do Ensino Médio.

O Programa Proagrupar tem como finalidade financiar a aquisição ou reparação de materiais de laboratórios. E por fim, o Programa de Formação Doutoral Docente (ProDoutoral) beneficia financeiramente docentes que estejam cursando pós-graduação strictu sensu a nível de doutorado, mediante concessão de bolsa e auxílio moradia ao docente contemplado. No gráfico 8 é possível visualizar a distribuição dos projetos por edital de incentivo à produção científica e tecnológica, assim com os quantitativos dos projetos voluntários.

Gráfico 8 – Projetos de pesquisa por Editais de fomento.



Fonte: elaborado pelas autoras baseadas em dados do SUAP/IFPI e da Coordenação de Pesquisa e Inovação do campus (2024).

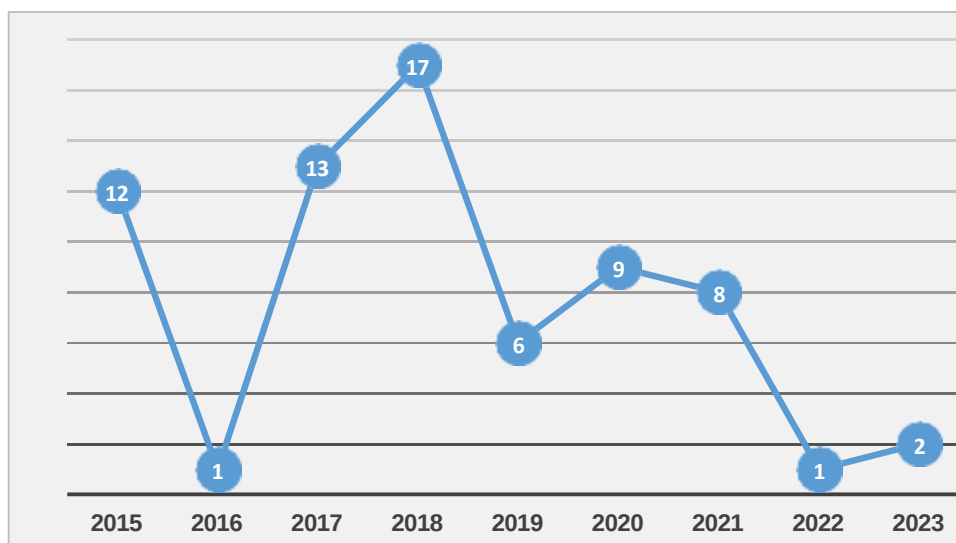
Conforme apresentado no gráfico 8, a maioria dos projetos executados é vinculada aos programas PIBIC/JR e PIBIC/CNPq, com 22 (vinte e dois) e 21 (vinte e um) projetos fomentados pelos programas, respectivamente. Em seguida tem-se os projetos voluntários, com 16 (dezesseis) projetos. Ademais, destaca-se o ProAgrupar com 8 (oito) projetos executados, os quais foram essenciais para a melhoria estrutural dos laboratórios do Campus. Destaca-se ainda que 2 (dois) docentes da instituição foram beneficiados pelo programa ProDoutoral.

No tocante à articulação dos projetos com a realidade do entorno, a pesquisa revelou que dos 69 (sessenta e nove) projetos executados ou em execução, uma quantidade significativa articulava-se às realidades locais e regionais. Pouco mais da metade dos projetos objetivam investigar algum aspecto do município de Angical do Piauí ou da Microrregião do Médio Parnaíba, demonstrando que há um cuidado em explorar e contribuir para a comunidade do entorno.

Quanto ao envolvimento dos discentes nos projetos, conforme dados fornecidos pela Coordenação de Pesquisa e Inovação, durante o período analisado, 44 (quarenta e quatro) alunos participaram dos projetos, em sua maioria como voluntários.

Outrossim, a pesquisa apontou um declínio no quantitativo de projetos executados no período analisados, conforme pode ser observado no gráfico 9.

Gráfico 9 – Projetos de pesquisas executados ou em execução no período de 2015 a 2023.



Fonte: elaborado pelas autoras baseadas em dados do SUAP/IFPI e da Coordenação de Pesquisa e Inovação do campus (2024).

Observa-se, portanto, que a partir de 2019 ocorreu um declínio significativo no que tange à execução de projetos de pesquisas no âmbito da instituição. Pressupõe-se que isso pode ser consequência do cenário pandêmico enfrentado durante os anos de 2020 e 2022, assim como pelos sucessivos cortes orçamentários que vem ocorrendo no orçamento destinado à rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do País.

É pertinente destacar que até a finalização da pesquisa, o campus conta com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI), com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Inclusão e Políticas Públicas (GEPEIP) e com o Núcleo de Empreendedorismo e Inovação (NEPI).

4.4 ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Diferentemente das atividades relativas à pesquisa, as atividades de extensão começaram a ser desenvolvidas ainda nos primeiros anos de funcionamento do Campus. Por meio de relatos dos entrevistados, tem-se a informação que o primeiro projeto desenvolvido foi intitulado de “IFPI na Praça”. Entretanto, não foram localizados documentos oficiais que identifique o projeto. Em virtude disso, o projeto não entrará, ao menos neste momento, na análise dos dados.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) no tocante às metas para a Extensão assegurou “no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária” (Brasil, 2024) tornando prioritárias as ações destinadas às demandas sociais. No âmbito federal a curricularização da extensão foi regulamentada por meio da Resolução CNE/CES nº 7/2018, de 18 de dezembro de 2018. A partir de então, a Extensão ocupou um espaço estratégico nos currículos dos cursos. No âmbito do IFPI, a definição das diretrizes para a curricularização da extensão nos cursos de graduação ocorreu em 2022, por meio da Resolução Normativa 131/2022, de 25 de abril de 2022.

Durante a pesquisa, foram encontradas e posteriormente analisadas, atividades de extensão executadas no período de 2013 a 2024. O acesso aos documentos relativos às atividades ocorreu junto à Pró-Reitoria de Extensão do IFPI por meio do SUAP/IFPI e mediante consulta ao arquivo físico da Coordenação de Extensão do campus.

Entre os anos analisados, o campus cadastrou 232 (duzentos e trinta e dois) projetos de extensão, dos quais 142 (cento e quarenta e dois) foram concluídos e 30 (trinta) estão em execução, os demais não foram executados ou aprovados. Os projetos estão distribuídos por diferentes áreas temáticas e vinculados a cursos dos três níveis de ensino existente no Campus.

Registra-se que a partir de 2017 os projetos passaram a ser cadastrados no SUAP/IFPI, o que permitiu o armazenamento e maior confiabilidade às informações.

Os projetos anteriores a 2017, cujo trâmite ocorria através de processos físicos, carecem de algumas informações, as quais não poderão ser analisadas nesta pesquisa. Diante disso, algumas variáveis só poderão ser apresentadas referentes às informações datadas de 2017 a 2024.

As atividades executadas entre os anos de 2013 e 2016 dividiam-se entre projetos e visitas técnicas articulados com uma disciplina específica ou com algum curso. Neste período 46 (quarenta e seis) projetos foram executados, além de diversas visitas técnicas à estabelecimentos e comunidades da região.

Neste período os projetos relacionavam-se à diferentes áreas temáticas, a saber: esporte e lazer, desenvolvidos em forma de torneios e gincanas; manifestações culturais: música, dança, cinema e leitura; projetos vinculados às áreas do conhecimento: física, administração, matemática, biologia, Inglês, Letras, Alimentos e química; além de projetos voltados para as demandas sociais. Os projetos eram cadastrados no próprio campus mediante abertura de processo junto à Coordenação de Extensão.

A partir de 2017 os projetos passaram a ser vinculados a Editais de iniciativa à extensão publicados pela Pró-Reitoria de Extensão do IFPI e cadastrados no SUAP/IFPI. No período de 2017 a 2024, 96 (noventa e seis) projetos foram concluídos e 30 (trinta) estão em execução, distribuídos em diversas áreas temáticas, conforme exposto no gráfico 10.

Gráfico 10 – Projetos de extensão por área temática



Fonte: elaborado pelas autoras baseadas em dados do SUAP/IFPI e da Coordenação de Extensão do campus (2024).

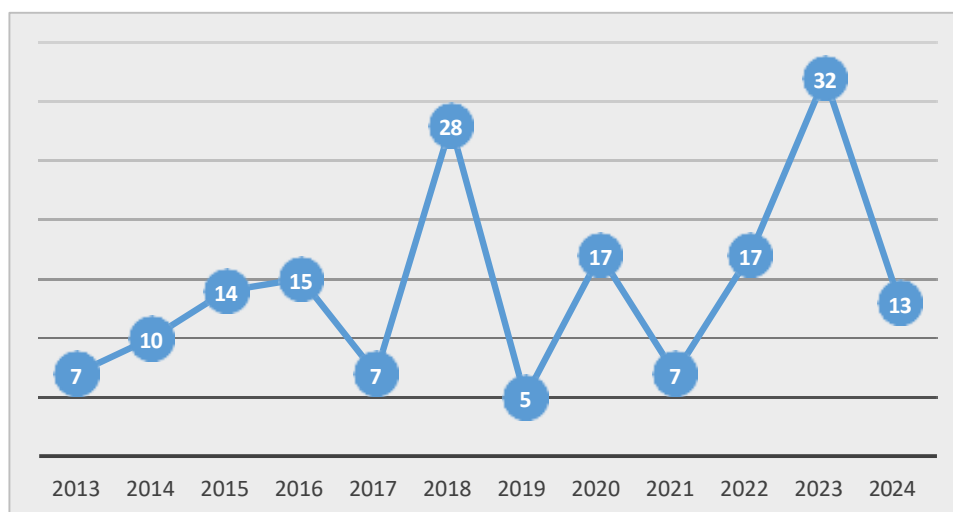
Observa-se que os projetos desenvolvidos de forma multidisciplinar foram os mais cadastrados, seguidos pelos projetos relativos à área temática Educação e Formação de professores. Ressalta-se que mesmo em quantidades variáveis, as áreas temáticas desenvolvidas demonstram o comprometimento da instituição com a discussão de temas relevantes, tais como: direitos humanos e justiça, cultura, inovação, educação, meio ambiente, saúde e trabalho.

No tocante ao envolvimento da comunidade acadêmica nos projetos, a pesquisa constatou o envolvimento de docentes, alunos e servidores técnicos-administrativos em educação, como segue: 66 (sessenta e seis) docentes, 314 (trezentos e quatorze) discentes e 14 (quatorze) servidores técnicos-administrativos em educação.

Conforme PDI/IFPI (2020-2024) as atividades de extensão “visam à promoção e à interação transformadora entre a Instituição e a comunidade, integrando os saberes e buscando o desenvolvimento social” Quanto a isso, dos 126 (cento e vinte seis) projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento entre os anos de 2017 e 2024, 50 (cinquenta) possuem cunho social, demonstrando que o campus busca seguir as orientações da política de extensão do IFPI (SUAP/IFPI, 2024).

Quanto a interação entre instituição e comunidade, a pesquisa relevou que 46 (quarenta e seis) projetos envolveram públicos externos ao campus (SUAP/IFPI, 2024). Ademais, o gráfico 11 apresenta uma comparativo entre as quantidades de projetos desenvolvidos ao longo do período estudado.

Gráfico 11 – Projetos de extensão no período de 2013 a 2024



Fonte: elaborado pelas autoras baseadas em dados do SUAP/IFPI e da Coordenação de Extensão do campus (2024).

Observa-se que nos primeiros anos de funcionamento do campus as atividades de extensão eram tímidas, entretanto, salienta-se que conforme já mencionado, há informações de execução de alguns projetos cujos registros oficiais não foram localizados durante a pesquisa. A partir de 2017 percebe-se uma certa instabilidade, ora com valores expressivos, ora com declínio considerável. Destaca-se que em 2023 o campus apresentou a maior quantidade de projetos de extensão concluídos ou em execução. Por fim, o ano de 2024 ainda encontra-se em andamento o que justifica um quantitativo substancialmente inferior ao ano anterior. Ressalta-se que em virtude do movimento grevista da rede federal de ensino ocorrido entre os meses de abril, maio e junho, houve a readequação do calendário acadêmico e até a finalização da pesquisa o campus estava desenvolvendo ações pertinentes ao semestre letivo de 2024/1.

5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta seção apresenta-se a análise das narrativas das entrevistas, a partir da categorização das respostas dos participantes, conforme o método de análise de conteúdo (Bardin, 2016). Tendo em vista que os participantes da pesquisa foram divididos em quatro grupos, optou-se por identificá-los com o nome do grupo do qual faz parte seguido de numeração em ordem crescente, conforme descrição no quadro 13.

Quadro 13 - Identificação dos participantes

Grupo 1: Comunidade	Grupo 2: Servidor	Grupo 3: Egressos	Grupo 4: Alunos
Comunidade 1	Servidor 1	Egresso 1	Aluno 1
Comunidade 2	Servidor 2	Egresso 2	Aluno 2
Comunidade 3	Servidor 3	Egresso 3	Aluno 3
Comunidade 4	Servidor 4	Egresso 4	Aluno 4
Comunidade 5	Servidor 5	Egresso 5	Aluno 5
-	-	Egresso 6	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

As categorias da pesquisa serão discutidas nas subseções a seguir.

5.1 CATEGORIA 1: DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Os relatos dos entrevistados demonstram a contribuição do campus para o desenvolvimento econômico, educacional e social do município e da região.

Esta categoria abrange três subcategorias, conforme quadro 14.

Quadro 14 - Descrição da Categoria Desenvolvimento local e regional

CATEGORIA 1: DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL		
Subcategorias	Narrativas dos participantes	Autores
Impacto na economia	Teve um crescimento bem significativo. [...] Mais empresas, né. O comércio cresceu mais. Eu acho que melhorou bastante. Gerou mais emprego (Comunidade 3).	Brasil, (2021)
	A nível de Angical, que é o que eu já tenho um pouco mais de conhecimento, eu percebo também essa questão da educação, mas também na questão econômica da cidade. Esse impacto positivo que o Instituto está provocando (Egresso 4).	Silva e Terra (2016)
	Eu acho a implementação do IFPI aqui algo extremamente benéfico para a cidade. Tem a questão financeira, porque a gente tem mais dinheiro dentro da cidade, porque vem pessoas de todas as redondezas aqui, alunos para cá. Então, a gente tem um fluxo financeiro maior (Egresso 5).	Monte (2019)
	O pessoal do IFPI, é cheio de gente do IFPI que vem, eles vêm e gera renda no município. Eu acho que foi uma boa hora que veio, o IFPI para dentro de Angical, porque gera renda (Comunidade 4).	Pereira e Cruz (2019)
Fomento de negócios	[...] casa de aluguel, tem muitas aqui agora, assim esses empresários, né? Muita kitnet aí para alugar. E isso tudo por quê? Por causa do IFPI (Comunidade 3).	Brito e Sanches, (2024)
	Mas ele foi muito bom financeiramente, para Angical, virou um canteiro de obra da cidade, [...] nesse sentido também do fomento econômico (Servidor 1).	
	Quando o campus chegou em Angical, Angical era uma cidade muito provinciana, não tinha absolutamente nada, [...], com a implementação do campus e a chegada dos professores, houve muita procura por aluguel de casa. Então, já teve um boom especulativo na construção de casa (Servidor 5).	
Profissionais capacitados	[...] alguns já tinham parentes com aquela lojinha de ajeitar os celulares, alguns foram colocando seus próprios negócios na sua cidade, né? Já foi tendo o ensino e a aplicação do que estava aprendendo na parte profissional e também ajudando a sua própria questão financeira (Servidor 1).	
	A gente tem vários casos até de egressos daqui que já são efetivos aqui na instituição. E aí, eu acho que isso me marcou bastante (Egresso 4).	
	Aqui tem muitos casos de alunos que se formaram comigo, que são meus alunos, que fizeram um curso de matemática, administração, mas está trabalhando na polícia, está trabalhando em algum outro órgão [...] não estar ali atuando na área específica dele, mas que se não	

	fosse aqui o campus, a oportunidade de fazer um curso superior, com certeza ele não estaria ali hoje (Egresso 4). Quando me chamaram, você é o secretário, eu fiquei assim, cara... E isso eu devo ao IFPI. [...]. Então, se eu não estivesse no curso de meio ambiente, ou seja, hoje eu não estaria secretário de meio ambiente. Então, isso eu devo muito ao IFPI (Egresso 2). Muitos alunos que terminaram o ensino superior no campus Angical, hoje são professores efetivos da rede municipal e estadual aqui em Angical (Servidor 3). Aqui a gente já, pelo curso de administração, a gente tem profissionais que estão atuando em diferentes áreas da administração (Egresso 5).	
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Em diversos momentos os entrevistados rememoraram a rotina da comunidade angicalense e dos municípios circunvizinhos fazendo um análise das mudanças ocorridas após a implantação do campus. Alguns refletem sobre as significativas mudanças na dinâmica econômica da cidade, enfatizando a infraestrutura, geração de emprego e renda, outros demonstram relevante contribuição no que tange a formação profissional que obtiveram na instituição. Os relatos revelam que a instituição está considerando os princípios da EPT, neste caso em específico, ao princípio que estabelece a “articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais” (Brasil, 2021, p. 2).

Quanto a subcategoria “Impacto na economia” os participantes enfatizam as transformações estruturais que foram ocorrendo no município e na região no decorrer dos anos de funcionamento do campus. O participante Comunidade 3 destaca os avanços no comércio, além da instalação de novas empresas, cuja consequência foi a geração de novos empregos. Do mesmo modo, o Egresso 4 e o Egresso 5 atribuem ao campus a criação dos principais agentes impulsionadores da dinâmica econômica local e regional.

Sobre isso, Silva e Terra (2013) salientam que o desenvolvimento efetivo deve promover postos de trabalhos e renda alcançáveis pela população local de modo a propiciar o bem estar social. Percebe-se que a instituição vem atuando como participante relevante no processo de criação de postos de trabalho assim como na qualificação de profissionais para ocupá-los em um processo mútuo com os arranjos produtivos locais. Isto fica evidenciado no relato do participante Comunidade 5.

Os mercadinhos hoje aumentaram, têm grande proporção, tem muito, aumentou tudo em termos de comércio, de aluguel, tudo, então, ele só veio para beneficiar, só para melhorar os empregos informal e formal. Terceirizado, tem muita gente que é daqui que trabalha aqui, ganha a sua renda aqui e que não tinha ninguém, tinha só a lavoura, você sabe que roça é uma coisa hoje em dia não dá mais, então, o campus foi para beneficiar. Quantas famílias não foram beneficiadas nesse campus aqui. Pai de família que está trabalhando aqui. Muitos filhos de Angical que passaram no concurso para professor aqui que moram em Angical. E estão trabalhando aqui então, só veio para valorizar só valorizar a cidade e a região (Comunidade 5).

Os respondentes Egresso 5 e Comunidade 4 ainda revelam que a instalação do campus favoreceu uma nova organização na dinâmica populacional da cidade e da região, uma vez que novas pessoas chegaram e permaneceram no município. Então, o município foi aos poucos se moldando para atender esse novo público através de construção de casas de aluguel, criação de novas empresas, assim como ambientes voltados para o lazer.

Sob essa vértice, Monte (2019) evidencia que a instalação do campus no município não é o principal fator que determina o desenvolvimento econômico, entretanto, sua presença promove incentivos ao fluxo econômico local, pois favorece a elevação da rentabilidade das empresas estabelecidas que precisam aumentar sua produção para atender servidores e alunos vinculados à instituição.

O participante Comunidade 4 ratifica o pensamento da autora ao afirmar:

Quando eu saio de casa às sete horas da manhã, eu vou lá no França, no Garagem (*empreendimento local*), tomar um cafezinho, cheio de professor do IFPI tomando um café, um lanche, lanchando lá, certo? E assim são todos os comércios, gera qualquer renda, aqui mesmo. E o tanto de aluno que vem de fora para cá, eles compram alguma coisa no município (Comunidade 4, grifo meu).

A subcategoria Fomento de negócios é um complemento da anterior, visto que muitos participantes ao discorrerem sobre o impacto econômico mencionaram que o campus, ainda que indiretamente, incentiva a elevação dos negócios locais e regionais. Nesta perspectiva, os participantes Comunidade 3 e Servidor 1 convergem em suas colocações ao darem ênfase ao progresso evidente na estrutura física do município, notadamente, quanto a construção de novas moradias e expansão do

comércio que precisaram de uma nova organização para atender a nova estrutura instalada.

Na mesma direção, o Servidor 5, cuja permanência no campus soma-se mais de 10 (dez) anos, discorre sobre o crescimento do município a partir do funcionamento da instituição. O participante descreve as dificuldades de encontrar estabelecimentos para alugar e até mesmo para realizar as refeições diárias nos primeiros anos, e completa sua fala afirmando que gradativamente a cidade foi se desenvolvendo por conta dos novos arranjos causados pela instituição.

Para Pereira e Cruz (2019) a EPT deve ser compreendida como fator indutor de políticas de desenvolvimento direcionadas à integração territorial por meio dos Institutos Federais, de modo a contribuir para o aumento da capacidade produtiva do seu entorno, mediante geração de trabalho e renda, os quais favorecem a construção de uma coesão social. Conforme narrativas, nota-se que a instalação, o funcionamento e a permanência do campus no município vem promovendo uma maior aderência social ao município e a Microrregião do Médio Parnaíba.

Ainda constituindo esta categoria, tem-se a subcategoria Profissionais Capacitados, cuja definição se deu em virtude de diversos entrevistados acentuarem que a formação profissional promovida pelo campus contribui para a inserção rápida de profissionais no mundo do trabalho. Os entrevistados enaltecem a formação que obtiveram na instituição, atribuindo a ela a causa de hoje estarem atuando como profissionais em diferentes organizações.

O Egresso 4 foi aluno do campus e hoje atua como professor substituto da instituição e professor efetivo da rede municipal de uma cidade vizinha. O entrevistado ressalta a importância da instituição para a sua inserção no mundo do trabalho, utilizando a sua história como exemplo, assim como de colegas de turma que hoje atuam em diversas áreas graças ao curso realizado no campus.

Do mesmo modo, o Egresso 2 expressa sentimento de gratidão, relatando que atua como Secretário Municipal por efeito da formação técnica adquirida no campus. O Servidor 3 e Egresso 5 relatam que muitos egressos estão atuando no município e na região. Neste sentido, os entrevistados afirmam que a formação promovida pelo campus proporciona a inserção de profissionais qualificados em postos de trabalhos locais, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Neste viés, é pertinente refletir acerca da articulação da instituição com os arranjos produtivos locais de modo a contribuir para o desenvolvimento de seu

entorno. Conforme narrativas dos participantes, percebe-se o campus atua em favor da consolidação dos arranjos produtivos locais, conforme as finalidade dos Institutos Federais.

É sabido que os IFs tem papel importante no desenvolvimento e fortalecimento dos APLs e precisam, progressivamente, atuar no sentido de contribuir para a sua expansão, assim como para o surgimentos de novos arranjos nas localidades das quais fazem parte (Brito; Sanches, 2024). Por meio de seus campi, os IFs buscam articular-se com os APLs a fim de colaborar de forma efetiva para o desenvolvimento local e regional.

No caso do campus Angical do Piauí, percebe-se, através dos relatos dos participantes, o papel relevante da instituição no processo de formação e inserção de profissionais no mundo do trabalho, os quais contribuem para o crescimento econômico e o desenvolvimento de suas localidades.

5.2 CATEGORIA 2: LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

No tocante à esta categoria, observa-se, após análise das transcrições das entrevistas, vários relatos sobre a escolha do município no processo de instalação do campus. Os entrevistados destacam a importância da escolha do município, notadamente no que tange à localização geográfica, em razão do mesmo localizar-se no centro da Microrregião do Médio Parnaíba. Desse modo, esta categoria é constituída por três subcategorias, a saber: Visibilidade Local, Abrangência regional e Ampliação do acesso, as quais estão descritas e relacionadas com as narrativas dos participantes no quadro 15.

Quadro 15 - Descrição da Categoria Localização Estratégica

CATEGORIA 3: LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA		
Subcategorias	Narrativas dos participantes	Autores
Visibilidade local	[...] Angical, ela passou a ter uma visibilidade maior depois da implantação do campus Angical. [...] E a partir disso, você vê aí esse campus aqui, onde ele abraça, eu digo no sentido de alunos de mais de 15 cidades que estudam aqui (Egresso 4).	IFPI/Campus Angical do Piauí (2024) Silva e Eltz (2019)
	[...] Angical recebeu o IFPI. E isso foi muito positivo para a cidade, pela questão da valorização da cidade, valorização de imóveis [...]. Ou seja, houve essa valorização do	Pacheco (2010) Daros (2023)

	próprio município. E uma visibilidade maior também para o município (Egresso 2).	Sousa e Silva (2016)
Abrangência regional	[...] foi ótimo que seja aqui. E também, assim, se nós formos olhar na questão geográfica, né? Angical ficou bem no meio (Comunidade 2). [...] foi bom porque Angical hoje, tipo uma cidade, ó, são 125 quilômetros de Teresina, né? São 125 pra Floriano, então é centralizado (Comunidade 4). Porque Angical fica bem no meio. Ficou assim, eu acho que bem centralizado mesmo, porque ao redor tem, são vários municípios bem próximos (Comunidade 3).	
Ampliação do acesso	Mas, nesse caso, mesmo tendo sido... uma questão política, Angical foi uma cidade boa, porque o acesso dela para as outras cidades é muito bom (Servidor 1). Pegaram um local que já estava bem localizado na cidade e a cidade de Angical ela fica em torno de várias cidades tudo é perto então, o campus aqui beneficia muitas cidades (Comunidade 5). Se eu não me engano, são mais ou menos 17 municípios, né, que são contemplados com o Instituto Federal aqui em Angical, né. Desde São Francisco do Maranhão, Hugo Napoleão, tem São Pedro, São Gonçalo, Água Branca, Maranhão (Servidora 3).	

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quanto a subcategoria Visibilidade local os entrevistados sinalizam que a atuação do campus proporciona uma maior visibilidade ao município de Angical do Piauí, não somente por parte dos moradores dos municípios circunvizinhos, mas também por parte de outras regiões piauienses e de outros Estados. Isso pode ser evidenciado por meio dos dados acadêmicos, especificamente relativos aos ingressantes.

No período de 2010 a 2023 o campus efetuou 337 (trezentos e trinta e sete) matrículas de alunos oriundos de outras regiões piauiense e de outros estados, conforme descrito no quadro 16.

Quadro 16 - Quantitativo de alunos não oriundos da Microrregião do Médio Parnaíba

REGIÕES/ESTADO	TOTAL DE ALUNOS
Outras regiões piauienses	104
Maranhão	227
Ceará	4
Bahia	1
Pará	1
TOTAL	337

Fonte: Coordenação de Controle Acadêmico/IFPI-Campus Angical do Piauí (2024).

O participante Egresso 4, morador de município circunvizinho, relata que apesar de residir próximo, não conhecia o município de Angical do Piauí e que só passou a conhecê-lo a partir do campus que despertou o interesse de pessoas de diversas localidades. O entrevistado então ressalta que a presença do campus traz maior visibilidade ao município. Além disso percebe-se que ocorre uma divulgação involuntária, visto que a medida que os alunos ingressam na instituição levam informações para seus municípios e incentivam outras pessoas a pleitearem uma vaga, conforme é possível perceber no relato abaixo:

E eu me sinto atingido porque até mesmo lá, por pessoas que nem conhecem a instituição, sabem que eu estudo em uma instituição boa. De qualidade. E aí perguntam como é que está por lá? Como é que é por lá? Sempre tem essa curiosidade. [...] Antes de mim, estudaram algumas pessoas. Mas bem poucas. A fama conseguiu aumentar por causa da divulgação. [...] E aí, hoje em dia, eu acho que tem 10, 12 pessoas da nossa cidade (Aluno 4).

O Egresso 2 reporta-se a este aspecto ao refletir sobre a valorização econômica e social do município em virtude da visibilidade acentuada pela atuação do campus, em sua percepção o impacto é notório ao rememorar a história do município. É perceptível a leitura do participante quanto à realidade local em meio à realização da entrevista, fazendo alusão às modificações ocorridas.

Silva e Eltz (2019) em sua pesquisa sobre os Instituto Federais, evidenciam que a nova institucionalidade da Rede Federal de EPT estabelecida pela Lei 11892/2008 impulsionou a expansão da EPT por meio da interiorização dos IFs, que viabilizou o acesso ao ensino técnico a estudantes não apenas dos grandes centros urbanos, como outrora acontecia, mas de várias localidades do país, especialmente dos centros de médio e pequeno porte.

Este processo articulado com a proposta de desenvolvimento local, regional e nacional, desvelou a importância do desenvolvimento para além dos grandes centros urbanos, ao tempo que colocou os pequenos centros em evidência, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento social, econômico e educacional.

Quanto a subcategoria Abrangência regional, os entrevistados remetem-se a localização geográfica do município de Angical do Piauí para destacar a sua centralidade na microrregião do Médio Parnaíba que permite uma maior abrangência territorial. Neste viés os entrevistados enfatizam que em virtude de sua localização, o campus alcança não apenas o município onde está instalado, mas também outros municípios, sejam eles circunvizinhos ou não.

O participante Comunidade 2 considera a localização do campus um fator fundamental para que estudantes de outras localidades tenham acesso à instituição. Na mesma direção, o participante Comunidade 4 revela a importância da localização do campus para os moradores da Microrregião do Médio Parnaíba ao tempo que ressalta a sua proximidade à capital como fator relevante para ampliação da demanda estudantil. Ainda sobre esse aspecto, o participante Comunidade 3 expõe a centralidade do município da microrregião como fator facilitador de deslocamento diário por estudantes dos demais municípios.

Sobre essa ótica, Pacheco (2010, p. 19) aponta que, normalmente, o território de abrangência dos IFs é a mesorregião onde encontra-se localizado, entretanto, pode ultrapassá-la, principalmente mediante uma atuação em rede que busca “explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu lócus; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada”.

Em consequência a expressiva abrangência territorial do campus, os entrevistados apontam ainda a ampliação do acesso, a qual está definida como a última subcategoria constituinte da categoria Localização estratégica. Sobre este aspecto, os entrevistados apontam que à localização geográfica do município materializa as ações do campus para uma maior quantidade de beneficiários em virtude de sua centralidade na região, sugerindo que, caso estivesse em outro município, o acesso a instituição seria pouco viável para os estudantes de alguns municípios.

Registra-se que a expansão da Rede Federal de EPT promoveu a ampliação do acesso de trabalhadores de diferentes segmentos da sociedade à educação

pública federal e viabiliza a democratização do acesso à EPT do ensino médio técnico ao superior, notadamente nas cidades do interior brasileiro, cuja dificuldade de acesso a cursos públicos de qualidade era substancial (Daros, 2023; Sousa e Silva, 2016).

Portanto, as narrativas revelam que a implantação do campus no município propicia a ampliação do acesso ao ensino para a microrregião no qual está inserido assim como para outras localidades em âmbito estadual e nacional. Ademais, percebe-se que o campus concebeu maior visibilidade ao município, atuando como fator importante no processo de desenvolvimento.

5.3 CATEGORIA 3: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO

Esta categoria abrange as subcategorias menos favorecidos, mudança de vida e redução da mobilidade, conforme apresentado no quadro 17.

Quadro 17 - Descrição da Categoria Democratização do ensino

CATEGORIA 2: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO		
Subcategorias	Narrativas dos participantes	Autores
Menos favorecidos	Os alunos em si que não tinham muita oportunidade, que não tinham como aguentar uma capital, hoje está tranquilo (Comunidade 5). É uma vantagem muito grande, porque o filho do pobre, que não pode sair, tem onde estudar (Comunidade 2). [...]os filhos de pessoas que são mais carentes, não tem como ir para a Teresina, não tem como se manter, não tinha o que fazer. Com o IFPI, hoje em dia tem como você fazer um técnico, tem como você fazer um superior (Egressa 1).	PDI/IFPI (2020-2024). Fernandes (2013) Rocha et al. (2022) IFPI (2024) Pacheco (2015) Fernandes (2023) Brito (2014)
Mudança de vida	[...] alunos que estudaram aqui e que hoje, por exemplo, estão morando em Teresina, né? Trabalhando, tendo uma profissão digna (Comunidade 2). Até um sentimento de gratidão que eu acabo tendo. Como eu falei, que se não tivesse o Campus Angical aqui, com certeza, minha realidade seria outra (Egresso 4). Eu acho que até mesmo depois que eu ter sido aprovado no concurso. Eu ouvi até outros casos, assim, também. De pessoas que estudaram no Instituto Federal. E hoje em dia,	

	também, já trabalham no Instituto Federal (Servidor 2). As minhas filhas, hoje elas estão aptas a concorrer a qualquer tipo de concurso porque elas foram muito bem instruídas aqui na instituição, aqui no campus (Comunidade 5).	
Redução da mobilidade	Um presente assim dos deuses mesmo. Porque assim, você manter um filho longe. É uma responsabilidade e tendo um curso aqui superior que eles gostam. [...] isso é muito gratificante (Comunidade 3). [...] trabalhar na instituição como no Instituto Federal, conseguir aprovação em concurso próximo à cidade que eu moro, tá? Ali, mais perto da minha família. [...] E isso eu consegui exatamente por conta do Instituto Federal. Aqui no campus Angical (Egresso 4). [...] a gente já consegue fazer aqui mesmo. Fazer tanto o ensino médio. Ter um bom ensino médio. E fazer cursos superiores aqui mesmo na cidade (Servidor 2). Então não preciso me destacar para outros locais sendo que aqui na minha cidade eu tenho esse curso. Então é isso aí, para um curso bom um curso médio, superior, especialização de boa qualidade, Permanecer na cidade e estudar, né? Ensino de primeira e pertinho de casa (Comunidade 5).	

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme já sinalizado neste trabalho, o IFPI tem como missão “Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais”. Ao articular trabalho, ciência e cultura a instituição tem dentre seus objetivos basilares, promover e assegurar com excelência um ensino público, democrático e gratuito direcionado às demandas sociais (PDI/IFPI 2020-2024). Nesta direção, o atendimento às demandas da sociedade é uma das propostas dos IFs que vem conseguindo alcançar efetividade.

Quanto a subcategoria menos favorecidos, os entrevistados remetem-se a este ponto, ao enfatizarem durante suas falas, a importância da instituição para os estudantes provenientes de famílias carentes. Para os participantes Comunidade 5 e Comunidade 2 o campus vem oportunizando estudantes que não teriam condições socioeconômicas para ingressarem em uma instituição de ensino de qualidade, seja pela dificuldade de se manter em um grande centro urbano, seja por não ter condições financeiras para custear uma instituição privada.

O Egresso 1 pontua que, por meio do campus, o filho de pobre consegue ascender em seus estudos, não limitando-se à conclusão do ensino médio. Nesta perspectiva, é pertinente ressaltar o princípio da verticalização do ensino dos IFs, o qual possibilita ao estudante ter acesso às várias etapas de ensino na mesma instituição e torna possível aos menos favorecidos ter acesso à uma formação completa, que permeia todos os níveis de ensino, do ensino médio à pós graduação.

Sobre isso, Fernandes (2013) salienta que as aspirações individuais e sociais dos cidadãos não devem limitar-se à conclusão de um curso técnico de nível médio, mas sim que este constitua-se como um instrumento capaz de encorajá-los a buscarem formações em níveis mais elevados.

Nesta perspectiva a verticalização do ensino é um estímulo aos estudantes e às carreiras tecnológicas dos IFs, pois, aqueles são motivados a seguirem em uma mesma área de formação, propiciando uma maior aderência dos conhecimentos e a rápida inserção no mundo do trabalho, ao tempo que a instituição consegue promover a integração dos diferentes níveis de ensino e otimizar a infraestrutura física existente, o quadro de pessoal e os recursos disponíveis.

Diante disto, percebe-se que as repostas do participantes demonstram sentimento de gratidão às oportunidades promovidas pela atuação do campus, como é o caso do Servidor 2, que é morador do município, oriundo de família baixa renda, e egresso dos cursos técnico de nível médio e da graduação, conforme descreve em seu relato:

Acho que orgulho mesmo. Como eu tinha falado assim. Porque, tipo, eu estava na minha cidade e tal. Eu consegui passar para fazer o ensino médio. Consegui passar para fazer o ensino superior. Me formei aqui mesmo. [...] e hoje servidor (Servidor 2).

Quanto a subcategoria mudança de vida, os participantes discorrem sobre as transformações que o campus vem causando na vida de seus estudantes. O Comunidade 2 pontua que muitos egressos estão trabalhando na capital do estado na área de formação adquirida no campus. Do mesmo modo, o Egresso 4, cuja formação foi realização no campus e atualmente é professor municipal efetivo e professor substituto da instituição, ressalta que a sua inserção no mundo trabalho deu-se em virtude da atuação do IFPI no município.

Rocha et al. (2022) em sua pesquisa sobre o papel dos IFs na formação profissional para o mundo do trabalho, constata que a proposta de formação profissional dos IFs desenvolve-se de forma diferenciada, pois busca formar cidadãos completos capazes de atuar e intervir no mundo do trabalho de forma crítica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária.

A esse respeito Pacheco (2015) afirma que a proposta dos IFs é uma formação contextualizada, que envolve conhecimentos, princípios e valores de modo a intensificar a ação humana na busca de uma vida mais digna, derrubando as barreiras existentes entre o ensino técnico e científico e pautando-se em uma formação mais abrangente e flexível inclinada não somente para a qualificação profissional, mas também para a compreensão do mundo do trabalho de forma consciente e crítica, assegurando ao estudante uma formação completa que o possibilite intervir na sociedade.

Nesta concepção, o Comunidade 5 expõe que a formação diferenciada que suas filhas obtiveram no campus contribuíram para a sua inserção no mundo do trabalho, destacando que uma das filhas já é concursada e as outras estão galgando uma vaga no serviço público. Além disso, o Servidor 2 ressalta que conhece vários casos de egressos que estão empregados, tanto em organizações privadas, quanto em organizações públicas e atribui tal feito à atuação do campus no município e na região.

Registra-se que em 2023 o IFPI lançou a Plataforma Oportunidades, ferramenta on-line disponível no site oficial da instituição que reúne vagas de emprego e estágio em diversas empresas parceiras, direcionadas a alunos e egressos. A plataforma viabiliza a comunicação entre profissionais em formação ou formados do IFPI e o mundo do trabalho. Além disso, conforme publicação em sua página oficial, o IFPI foi a primeira instituição pública do Estado a lançar uma plataforma própria direcionada à intermediação de processos para inserção de profissionais no mundo do trabalho (Portal do IFPI, 2024b).

Através da plataforma alunos e egressos de diferentes campi estão vivendo a experiência de executar os conhecimentos obtidos nos cursos realizados na instituição. A pesquisa não revelou alunos do campus Angical do Piauí beneficiados pela ferramenta, visto que a ferramenta é recente, entretanto, acredita-se que em breve a ferramenta estará abrangendo todos os campi do IFPI.

A última subcategoria desta categoria está definida como redução da mobilidade. Quanto a este aspecto, os participantes destacam que a implantação no campus no município proporcionou uma maior permanência de alunos na cidade e na região, beneficiando o aluno que não teria meios para se deslocar para outra cidade, ao tempo que contribui para o desenvolvimento local e regional, visto que os profissionais formados no campus atuam no município e nas cidades circunvizinhas.

O Comunidade 3 ressalta a importância dos pais não terem a necessidade de enviarem seus filhos para cidades distantes para continuarem seus estudos, pois há uma instituição na região com infraestrutura adequada para recebê-lo. Na mesma direção, o Egresso 4 exprime sua satisfação em ter a chance de estudar e trabalhar na região que vive desde a infância.

Nota-se a integração da instituição com o seu território de abrangência, cujo intento é o desenvolvimento local e regional também por meio da qualificação de profissionais que atuarão na região. Desta forma, além de contribuir para a permanência de profissionais na região, potencializa os arranjos produtivos existentes. Ressalta que “promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil” é um dos objetivos que nortearam o processo de expansão dos IFs para o interior do país (Brito, 2014).

Essa ligação entre o território e a Instituição colabora para o desenvolvimento local e regional, de modo a promover mudanças sociais, econômicas, culturais na região, proporcionando a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional, estimulando a permanência de profissionais qualificados na região, potencializando a função social e o engajamento dos Institutos Federais como caminhos para a superação das desigualdades, e na redução das iniquidades sociais e territoriais (Fernandes, 2023).

Ainda sobre este aspecto os participantes Servidor 2 e Comunidade 5 refletem sobre a contribuição da atuação do campus para a permanência do estudante em sua cidade de origem. Neste sentido, os participantes relatam que a presença da instituição no município contribui para a diminuição do êxodo estudantil e desenvolve, em seus estudantes, o sentimento de pertencimento à localidade, ao tempo que desperta o interesse em intervir na sociedade, para melhorar a vida da comunidade.

5.4 CATEGORIA 4: ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Com a finalidade de conhecer como a instituição vem atuando nas dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão foi questionado aos participantes sobre as como a participação em projetos contribuiu para a sua formação pessoal e profissional. Por meio das respostas obtidas, definiu-se as subcategorias acesso à pesquisa, pertencimento aos resultados, intercâmbio de conhecimento e acolhimento das demandas sociais, conforme apresentado no Quadro 18.

Quadro 18 - Descrição da Categoria Articulação ensino, pesquisa e extensão

CATEGORIA 4: ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO		
Subcategorias	Narrativas dos participantes	Autores
Acesso à pesquisa	O estudante a crescer. Ele começa a ter contato com a pesquisa desde o ensino médio, né (Servidor 3). [...]a gente não precisa estar no superior, a gente não precisa estar numa faculdade para ter, já lidar com isso já conhecer o projeto PIBIC que é um projeto de pesquisa e foi muito bom eu estar no ensino médio e participar (Aluno 4). Eu lembro que eu participei de um projeto do PIBIC. [...] Então, acho que a questão da responsabilidade, assim, foi uma das coisas que mais contribuiu. Tanto no meio pessoal, digamos assim, como também no profissional (Servidor 2). A instituição, ela me incentivou a questão de motivação à pesquisa acadêmica, porque é uma instituição muito diferenciada. Me incentivou na área da pesquisa que hoje sou pesquisadora (Egressa 3). Contribuiu bastante porque, além de incentivar a produção científica, você trabalhar, por exemplo, no meu caso, que é estudo de matemática, sair um pouco do tradicional [...]. Então, naquele momento, como aluno, eu vendo isso, deu para levar para a prática da sala de aula (Egresso 4).	Silva e Fiori (2021) Demo (2003) Peres (2020) Gomes (2019) IFPI (2017)
Intercâmbio de conhecimento	IFPI na Praça era um projeto [...]. A gente foi para todas as cidades com esse projeto. Aí levava tudo que o IFPI tinha para oferecer. [...] perdurou muitos anos, e tinha uma receptividade muito grande, da população (Servidor 5).	

		[...] foi uma vivência boa, né. Tinha gente até do Quilombo, né? Os quilombolas do Mimbó. O chefe lá do Quilombo sempre vinha conversar. Sempre ia. Vinha, olha. Sempre ia conversar comigo. Eu gostei da experiência. Eu gostei bastante (Servidor 1). A gente fez um projeto até para a comunidade, foi aqui da cidade de Santo Antônio, dos Milagres (Egresso 6). [...] as portas estão mais abertas para a comunidade, você percebe aqui um evento que incentiva a prática esportiva, você percebe um engajamento bem grande daqui da comunidade. Não só de Angical, tem pessoas de fora (Egresso 4).	
Acolhimento das demandas		Criar material para a comunidade mais carente, que a gente via, eles ficavam lá e tinha palestras (Servidor 1). O IF Mais Empreendedor foi um exemplo, né? [...] Onde a gente fez um projeto com base nas carências das instituições alimentícias, instituições assim que sofreram com a pandemia (Aluno 2). A gente desenvolveu vários projetos de extensão [...], projetos filantrópicos para arrecadar alimentos e doar para pessoas carentes (Egresso 5).	
Pertencimento aos resultados		Como as experiências no profissional, como a MiniEmpresa. Eu vou levar para o resto da vida tudo o que eu aprendi em questão de vendas, em questão de marketing, de trabalhar com o público e com pessoas (Aluna 1). E também, por exemplo, da situação da miniempresa, [...] colhi muitos frutos bons daquela experiência (Aluno 2).	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Quanto à subcategoria acesso à pesquisa, infere-se sobre as falas dos participantes que o contato com a pesquisa desde o ensino médio é um fator diferencial da Instituição e que a continuidade desta prática no ensino superior promove a contextualização do conhecimento e sua aplicação no âmbito profissional. O aluno 4 relata que o seu contato com a pesquisa ainda no ensino médio por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) levou-o a conhecer como ocorre o processo científico, algo que provavelmente só conheceria no ensino superior.

Do mesmo modo, o Servidor 2, que também é egresso do campus, ressalta que a participação em projetos científicos o fez compreender a importância da responsabilidade na pesquisa, o que contribuiu para sua formação pessoal e profissional. O Servidor 3 corrobora tais reflexões ao afirmar que um dos grandes diferenciais da instituição é o incentivo à pesquisa nos diferentes níveis de ensino, mas ressalta que é necessário haver um maior engajamento dos alunos.

O estímulo à adoção da pesquisa é um dos princípios norteadores da EPT que fundamentam a atuação dos IFs. Demo (2003, p. 86) enfatiza a importância de educar por meio da pesquisa, a qual promove o “desenvolvimento da autonomia intelectual, da consciência crítica envolvendo também a capacidade de questionamento e de intervenção crítica na sua realidade”. Sobre isso, a Egressa 3 releva que hoje é pesquisadora graças ao incentivo que obteve enquanto aluna do campus, realçando que o contato com a pesquisa proporcionou melhorias em sua comunicação, em sua escrita e a fez compreender a importância da pesquisa para as diferentes áreas do conhecimento.

O Egresso 4 expõe que a participação em programas e projetos de pesquisas contribuíram para a sua atuação profissional, afirmando que os conhecimentos adquiridos enquanto aluno, hoje se materializam em sala de aula, como profissional. Diante do relato, percebe-se que o campus promove um diálogo reflexivo entre a teoria e a prática, promovendo a práxis, ao tempo que vem incentivando a utilização da pesquisa como princípio pedagógico, conforme é possível perceber no relato abaixo:

O IFPI (campus Angical) tem muito potencial em relação às pesquisas, inovações e incentivos, sabe? Lembro-me dos momentos de encontros que a gente tinha no IFPI em relação aos projetos, para a gente discutir e debater com alguns colegas. Então, isso me impulsionou. [...] Então, foi muito importante esse toque do IFPI. Isso aí foi o diferencial que eu percebi para onde eu estou hoje. Porque o IFPI, eles têm vários professores que têm muito potencial. Então, eles nos mostram os caminhos aonde a gente poderia percorrer para a gente melhorar, ouvir e rever a nossa forma prática (Egressa 3).

Neste viés, a pesquisa como princípio pedagógico proporciona o trabalho colaborativo e propicia a autonomia intelectual, contribuindo para uma aprendizagem efetiva, levando o aluno a elaborar seus próprios questionamentos investigativos, ao tempo que fornece orientações quanto às etapas a serem seguidas em um processo

de investigação científica (Silva e Fiori, 2021), conforme é possível perceber nos relatos dos entrevistados.

Os participantes ainda expõem em suas falas que o campus promove um intercâmbio de conhecimento por meio de projetos de extensão. O Servidor 5 aponta o projeto 'IFPI na praça' desenvolvido nos primeiros anos de funcionamento do campus, foi o primeiro projeto voltado para a comunidade a ser desenvolvido no campus. Segundo o entrevistado tratava-se de uma espécie de divulgação da instituição, ao tempo que levava para a comunidade serviços desenvolvidos em parceria com instituições locais, tais como cortes de cabelos e emissão de documentos. O participante ressalta que o projeto proporcionou a proximidade da comunidade com a instituição.

Na mesma direção, o Servidor 1 relata as experiências adquiridas por meio de visitas ao Quilombo Mimbó, que proporcionou aos alunos o contato com a comunidade e maior compreensão da história do Piauí e do Brasil. Ainda sobre esse aspecto, o Egresso 6 relata a experiência de ter participado de um projeto sobre energia solar junto à comunidade de uma cidade circunvizinha do município de Angical do Piauí.

Os participantes ao serem questionados sobre as contribuições adquiridas por meio da participação nos projetos extensionistas demonstraram a significância da experiência para sua formação pessoal e profissional e para proporcionar o conhecimento da realidade da localidade na qual está ocorrendo a intervenção, como é possível perceber na narrativa a seguir:

Eu acho que deixa a gente mais consciente, mais humanizado porque a gente se depara com a realidade que muitas vezes não é nossa. A gente não tem local de fala. Só que, entretanto, a gente pode ajudar como se fosse um problema nosso. Então com certeza uma conscientização, humanização maior (Egresso 5).

É pertinente ressaltar que os IFs têm entre suas finalidades o desenvolvimento e a ampliação do acesso à educação junto à comunidade, e a extensão no contexto destas instituições favorece a articulação da EPT com as demandas sociais, numa perspectiva de intervenção com vistas a superar as desigualdades (Peres, 2020). Esta articulação promove na comunidade o sentimento de pertencimento à instituição.

A despeito disso, o Egresso 4 afirma que mediante as atividades extensionistas, o campus informa para a comunidade que a instituição é comprometida com as demandas locais e com isso propicia gradativamente o

envolvimento de membros externos nas atividades realizadas no âmbito da instituição. Nota-se, portanto, que hoje a comunidade têm um vínculo mais sólido com a instituição em virtude dos projetos desenvolvidos em articulação com a realidade local e regional.

Gomes (2019) defende que a extensão no IFPI é uma política que deve proporcionar aos estudantes vivenciar a prática sobre os conhecimentos adquiridos como meio de enriquecer a sua formação cultural e cidadã, ao tempo que deve criar condições de acesso da comunidade ao IFPI, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O pensamento de Gomes (2019) corrobora a subcategoria atendimento às demandas sociais, integrante desta categoria. Quanto a este aspecto, os entrevistados citaram em seus relatos projetos de extensão exitosos que entregaram uma contribuição para a comunidade. Neste sentido, o Servidor 1 menciona um projeto cujo objetivo era a realização de palestras e a criação de materiais de ensino auxiliares para a comunidade carente, o qual proporcionou o engajamento de pessoas internas e externas à instituição.

O Aluno 2 destaca um projeto desenvolvido no âmbito do programa IF Mais Empreendedor que contou com a participação de alunos de diferentes cursos, cujo resultado foi a criação de um aplicativo que ajudou várias empresas da região a se reestruturarem no pós-cenário pandemia. O entrevistado ressalta a importância de trazer as necessidades da comunidade para o campus e estudar possibilidades de colaborar para a melhoria da vida das pessoas. Ainda sobre esta característica, o Egresso 5 afirma que vários projetos de extensão de cunho filantrópico foram executados no campus, notadamente, projetos voltados para a arrecadação de alimentos e posterior distribuição nas comunidades carentes.

Convém salientar que o IFPI dispõe da Política de Assistência Estudantil (POLAE) como parte integrante da extensão. A POLAE abrange vários programas voltados para a garantia do acesso, da permanência e do êxito acadêmico dos estudantes. Destes, alguns são direcionados para alunos em situação de vulnerabilidade social, dos quais destacam-se o benefício permanente direcionado aos estudantes baixa renda e com agravantes sociais; e o benefício Moradia estudantil que assegura o alojamento de estudantes em ambientes adequados dentro do campus (IFPI, 2017).

O campus Angical do Piauí, em 2024, possui 101 (cento e um) alunos beneficiados com o Benefício Permanente em todos os níveis de ensino, com seleções realizadas anualmente. Ressalta-se que em virtude dos sucessivos cortes que vem ocorrendo no orçamento destinado à educação federal, no momento o pagamento encontra-se suspenso. Neste contexto, em condições orçamentárias favoráveis, a POLAE exerce um papel importante no que tange ao atendimento às demandas sociais, uma vez que o benefício pecuniário serve como subsídio para garantir a permanência do estudante em vulnerabilidade social.

Ainda constituindo esta categoria, tem-se a subcategoria pertencimento aos resultados. No tocante a esta subcategoria, os entrevistados externam o sentimento de integração aos resultados obtidos por meio da participação em projetos. A Aluna 1 ressalta o aprendizado adquirido e a memória que permanece após a participação em projetos do campus, substancialmente em relação ao projeto Miniempresa, no qual a aluna juntamente com outros alunos projetaram e desenvolveram um produto inovador que obteve várias premiações, inclusive em evento internacional. A aluna expõe sua satisfação em compor a equipe desenvolvedora do produto. Do mesmo modo, o Aluno 2 destaca a participação no projeto Mini Empresa como algo que lhe proporcionou bons resultados, não somente no projeto, mas em outras áreas do conhecimento e em sua vida pessoal.

É pertinente registrar o impacto dos programas de *stricto sensu*, à nível mestrado para o fomento à pesquisa e para a formação de servidores, egressos e comunidade, alinhados aos Produtos Educacionais aplicáveis na rede e nos demais setores das instituições que atuam com EPT. No tocante ao campus, a pesquisa relevou que 5 (cinco) servidores concluíram ou estão cursando o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFETP) ofertado no campus Parnaíba e 1 (um) egresso entrevistado está cursando o Mestrado Profissional em Matemática ofertado pelo Campus Floriano, evidenciando a contribuição desses programas para os servidores e para o egressos da instituição.

Face ao exposto, é possível compreender como o campus vem promovendo a articulação entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão. Conforme relatos apresentados, percebe-se que no decorrer dos anos, a instituição esteve comprometida com projetos de pesquisa e de extensão articulados ao ensino como caminho para a integração de alunos e servidores com experiências científicas e com a comunidade do entorno. Entretanto, é imprescindível que haja um maior

engajamento por parte da comunidade acadêmica, assim como um maior comprometimento governamental, cujas decisões implicam diretamente na efetividade das atividades constituintes dessas dimensões.

5.5 CATEGORIA 5: FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

A categoria 5 organiza-se por meio das subcategorias formação crítica, educação socioemocional, agrega valores, desenvolvimento humano e transformação da visão de mundo, conforme descrito no quadro 19. Por meio desta categoria buscou-se conhecer a percepção dos entrevistados quanto a formação promovida pelo campus, visando compreender como esta formação se aproxima da formação humana integral.

Quadro 19 - Descrição da Categoria Formação Humana Integral

CATEGORIA 5: FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL		
Subcategorias	Narrativas dos participantes	Autores
Formação crítica	Quando eu cheguei ao IFPI, eu tive uma noção, até uma noção crítica para mim. [...] você está aprendendo não simplesmente para você no final do curso receber o certificado, [...] você está aprendendo para você ser um cidadão crítico (Egresso 2). Eu lembro demais que alguns alunos, quando eles chegam aqui [...], eles chegam com tanta dificuldade. Até de expressão, de opinião. Quando eles chegam no terceiro ano. Eles chegam com uma criticidade tão aguçada, sabe (Servidora 3).	Bido (2020) Brasil (2010) Oliveira e Frigotto (2021) Abed (2014) PDI/IFPI (2020) Pacheco (2010)
Educação socioemocional	[...] e eu acho diferente. E eu gosto desse modelo aqui. Eu acho que desenvolve bastante o emocional do aluno (Comunidade 3). O IFPI me trouxe uma convivência mais realista, mais palpável. [...] Minhas relações socioemocionais aqui são bem fortes (Aluno 2). [...] não só se preocupa só com o conteúdo técnico, científico, né. Mas se preocupa também com essa parte socioemocional (Servidora 3). Eu aprendi a interagir melhor com as pessoas tirar aquela ansiedade ruim de conversar mesmo sabe, de agir (Aluno 4).	

	Meu desenvolvimento foi gigante, gigante, gigante, gigante. Tanto profissional quanto pessoal [...] (Egresso 5).	
Agregação de valores	A formação moral no instituto é muito boa (Servidor 1). Quando eu fiz o técnico em meio ambiente, eu descobri algo, isso veio, né? [...] essa importância da preservação do meio ambiente (Egresso 2). [...] Desenvolve valores, né. Como respeito, empatia, né. Eu vejo muito isso, sabe (Servidora 3). [...] Ele com certeza desperta valores na gente. [...] valores que confrontam alguns preconceitos também. O IFPI tem bastante essa cultura aqui, graças a Deus (Egresso 5).	
Desenvolvimento humano	[...] para formar cidadãos. Realmente, eu acho que a instituição leva muito a sério isso (Egressa 1). Eu vejo como uma casa. Uma casa onde eu fui acolhida, [...] eu entrei aqui uma menina e estou saindo uma mulher. Com muita confiança, com muita paciência, maturidade (Aluno 1). [...] então o meu processo aqui dentro foi muito importante pra minha formação como ser humano e como indivíduo inteligente, indivíduo que aprende e gosta de ensinar (Aluno 2). [...] prepara pessoas não só pro ensino, mas pra toda uma vida (Aluno 4).	
Transformação da visão de mundo	[...] e sim em transformar a gente para ser adultos profissionais, maduros, e com a visão mais ampla do mundo (Aluno 1). Eu acho que vai ficar muito por parte de mim, muita gratidão ao IFPI, o IFPI mudou muito minha vida. Tanto a forma de ver o mundo (Aluno 4).	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Os IFs têm como finalidade a promoção de uma formação para além do mercado de trabalho com uma política educacional voltada para a formação humana integral desde a sua criação, buscando a desenvolvimento de cidadãos críticos, constituídos de valores e capazes de interagir e intervir na sociedade para melhorar a vida das pessoas. Esta é a característica diferencial destas instituições, cujo objetivo é construir caminhos para reconstrução da totalidade da educação. Consoante aos

relatos dos entrevistados é possível compreender como o campus Angical do Piauí está atuando em face a esta finalidade dos IFs.

Ao transcrever as falas dos participantes em relação a formação humana integral, definiu-se formação crítica como a primeira subcategoria, acentuando a fala do Egresso 2 ao expor que a formação promovida pelo campus não visa somente a conclusão de um curso para a emissão de uma certificação, mas concebe um aparato de atividades que fornece uma formação voltada para o exercício da cidadania de forma consciente, levando o estudante a se descobrir com ser participante da sociedade.

Ainda sobre este aspecto, a Servidora 3 relata sua percepção sobre as mudanças que ocorrem nos alunos ao compará-los enquanto ingressantes e concluintes. A servidora destaca a maturação da criticidade que é desenvolvida nos alunos, que entram inseguros, com dificuldades de se expressarem e exporem suas opiniões e saem repletos de autoconfiança e seguros para argumentarem e se posicionarem sobre temas relevantes.

A relevância da formação diferenciada promovida pelos IFs é abordada por Bido (2020) ao destacar a proposta inovadora de EPT oferecida nestas instituições, busca encadear formação acadêmica e formação para o mundo do trabalho, priorizando o fator humano mediante uma educação que articula o aspecto humano com as diferentes áreas do conhecimento, sejam elas técnicas ou não ao tempo que promove em seus estudantes a consciência de si e de seu papel na sociedade. Nesta mesma percepção, o MEC assim descreve a proposta dos IFs:

Os Institutos Federais preservam aos protagonistas do processo educativo, além do incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados pelo indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade (BRASIL, 2010, p. 18).

Os participantes discorrem ainda sobre a atuação do campus quanto à valorização e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em seus estudantes. O participante Comunidade 3 é mãe de aluno do campus e relata que o modelo de educação desenvolvido na instituição propicia um desenvolvimento efetivo do aspecto

emocional dos alunos e acrescenta que percebe as mudanças ocorridas em seu filho, conforme narrativa apresentada abaixo:

Eu acho que o desenvolvimento dele ficou bem melhor com o IFPI. Eu acho que o desenvolvimento das atividades tem ajudado ele bastante. Eu sinto a diferença do meu filho. Ele participa do Grêmio, ele gosta de sempre estar no meio de tudo. Então, eu acho que isso ajuda bastante. E eu. Eu considero como positivo as atividades que o IFPI desenvolve para o crescimento dos alunos (Comunidade 3).

O Aluno 2 e o Egresso 5 ressaltam a participação em atividades realizadas no campus como fator essencial para seu crescimento pessoal e para o fortalecimento de suas relações sociais e emocionais, enfatizando que a instituição torna-se única por considerar as especificidades dos alunos e promover eventos e atividades não limitadas ao ensino, mas de forma articulada com temas relevantes para o desenvolvimento integral de seus estudantes.

Neste sentido, o Aluno 2 acentua as relações de amizade que o fizeram compreender as diferenças e as limitações de cada pessoa, enquanto que o Egresso 5 expõe as mudanças ocorridas em seu comportamento, principalmente quanto à timidez, destacando que o seu desempenho como líder de turma foi fundamental para a superação de sua limitação emocional, experiência que não teria vivenciado caso estivesse em uma escola que não tenha em sua estrutura de ensino o incentivo a participação ativa dos alunos em decisões. Do mesmo modo, o Aluno 3 expõe que as vivências e experiências adquiridas no campus propiciou segurança para interagir com outras pessoas.

Abed (2014, p. 8), afirma que não é mais possível que apenas o aspecto cognitivo constitua a sala de aula. É necessário compreender que “os estudantes têm emoções, estabelecem vínculos com os objetos do conhecimento, com os colegas, com os professores, com a família, com os amigos, com o mundo” e é imprescindível que a escola esteja atenta à necessidade dessa formação total do estudante.

Ainda sobre este aspecto, a Servidora 3 salienta a relevância da instituição por proporcionar um desenvolvimento integral do estudante considerando também a dimensão socioemocional, não limitando-se a conteúdos técnicos e científicos. A servidora ainda enfatiza as temáticas desenvolvidas no campus, descritas pela participante como “boas e atuais” que consideram as diferentes dimensões do ser humano.

Oliveira e Frigotto (2021) enfatiza que o ensino profissional ancorado numa perspectiva de formação integral do ser humano deve estar comprometido com a vida real, que contemple as necessidades básicas do ser humano, mas que também promova condições para desenvolver suas necessidades sociais, culturais e subjetivas. E acrescentam que esta formação humana tem condições materiais para acontecer nos IFs.

Ainda constituindo esta categoria, tem-se a subcategoria agrega valores, na qual são apresentadas narrativas que destacam a responsabilidade da instituição com os valores humanos. Neste sentido, o Servidor 1 informa que o campus promove uma formação moral muito boa, ao tempo que o Servidor 3 relata que as atividades são organizadas de modo que ocorra a construção de valores em seus estudantes, como respeito e empatia.

O Egresso 2 informa que a realização do curso técnico em meio ambiente no campus despertou valores quanto a preservação da natureza, algo que passava por despercebido em seu cotidiano até então. Neste mesmo entendimento o Egresso 5 expõe a potencialização de valores que confrontam alguns preconceitos e desencadeiam o respeito e a tolerância às diferenças.

De acordo com o PDI/IFPI (2020) a proposta da instituição é uma formação contextualizada, por meio da articulação de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vidas mais dignos. As narrativas dos participantes demonstram que a instituição vem atuando de modo que a proposta de ensino esteja alinhada com os valores institucionais e individuais.

No tocante à subcategoria desenvolvimento humano, são apresentadas as narrativas que apontam a instituição com propulsora da evolução do estudante como ser pensante, crítico e consciente. Nesse modo, a Egressa 1 aponta que a instituição trata com seriedade a formação cidadã, ao tempo que o Aluno 4 expõe que a instituição prepara os alunos para a vida, não limitando-se ao ensino em sala de aula.

A Aluna 1 valida o relato dos participantes ao considerar o campus “com uma casa onde foi acolhida”. Conforme seu relato, a instituição cria condições para seu aluno progredir como pessoa no decorrer de sua formação. Com o mesmo entendimento o Aluno 2 relata que as vivências e experiências adquiridas dentro do campus foram fundamentais para a sua formação como ser humano.

Pacheco (2010) reporta-se a esta questão ao afirmar que o objetivo dos IFs é a formação de cidadãos imbuídos de elementos que os tornem capazes de quebrar

barreiras e ultrapassar obstáculos, que inclinem suas ações em favor de transformações políticas, econômicas e sociais com vistas à construção de uma sociedade mais igualitária.

Completando a subcategoria anterior, têm-se a subcategoria transformação da visão de mundo. Este aspecto foi mencionado pelo Aluno 1 e pelo Aluno 4 ao destacarem que a instituição os fizeram compreender o mundo de uma forma diferente. Nesta perspectiva, o Aluno 1 expõe que os professores do campus direcionam os alunos a lerem o mundo de forma crítica e consciente. Na mesma direção, o Aluno 4 expõe sua gratidão à instituição pelo direcionamento que o fez compreender o mundo de forma mais ampla, e complementa seu relato ao afirmar que a instituição mudou a sua vida.

Diante dos relatos expostos, é possível perceber a atuação do campus quanto a formação humana integral de seus estudantes. Os relatos relevam o compromisso do campus Angical do Piauí com a proposta dos IFs de ofertar EPT em uma perspectiva inovadora, que busca reconstruir a totalidade da educação e superar o tecnicismo na EPT por meio de potencialização de valores e ampliação da visão de mundo de seus estudantes. Ainda que existam muitos percalços para a sua concretude, é necessário caminhar e aproveitar as lacunas do sistema para que, aos poucos, a tão esperada educação igualitária, gratuita, humana e integral torne-se real e abrangente para todos os cidadãos, independentes de sua classe social.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019, p. 16), define Produto Educacional como

[...] o resultado de um processo criativo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, com vistas a responder a uma pergunta ou a um problema ou, ainda, a uma necessidade concreta associados ao campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo. Pode ser produzido de modo individual (discente ou docente) ou coletivo. A apresentação de descrição e de especificações técnicas contribui para que o produto ou processo possa ser compartilhável ou registrado.

Desse modo, existem diversos formatos de produtos educacionais que podem ser desenvolvidos de acordo com os objetivos de cada pesquisador, a saber: materiais interativos, atividades de extensão, mídias educacionais; protótipos educacionais; propostas de ensino; materiais textuais. O Produto Educacional é elaborado em conformidade com os resultados obtidos e integra o trabalho final do curso (Leite, 2018).

Como parte integrante do Trabalho de Conclusão do Curso e buscando materializar os resultados obtidos ao final desta pesquisa, foi elaborado o E-book Instituto Federal do Piauí - Campus Angical do Piauí: trajetória e contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, como Produto Educacional.

O desenvolvimento tecnológico proporciona diversos benefícios à população mundial e a cada dia ganha mais espaço no cotidiano das pessoas. Assim como em outras áreas, este avanço nas tecnologias gerou mudanças também no setor editorial, notadamente, com o surgimento dos e-books, livros em formato digital.

Coutinho e Pestana (2015) apresentam algumas vantagens do livro digital para o leitor, como a possibilidade de adquirir o exemplar de forma rápida e fácil sem sair de casa, proporcionar ao leitor leituras em qualquer lugar e até mesmo armazenamento de muitos livros em um único dispositivo. Do mesmo modo, os autores destacam as vantagens para os editores no processo de elaboração de e-books, visto que podem editar e fazer correções em suas produções, adicionar informações, além da facilidade com que os livros podem ser publicados.

Em consonância com a Dissertação desenvolvida, o e-book foi constituído baseado nos resultados da pesquisa com vistas a registrar a história e a memória do Campus atreladas às suas contribuições para o entorno. O E-book aborda diferentes aspectos sobre o Campus e está estruturado em nove capítulos, conforme descrição seguir: Antecedentes, contexto e implantação; O início das atividades e o desenvolvimento local e regional; Cursos ofertados e a democratização do acesso ao ensino; Ensino, pesquisa e extensão e formação humana integral; Como estamos hoje; Atividades extraclasse, construção de valores e formação cidadã; Casos de sucesso; Narrativas de Gratidão e reconhecimento; e Considerações finais.

Considerando a classificação de Produtos Técnico e Tecnológicos definida pela Área de Ensino da CAPES, o E-book desenvolvido é do tipo Material didático/instrucional, tendo em vista que se trata de um material textual que aborda a história e a memória de uma instituição que promove EPT.

É importante salientar que a narrativa apresentada no E-book baseou-se em memórias dos participantes da pesquisa a partir das categorias e subcategorias definidas, entretanto, as histórias aparecem como narrativas sistematizadas atreladas às imagens da instituição, tornando-se uma ampliação do que foi discorrido na Dissertação.

A elaboração do Produto Educacional foi realizada em três etapas, a saber: Produção, Aplicação, Avaliação e Validação, conforme descrito a seguir.

Na fase de produção, inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental sobre as etapas de elaboração de um E-book. Em seguida, de posse das informações obtidas durante a pesquisa e finalização da Dissertação, partiu-se para a organização do material e estruturação dos capítulos.

Tomando como base o documento produzido pelo Grupo de trabalho de Produção Técnica constituído pela CAPES no ano de 2019, que apresenta como critérios avaliativos dos Produtos Educacionais desenvolvidos nos programas de Pós-Graduação em nível *stricto sensu*, Aderência, Impacto, Aplicabilidade, Inovação e Complexidade, o Produto Educacional foi desenvolvido de modo a atender estes critérios, conforme descrito a seguir.

No que se refere ao critério de Aderência, o E-book relaciona-se com o projeto de pesquisa, visto que foi produzido valendo-se dos resultados obtidos durante a pesquisa. Do mesmo modo, relaciona-se com a área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, bem como com a linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e Macroprojeto 4 - História e memórias no contexto da EPT, ao configurar-se como um produto que versa sobre a história e memória de uma instituição promotora de EPT.

No que tange aos impactos do produto, por se tratar de uma pesquisa de abrangência regional, espera-se que este sirva de fonte de conhecimentos para a comunidade acadêmica do campus, assim como para a comunidade de seu entorno, a fim de torná-los conhecedores da história do campus e de suas próprias histórias, assim como estimular que outros campi construam as suas memórias, dando a conhecimento popular o impacto das ações sociais do IFPI.

Quanto à Aplicabilidade, entende-se que o produto poderá ser aplicado no âmbito do campus pesquisado, no entanto, servirá de parâmetro para estudos de história e memórias em outras instituições educacionais cujo objetivo principal é promover formação humana integral por meio da EPT.

Entende-se que o Produto Educacional desenvolvido possui traços de inovação, pois agrega valores aos processos de gestão organizacional, posto que se trata de uma produção inédita na instituição, lócus da pesquisa, ao tempo que contempla a realidade geográfica quantos aos Arranjos Produtivos Locais, ao desenvolver-se mediante participação da comunidade acadêmica e comunidade do entorno.

Quanto a complexidade, entende-se que o produto tem complexidade, visto que foi produzido por meio de documentos oficiais, e substancialmente, por meio de narrativas de pessoas que compõem a história da instituição. Envolvendo experiências que denotam sensações e sentimentos específicos de cada participante, cuja materialização torna-se difícil e com um certo grau de complexidade.

As etapas de Aplicação, Avaliação e Validação do Produto Educacional serão descritas na subseções a seguir.

6.1 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O E-book passou pelas etapas de aplicação e avaliação a fim de obter a percepção dos participantes sobre o produto educacional desenvolvido e avaliar a sua efetividade.

A avaliação do produto ocorreu em duas etapas. Primeiramente, ainda com a primeira versão do E-book, optou-se com apresenta-lo para três profissionais do Campus que têm conhecimentos na área de diagramação com o intuito de obter sugestões de melhorias no layout. Nesta primeira etapa, algumas sugestões foram elencadas pelos profissionais, a saber: melhoria na capa e contracapa, com a inclusão de elementos mais criativos; melhoria no encadeamento das imagens com o texto; Incluir destaque nas páginas que anunciam os capítulos; utilizar mais de uma fonte e com tamanhos diferentes, além de aprimoramento na organização geral do E-book.

De posse das sugestões, procedeu-se a elaboração de uma nova versão do E-book contemplando as recomendações recebidas. A nova versão, após finalizada, foi aplicada junto aos participantes da pesquisa, através de envio, no formato PDF, para o e-mail de todos. Em seguida, realizou-se a segunda etapa da avaliação, mediante a elaboração de um questionário utilizando o Google Forms, constituído por 09 (nove) perguntas contendo as opções de resposta: atende; não atende e atende parcialmente, cujo link foi encaminhado por e-mail e por WhatsApp aos 21 (vinte e

um) participantes da pesquisa, juntamente com um texto explicativo sobre o Produto Educacional e convidando-os a participarem da avaliação de forma imparcial e contributiva para o Produto Educacional. Ao final, obteve-se a resposta de 15 (quinze) participantes, conforme descrição no quadro 20.

Quadro 20 - Respostas dos participantes no processo avaliativo do E-Book

Pergunta	Atende	Não atende	Atende parcialmente
O E-book consegue atender ao objetivo de materializar a história e a memória do IFPI - Campus Angical do Piauí mediante narrativas?	100%	-	-
	100%	-	-
O E-book apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão?	100%	-	-
O E-book é aplicável como material complementar em aulas sobre Educação Profissional e Tecnológica?	100%	-	-
A linguagem apresentada no E-Book apresenta de forma clara e concisa a trajetória do campus e suas contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense?	100%	-	-
Quanto a organização geral do e-book: layout, fonte e tamanho das letras, imagens e design, está adequada?	100%	-	-
O E-book apresenta um aprofundamento do tema proposto?	100%	-	-
A sequência das informações no Produto Educacional contribuiu para a compreensão do seu conteúdo?	100%	-	-
Na sua percepção, O E-book pode auxiliar o planejamento e o desenvolvimento de práticas pedagógicas direcionadas a uma formação humana e integral dos estudantes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica?	100%	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Através da primeira pergunta do questionário buscou-se compreender a percepção dos participantes sobre o atendimento do objetivo geral proposto, com o seguinte questionamento: O E-book consegue atender ao objetivo de materializar a história e a memória do IFPI - Campus Angical do Piauí mediante narrativas? Para esse questionamento 100% dos participantes responderam que o E-book atende ao objetivo geral proposto.

O segundo questionamento referiu-se ao atendimento do objetivo específico proposto, com a seguinte pergunta: O E-Book consegue atender ao objetivo de registrar a trajetória e as contribuições da Instituição na perspectiva dos atores envolvidos? Para este questionamento 100% dos participantes também responderam que o E-book atende ao objetivo específico proposto. Quanto a terceira pergunta, que indagou os participantes se o E-book apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão, todos os participantes concordaram que o produto educacional atende aos aspectos descritos no questionamento.

Ao serem perguntados se na sua percepção, o E-book é aplicável como material complementar em aulas sobre Educação Profissional e Tecnológica, todos os participantes foram favoráveis integralmente ao exposto na pergunta. Através da pergunta seguinte, buscou saber se a linguagem apresentada no E-Book apresenta de forma clara e concisa a trajetória do Campus e suas contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense. Para este questionamento todos os participantes responderam que o Produto Educacional atende aos aspectos descritos na pergunta.

No que tange à organização geral do E-book, 100% dos participantes também responderam que o arranjo apresentado referente ao layout, fonte e tamanho das letras, imagens e design estão adequadas. Na mesma direção, ao serem questionados se o E-book apresenta um aprofundamento do tema proposto, todos os participantes informaram que o Produto Educacional atende ao exposto na pergunta.

Sobre a sequência das informações no Produto Educacional, todos os respondentes concordaram que a organização apresentada no E-book contribuiu para a compreensão do seu conteúdo. E por fim, ao serem indagados se na sua percepção, o E-book pode auxiliar o planejamento e o desenvolvimento de práticas pedagógicas direcionadas a uma formação humana e integral dos estudantes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, todos os respondentes concordaram integralmente com o excerto.

Ao final do formulário, reservou-se um espaço para comentários e sugestões, buscando obter informações complementares às propostas nas perguntas. Um respondente destacou que trata-se de um trabalho que vem a atender todo o público e muito esclarecedor. Outro respondente discorreu que é um trabalho sensacional e de extrema relevância para a percepção da importância do Instituto para o desenvolvimento econômico de Angical do Piauí e para o desenvolvimento intelectual dos alunos, com oportunidades para todos. Por fim, outro respondente escreveu que trata-se de um excelente trabalho, demonstrando a responsabilidade, o compromisso, o zelo e a dedicação da produtora e da orientadora para com a pesquisa, desejando parabéns e deixando registrado o orgulho de ter participado da pesquisa.

Posto isto, conforme apresentado nos dados obtidos no processo de avaliação, o E-book atinge os objetivos geral e específicos propostos, e é aplicável nos contextos sugeridos, ao tempo que registra a importância do papel social dos Institutos Federais perante a comunidade atingida.

6.2 VALIDAÇÃO

Após processo de aplicação e avaliação, a validação do E-book acontecerá pela banca de defesa da dissertação e do Produto Educacional deste Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a história e a memória das instituições educacionais é reconhecer a sua importância para o rompimento de barreiras historicamente impostas em uma sociedade, notadamente quando a trajetória da instituição é narrada pelos os atores que a constituem. Neste estudo, apresentou-se a trajetória histórica e memorística do Campus Angical do Piauí do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral desta pesquisa, a saber, compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral no período de 2010 a 2024, por meio da história e da memória do IFPI-Campus Angical do Piauí, foram propostos três objetivos específicos, conforme descrito a seguir: investigar o

processo histórico e a memória do IFPI-campus Angical do Piauí como instituição formadora de EPT nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, no período de 2010 a 2023; conhecer, por meio de narrativas, as contribuições da EPT para a formação intelectual, acadêmica e profissional de seus estudantes e egressos; e desenvolver um Produto Educacional, na forma de E-book, que materialize a memória da Instituição.

O alcance do primeiro objetivo ocorreu mediante o estudo de caso realizado sobre o campus, lócus da pesquisa, localizado na seção “4. Estudo de Caso: o Campus Angical do Piauí”, no qual apresentou-se a trajetória da instituição quanto a sua implantação e seu funcionamento, enfatizando sua atuação nas dimensões ensino, pesquisa e extensão. Compreendeu-se que a instituição vem atuando de modo a abranger as três dimensões basilares da nova conjuntura da Educação Profissional e Tecnológica estabelecida com a criação dos Institutos Federais.

Ainda sobre esse primeiro objetivo, depreende-se que no que tange ao ensino, desde a implantação, o campus oferta cursos que articulam-se com os Arranjos Produtivos Locais e que contribuem para o desenvolvimento local e regional. Quanto à pesquisa e à extensão, as atividades iniciaram-se somente após alguns anos de seu funcionamento, entretanto, após início, permaneceram vinculadas às atividades de ensino, abrangendo diferentes áreas do conhecimentos e diversificados temas.

Com vistas a alcançar o segundo objetivo, construiu-se a seção “5. Análise dos Dados da Pesquisa, na qual apresentou-se a análise das narrativas dos participantes mediante a descrição de cinco categorias. A primeira categoria “Desenvolvimento local e regional” desdobra-se em três subcategorias, a saber: “impacto na economia, “fomento de negócios”, e “profissionais capacitados”, as quais evidenciaram o papel relevante do campus para o desenvolvimento socioeconômico das localidades de seu entorno, assim como para a formação de profissionais e sua inserção no mundo do trabalho.

A segunda categoria “Localização estratégica” abrangeu também três subcategorias: “visibilidade local”, “abrangência regional” e “ampliação do acesso”. Por meio desta categoria depreendeu-se que a implantação do Campus em Angical do Piauí promove maior visibilidade ao município, assim como beneficia estudantes de diversas localidades da Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense.

Na mesma direção, a terceira categoria, “Democratização do ensino”, composta pelas subcategorias “menos favorecidos”, “mudança de vida” e “redução da

mobilidade”, evidencia a importância do Campus para a popularização do ensino na microrregião na qual está inserido, substancialmente ao atendimento aos oriundos de famílias carentes que não teriam condições financeiras para deslocarem-se para centros urbanos maiores e mais desenvolvidos, ao tempo que propicia oportunidades de mudanças na vida de seus estudantes.

No tocante a quarta categoria “Articulação ensino, pesquisa e extensão”, cuja abrangência se dá por meio das subcategorias “acesso à pesquisa”, intercâmbio de conhecimento”, “acolhimento das demandas” e “pertencimento aos resultados”, compreende-se que o Campus vem desenvolvendo práticas que articulam ensino, pesquisa e extensão com a participação da comunidade acadêmica e da comunidade do entorno, as quais promovem experiências significativas aos participantes, ao tempo que despertam interesse pela pesquisa e pelos problemas sociais, incentivando o desenvolvimento de estratégias que possam contribuir para a comunidade. Entretanto, percebe-se que essas atividades ainda envolvem poucos alunos e servidores, carecendo de maiores incentivos, principalmente quanto a programas de fomento.

A última categoria “Formação humana integral” e suas subcategorias “formação crítica”, “educação socioemocional”, “agregação de valores”, “desenvolvimento humano” e “transformação da visão de mundo”, evidenciam práticas que ultrapassam a formação técnica visando à qualificação para o desenvolvimento de uma atividade de forma isolada. As narrativas revelam ações alinhadas à formação humana integral, as quais promovem uma formação abrangente, reflexiva e consciente, acolhendo as demandas sociais e emocionais de seus estudante, de modo a integrar valores e contribuir para o seu desenvolvimento como ser humano.

O atendimento ao terceiro objetivo se deu mediante a elaboração do E-book “Instituto Federal do Piauí - Campus Angical do Piauí: trajetória e contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense”, cuja construção resultou em um processo metodológico constituído pelas fases de elaboração, aplicação e avaliação/validação, conforme recomendação do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). Sobre isto, é pertinente ressaltar a importância da elaboração de Produtos Educacionais como subsídios para a prática de ensino e para a materialização de memórias de pessoas que constroem, a cada dia, a educação brasileira.

Os achados desta pesquisa relevam a importância da expansão dos Institutos Federais no território brasileiro, como instituições provedoras de Educação Profissional e Tecnológica sob outra perspectiva, na qual a formação técnica articula-se ao ensino propedêutico, ancorados no princípio da verticalização do ensino e nos pressupostos da formação humana integral, de modo a superar a dualidade historicamente imposta na educacional brasileira, bem como contribuir para o desenvolvimento local e regional.

O campus Angical do Piauí é uma das diversas instituições criadas neste processo de interiorização da EPT, que vem provendo contribuições para a democratização do acesso ao ensino no Estado do Piauí e para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e estadual, assim como para a transformação de realidades impostas pela divisão de classes sociais.

Ressalta-se que ainda há muito a ser feito para a efetivação da democratização do acesso ao ensino e para a efetivação da formação humana integral. Entretanto, é importante registrar que cada um dos IFs, através de seus campi, como é o caso do campus lócus deste estudo, estão derrubando barreiras antes vistas como inquebráveis e desencadeando sentimentos de esperança em muitos jovens e adultos que, no cenário atual, podem vislumbrar uma sociedade melhor.

Por fim, ressalta-se que este estudo limitou-se ao contexto do campus Angical do Piauí por meio de um recorte temporal, de 2010 a 2024. Entretanto, a instituição continua promovendo ações que envolvem comunidade acadêmica e comunidade do entorno e que poderão desencadear outras investigações. Ademais, as narrativas dos entrevistados apresentam vivências e experiências individuais que relacionam-se com a história da instituição, todavia, para outras investigações similares que utilizarão recortes temporais diferentes, novas narrativas serão necessárias. Neste sentido, registra-se a necessidade de outras pesquisas que possam contemplar temáticas não apresentadas, bem como, que possam complementar este estudo.

REFERÊNCIAS

- ABED, A. L. Z. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica**. São Paulo, SP, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15891-habilidades-socioemocionais-produto-1-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 set. 2024. CNOLÓGICA
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª edição, Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013, 236p.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **As memórias e a história da educação: aproximações teórico-metodológicas**. História da Educação, v. 13, n. 27, p. 211-243, 2009.
- ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de; MIRANDA, Sonia Regina. **Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva**. Educar em revista, p. 259-283, 2012.
- ALVES, Claudia. **Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar**. Revista História da Educação, v. 14, n. 30, p. 101-125, 2010.
- ANGICAL DO PIAUÍ. **Projeto de implantação da unidade de ensino descentralizada de Angical do Piauí**. Plano de expansão da rede federal tecnológica – fase II. Angical do Piauí (PI): Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí, 2007.
- BALUTA. Inês Florinda Luís Buissa; GOMES. Maria Laura Magalhães. **Trajetória da formação de professores de Matemática no Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (1998-2009)**. História Oral, v. 23, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 2020.
- BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BIDO, José Mateus. **Educação e formação profissional no Brasil: crítica formativa a partir dos Institutos Federais**. Revista Labor, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/59663>. Acesso em 13 jul. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Diário Oficial - 26/9/1909, Página 6975.
- BRASIL. **Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saude Publica**. Coleção de Leis do Brasil - 1937, Página 12 Vol. 1.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/2/1942, Página 1997.

BRASIL. **Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Coleção de Leis do Brasil - 1994, Página 4788 Vol. 12.

BRASIL. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase I.** MEC, 2005. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1-plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 21 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes.** Brasília: MEC, Brasília, 2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 ago.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da União - Seção 1 - Edição Extra - 26/6/2014, Página 1.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.** Diário Oficial da União: Seção 1, p. 19-23, 06 jan 2021.

BRASIL. **Portaria nº 514, de 4 de junho de 2024.** Aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT. Diário Oficial da União: Seção 1, p. 28-30. Acesso em: 13 set. 2024.

BRITO, Leonardo Chagas de. **A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial.** Revista Brasileira de Geografia

Econômica, Ano II, Número 4, 2024. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/802>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BRITO, Ricardo et al. **O impacto dos institutos federais nos arranjos produtivos locais: um olhar para o estado do Piauí.** Revista Educar Mais, v. 8, p. 466-478, 2024.

BURKE, Peter. **História como memória social.** In: **Variedades de história cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89. CAÇÃ

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Documento da Área de Ensino**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 08 out. 2023.

CARDOSO, Univaldo Coelho et al. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014.

CARVALHO, Sandra Farias; NUNES, Vera Regiane Brescovici. **Escola: espaço de construção da memória e identidade**. Revista UFG, v. 23, 2023.
CEPRO. **Produto Interno Bruto dos Territórios do Piauí 2020**. Teresina: Fundação CEPRO, 2020. 43 p.

CHAPADA DO CORISCO TERESINA. **Alunos da Oficina de Marceneiros da Escola de Aprendizes Artífices (1913)**. Disponível em: https://www.facebook.com/fabiohistoria/photos/a.460668647424469/2431730696984911/?type=3&source=57&_rdr. Acesso em 27 ago. 2024.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Revista Trabalho Necessário, v.3, n.3, 2005

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Cem anos de educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. In: GOMES. C. A.; OLIVEIRA. I. C. V. SILVA. R. S. C. **Ensino médio: impasses e dilemas**. p. 115-153. SEBEC. Brasília/DF, 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa-: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. ARTMED Editora, 2007.

COUTINHO, Pedro; PESTANA, Olívia. **EBOOKS: evolução, características e novas problemáticas para o mercado editorial**. PÁGINAS a&b. S.3, 3, p.169-195, 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 19-34 – 2013.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

DAROS, Michelli Aparecida. **Expansão para quem? Institutos Federais e acesso à educação em perspectiva**. Serviço Social & Sociedade, v. 146, n. 3, p. e-6628346, 2023.

FERNANDES, Italaney. **A Evolução dos Institutos Federais como Espaços de Promoção para a Diversidade e Inclusão**. Revista Acadêmica em Humanidades, v. 4, n. 1, p. 32-50, 2023.

FERNANDES, Maria Regina da Silva. **O Processo de Verticalização Profissional e Tecnológica e suas Implicações na Qualidade do Trabalho dos Docentes do Câmpus São Vicente do Sul do Instituto Federal de Farroupilha**.

Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2787/2/2013%20%20Maria%20Regina%20da%20Silva%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, 2002, p. 314-332.

FONTE, Sandra Soares Della. **Formação no e para o Trabalho**. Revista Educação Profissional e Tecnológica em Revista, v. 2, nº 2, 2018 – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. Revista PERSPECTIVA, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Divamélia de Oliveira Bezerra. **Perfil da extensão do IFPI**. Livros, p. 191-199, 2021.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DA CRUZ, José Luis Vianna. **Os institutos federais e o desenvolvimento regional: interface possível**. HOLOS, v. 4, p. 1-18, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva (1950)**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HÜBNER, Joedna Lobato do Amaral. **O modelo de gestão aplicado ao ensino no IFPI frente às configurações dos IFs**. 2016.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Teresina, PI, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Teresina, PI, 2019a.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Cartilha da Política de Assistência Estudantil do IFPI**. Organizadoras, Shirley Raquel Frazão Lopes, Zilda de Brito Lima. Teresina: IFPI, 2017

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Integridade 2023-2024**. Teresina, PI, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão do Exercício de 2017**. Teresina: IFPI, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Resolução Normativa 59/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 20 de agosto de 2021. Atualiza o Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), e dá outras providências.** IFPI, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão do Exercício de 2023.** Teresina: IFPI, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Programas de Pós-graduação.** 03 abr. 2023. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/a-instituicao/pro-reitorias/pesquisa-pos-graduacao-inovacao/programas-de-pos-graduacao>. Acesso em: 19 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ. **Plataforma Oportunidades reúne vagas de estágio e emprego para alunos e egressos.** 05 fev. 2024. Disponível em: <https://www.ifpi.edu.br/noticias/plataforma-oportunidades-reune-vagas-de-estagio-e-emprego-para-alunos-e-egressos>. Acesso em 27 ago. 2024.

JERONIMO, Maria Keila. **A expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí - IFPI: 110 anos de história.** VI Congresso Nacional de Educação, ISSN: 2358-8829, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58299>. Acesso em 27 ago. 2024.

JOUTARD, Philippe. **Reconciliar história e memória?** Revista Escritos, 2007. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/17987>. Acesso em 18 set. 2024.

LACERDA, Samara Maria Viana da Silva. **A prática pedagógica dos professores da Educação Profissional da Escola Técnica Federal Do Piauí (1967–1999).** Tese (Doutorado), 228f, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Priscila Souza Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos.** CIAIQ2018, v. 1, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARQUES, Maristela Beck.; VIEIRA, Josimar de Aparecido. **Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional.** ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS, v. 7 n. 1, Edição Especial 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p: 187-202, Junho 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** 2. ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Marli Alves Flores; CUNHA, Célio. **Educação Profissional, Científica e Tecnológica: arranjos produtivos locais e a sustentabilidade**. Anais da ANPAE. Disponível em: < http://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT6/GT6_Co_municacao/MarliAlvesFloresMelo_GT6_integral.pdf>. Acesso em, 02. Ago 2024.

MINAYO, M. C. **Os desafios da pesquisa social**. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. de S. (Orgs.). **Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Avaliação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/relatplano.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007: Chamada Pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II**. SETEC/MEC, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96271-2-chamada-publica-plano-expansao-rede-federal-fase-ii&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 11 jul. 2024.

MONTE, Layane Almeida. **Expansão e interiorização dos Institutos Federais de Educação : reflexões sobre a implantação e atuação do IFPI- Campus Angical**. Dissertação (Mestrado), 2019. 143 f.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. HOLOS, v. 2, 2007.

MOREIRA, Cícero Gimenez et al. **Quem conta um conto aumenta um ponto: histórias da escola como espaço de construção de identidade**. Revista Ambiente Acadêmico, v.7, nº 2, 2021. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/revista-ambiente-academico-v07-n02-artigo04.pdf>. Acesso em: 19 set. 2024.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. **As bases da EPT e sua relação com a sociedade brasileira**. Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, p. 13-27, 2021.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais**, IFRN, 2015

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. IFRN, 2010.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais: uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo, Fundação Santillana/Moderna, 2011.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; CRUZ, José Luis Vianna da. **Os institutos federais e o desenvolvimento regional: interface possível**. **HOLOS**, v. 4, p. 1-18, 2019.

PERES, Aline Neves. Extensão na educação profissional e técnica de nível médio do Instituto Federal do Amazonas: formação humana integral e reflexo social. / Aline Neves Peres. – Manaus, 2020.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade Social**. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 200-212

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução: R. Ricardo Santhiago. São Paulo : Letra e Voz. 2016. - (Coleção Ideias).

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RAYS, Oswaldo Alonso. **Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade**. Revista do Centro de Educação. Cadernos – Edição 2003 nº 21. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Santa Maria: UFSM, 2003.

RIBEIRO, Eliane Maria Soares; RAMOS, Antonio Francisco Ramos. Histórico do IFPI Campus Angical. **Subcomissão do Memorial IFPI/CAANG**. Angical do Piauí: IFPI, 2018.

ROCHA, A. *et al.* **Formação profissional para o mundo do trabalho: o papel dos Institutos Federais**. *Vértices (Campos dos Goitacazes)*, v. 24, n. 2, p. 281-294, 2022. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p281-294>. Disponível em: <https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/18229>. Acesso em: 7 ago. 2024.

ROMERO, Márcia Cicci. SANTOS, Sônia Maria dos. **A História Oral, a Memória e a Entrevista**. XII Encontro Regional Sudeste de História Oral alteridades em tempos de (in)certezas: escutas sensíveis, 2017. Disponível em: https://www.sudeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1503276415_ARQUIVO_congressohistoriaoralbh.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

RODRIGUES, Antônio Gerardo et al. **Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí: 90 anos de ensino profissionalizante**. Teresina: EDUFPI, 2002.

SANTANA, Francisco das Chagas. **A Expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado do Piauí. De 2008 a 2010: Um estudo sobre a localidade dos campi no território piauiense**. Francisco das Chagas Santana – Rio Claro, SP, 2012. 102 f.

SANTANA, Darlem Juliana Silva. **Memórias docentes: trajetórias profissionais e história da educação profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e**

Tecnologia do Piauí (1970-2010), Dissertação (Mestrado), 2015. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3918/Darlem%20Juliana%20Silva%20Santana_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANTANA, Dorival Aparecido de. **A escola como lugar de memórias e de identidades: Um estudo a partir de escritos de alunos do ensino médio do colégio e. N. S. De lourdes - londrina/pr.2013-2014**. 323 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.

SANTOS. Sônia Maria dos; ARAÚJO. Osmar Ribeiro De. **História Oral: vozes, narrativas e textos**. Cadernos de História da Educação. n. 6. Jan/dez 2007.

SILVA, Arthur Rezende da; TERRA, Denise Cunha Tavares. **A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional**. I Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, 2013.

SILVA, Antônio Soares Júnior da.; ELTZ, Patrícia Thoma. **Os institutos federais e a educação profissional: políticas públicas, ações afirmativas e inclusão social**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5, n. 12, p.31779-31787dec 2019 .ISSN 2525-8761.

SILVA, Maria de Fátimada; FIORI, Ana Paula Santos de Melo. **A pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional e tecnológica**. Editora Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, p. 163-178, 2021.

SOUSA, Karina Cardoso de; SOUSA, Jalva Lília Rabelo de. **A Educação Profissional e Tecnológica no Piauí: de Escola de Aprendizes Artífices a Institutos Federais**. VII Congresso Nacional de Educação, Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA120_ID1416_22082021133245.pdf. Acesso em 27 ago. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva.; SILVA, Silvia Helena dos Santos Costa e. **Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios**. Revista Ensino Interdisciplinar, v. 2, nº. 05, Julho/2016, UERN, Mossoró, RN

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre, RS, Penso Editora, 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS EGRESSOS

1. O que lhe motivou a escolher o IFPI-Campus Angical do Piauí? Gostaria de falar um pouco sobre como ocorreu seu ingresso na instituição?
2. Como era o cotidiano na escola? Qual a memória que você tem da instituição? Se possível, fale um pouco sobre isso.
3. Como a instituição tem contribuído para a sua formação profissional e pessoal?
4. Algo lhe marcou durante o período que estudou na instituição? Gostaria de falar um pouco sobre isso?
5. Você participou de projetos de pesquisa e de extensão no campus? Como a participação contribuiu para a sua atuação profissional?
6. A formação Humana Integral é uma concepção que tem como objetivo desenvolver o ser humano em todas as dimensões, de modo que o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia tornam-se dimensões indissociáveis no processo educativo. Com base no conceito exposto, como a Instituição contribui com o ensino na formação humana integral? Como essa formação pode contribuir para o desenvolvimento local e regional?
7. Como você vê a instituição atualmente?
8. Existe algo de especial sobre a instituição que gostaria de relatar?

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS

1. O que lhe motivou a escolher o IFPI-Campus Angical do Piauí? Gostaria de falar um pouco sobre como ocorreu seu ingresso na instituição?
2. Como é seu cotidiano na escola? Qual a memória que você tem da instituição? Se possível, fale um pouco sobre isso.
3. Como a instituição tem contribuído para a sua formação profissional e pessoal?
4. Até aqui, algo lhe marcou na instituição? Gostaria de falar um pouco sobre isso?
5. A formação Humana Integral é uma concepção que tem como objetivo desenvolver o ser humano em todas as dimensões, de modo que o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia tornam-se dimensões indissociáveis no processo educativo. Com base no conceito exposto, como a Instituição contribui com o ensino na formação humana integral? Como essa formação pode contribuir para o desenvolvimento local e regional?
6. Como você vê a instituição atualmente?
7. Você participa ou participou de projetos de pesquisa e de extensão no campus? Como você avalia a sua participação nesses projetos?
8. Existe algo de especial sobre a instituição que gostaria de relatar?

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS SERVIDORES

1. Você acompanhou o processo de planejamento e execução das obras de infraestrutura do campus? Como ocorreu esse processo? Gostaria de falar um pouco sobre isso?
2. Nos primeiros anos de funcionamento do campus, como era o cotidiano da escola?
3. Como você avalia a implantação do campus na cidade de Angical do Piauí?
4. Sendo servidor, como a instituição tem contribuído para a sua atuação profissional e pessoal?
5. A formação Humana Integral é uma concepção que tem como objetivo desenvolver o ser humano em todas as dimensões, de modo que o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia tornam-se dimensões indissociáveis no processo educativo. Com base no conceito exposto, como a Instituição contribui com o ensino na formação humana integral? Como essa formação pode contribuir para o desenvolvimento local e regional?
6. Como você vê a instituição atualmente?
7. Você participa ou participou de projetos de pesquisa e de extensão do campus? Como a participação contribuiu/tem contribuído para a sua atuação profissional?
8. Como você avalia a participação dos alunos nos projetos de pesquisa e de extensão do campus?
9. Até aqui, algo lhe marcou na instituição? Gostaria de falar um pouco sobre isso?

APÊNDICE D: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

1. Há quanto tempo você mora na cidade de Angical do Piauí?
2. Você acompanhou o processo de planejamento e execução das obras de infraestrutura do campus? Como ocorreu esse processo? Gostaria de falar um pouco sobre isso?
3. O prédio que hoje funciona o campus pertencia a AABB. Você frequentava a AABB? Como você se sente sabendo que vivenciou o processo de transição das instituições? Qual a memória que você tem desse período?
4. Como você avalia a implantação do campus na cidade de Angical do Piauí?
5. Para você qual a importância do campus para a região?
6. Como você vê a instituição atualmente?
7. Existe algo de especial sobre a instituição que gostaria de relatar?

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA OS SERVIDORES

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral” que está sendo desenvolvida pela mestrandia Laise Nunes da Conceição, Matrícula 20231PROFEPT0013, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão da Professora Doutora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, docente do programa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras responsáveis deste estudo:

- Mestranda Laise Nunes da Conceição, Telefone (86) 99538-9347, e-mail laise.conceicao@ifpi.edu.br.
- Supervisora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, Telefone (86) 99985-3772, e-mail jalva@ifpi.edu.br.

Você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas. Endereço do Comitê de Ética: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Uninovafapi CEP/UNINOVAFAPI – Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123, Uruguai, Teresina, PI. Telefone: (86) 2106-0738, E-mail: cep@uninovafapi.edu.br. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender, por meio da memória das pessoas que compõem a história do IFPI/campus Angical do Piauí, como os princípios norteadores da Educação

Profissional e Tecnológica estão subsidiando a prática da instituição, especialmente, quando trata-se da formação humana integral de seus estudantes e egressos. O objetivo deste estudo é compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral no período de 2010 a 2023, por meio da história e da memória do IFPI-Campus Angical do Piauí. Com o intuito de atingir o objetivo proposto, serão realizadas entrevistas gravadas em local, data e horário escolhidos conjuntamente com os participantes, priorizando as opções do entrevistado. Haverá a necessidade de obtenção de registros sonoros e/ou audiovisuais da conversa, nesse caso solicitamos a concessão do uso de sua voz, conforme descrito abaixo:

() Permito a divulgação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

As entrevistas serão realizadas de modo a minimizar os riscos, a fim de não provocar danos morais, financeiros ou físicos aos participantes. No entanto, por se tratar de uma investigação que envolve afloramentos de memórias, os questionamentos poderão causar desconforto emocional, tendo em vista que poderá despertar vivências pessoais. Sobre isso, esclarecemos a não obrigatoriedade em responder as perguntas e a possibilidade de desistência a qualquer momento, caso se sinta desconfortável. Sobre o risco de o participante compreender equivocadamente as perguntas, buscou-se utilizar palavras do cotidiano a fim de garantir o melhor entendimento da pergunta. Sobre o risco de ansiedade e cansaço a entrevista poderá ser suspensa e retomada em outro momento, a fim de garantir a integridade física e intelectual do participante. O participante poderá se retirar a qualquer momento da pesquisa, sem que isto o leve a qualquer penalidade. Conforme previsto nas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, não haverá qualquer tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo. Não terá custos para os participantes. Para os participantes deste estudo, acredita-se que o principal benefício é o Produto Educacional, visto que a proposta é encadear as narrativas dos entrevistados com os dados obtidos por meio de outras fontes. Suas narrativas constituirão a materialização da história e da memória da instituição. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas, etc., porém será garantido o sigilo que assegure a privacidade e o

anonimato dos participantes. Os resultados deste estudo serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

Considerando, que li e estou ciente das informações acima citadas, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, concordando que os dados aqui obtidos serão utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Eu, _____

_____, inscrito(a) sob

o RG _____ CPF _____,

abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Destaco que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo.

Angical do Piauí, PI, _____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso do(a)
participante

Pesquisadora
responsável Jalva Lília
Rabelo de Sousa CPF
338.366.982-34

Pesquisadora Assistente
Laise Nunes da Conceição
CPF 042.267.133-97

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA OS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral” que está sendo desenvolvida pela mestrandia Laise Nunes da Conceição, Matrícula 20231PROFEPT0013, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão da Professora Doutora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, docente do programa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras responsáveis deste estudo:

- Mestranda Laise Nunes da Conceição, Telefone (86) 99538-9347, e-mail laise.conceicao@ifpi.edu.br.
- Supervisora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, Telefone (86) 99985-3772, e-mail jalva@ifpi.edu.br.

Você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas. Endereço do Comitê de Ética: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Uninovafapi CEP/UNINOVAFAPI – Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123, Uruguai, Teresina, PI. Telefone: (86) 2106-0738, E-mail: cep@uninovafapi.edu.br. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender, por meio da memória das pessoas que compõem a história do IFPI/campus Angical do Piauí, como os princípios norteadores da Educação

Profissional e Tecnológica estão subsidiando a prática da instituição, especialmente, quando trata-se da formação humana integral de seus estudantes e egressos. O objetivo deste estudo é compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral no período de 2010 a 2023, por meio da história e da memória do IFPI-Campus Angical do Piauí. Com o intuito de atingir o objetivo proposto, serão realizadas entrevistas gravadas em local, data e horário escolhidos conjuntamente com os participantes, priorizando as opções do entrevistado. Haverá a necessidade de obtenção de registros sonoros e/ou audiovisuais da conversa, nesse caso solicitamos a concessão do uso de sua voz, conforme descrito abaixo:

- ☐ Permito a divulgação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;
- ☐ Não permito a publicação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

As entrevistas serão realizadas de modo a minimizar os riscos, a fim de não provocar danos morais, financeiros ou físicos aos participantes. No entanto, por se tratar de uma investigação que envolve afloramentos de memórias, os questionamentos poderão causar desconforto emocional, tendo em vista que poderá despertar vivências pessoais. Sobre isso, esclarecemos a não obrigatoriedade em responder as perguntas e a possibilidade de desistência a qualquer momento, caso se sinta desconfortável. Sobre o risco de o participante compreender equivocadamente as perguntas, buscou-se utilizar palavras do cotidiano a fim de garantir o melhor entendimento da pergunta. Sobre o risco de ansiedade e cansaço a entrevista poderá ser suspensa e retomada em outro momento, a fim de garantir a integridade física e intelectual do participante. O participante poderá se retirar a qualquer momento da pesquisa, sem que isto o leve a qualquer penalidade. Conforme previsto nas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, não haverá qualquer tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo. Não terá custos para os participantes. Para os participantes deste estudo, acredita-se que o principal benefício é o Produto Educacional, visto que a proposta é encadear as narrativas dos entrevistados com os dados obtidos por meio de outras fontes. Suas narrativas constituirão a materialização da história e da memória da instituição. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas, etc.,

porém será garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato dos participantes. Os resultados deste estudo serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

Considerando, que li e estou ciente das informações acima citadas, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, concordando que os dados aqui obtidos serão utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Eu, _____,
inscrito(a) sob o RG _____,
CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do
estudo intitulado “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO
PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação
Humana Integral”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha
participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Destaco que fui devidamente
informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela
envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha
participação no estudo.

Angical do Piauí, PI, _____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso do(a)
participante

Pesquisadora
responsável Jalva Lilia
Rabelo de SousaCPF
338.366.982-34

Pesquisadora
Assistente Laise Nunes
da ConceiçãoCPF
042.267.133-97

**APÊNDICE G - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA OS EGRESSOS E ALUNOS MAIORES DE IDADE**

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral”** que está sendo desenvolvida pela mestrandia Laise Nunes da Conceição, Matrícula 20231PROFEPT0013, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão da Professora Doutora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, docente do programa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras responsáveis deste estudo:

- Mestranda Laise Nunes da Conceição, Telefone (86) 99538-9347, e-mail laise.conceicao@ifpi.edu.br.
- Supervisora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, Telefone (86) 99985-3772, e-mail jalva@ifpi.edu.br.

Você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas. Endereço do Comitê de Ética: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Uninovafapi CEP/UNINOVAFAPI – Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123, Uruguai, Teresina, PI. Telefone: (86) 2106-0738, E-mail: cep@uninovafapi.edu.br. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender,

por meio da memória das pessoas que compõem a história do IFPI/campus Angical do Piauí, como os princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica estão subsidiando a prática da instituição, especialmente, quando trata-se da formação humana integral de seus estudantes e egressos. O objetivo deste estudo é compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral no período de 2010 a 2023, por meio da história e da memória do IFPI-Campus Angical do Piauí. Com o intuito de atingir o objetivo proposto, serão realizadas entrevistas gravadas em local, data e horário escolhidos conjuntamente com os participantes, priorizando as opções do entrevistado. Haverá a necessidade de obtenção de registros sonoros e/ou audiovisuais da conversa, nesse caso solicitamos a concessão do uso de sua voz, conforme descrito abaixo:

() Permito a divulgação da minha /voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

As entrevistas serão realizadas de modo a minimizar os riscos, a fim de não provocar danos morais, financeiros ou físicos aos participantes. No entanto, por se tratar de uma investigação que envolve afloramentos de memórias de memórias, os questionamentos poderão causar desconforto emocional, tendo em vista que poderá despertar vivências pessoais. Sobre isso, esclarecemos a não obrigatoriedade em responder as perguntas e a possibilidade de desistência a qualquer momento, caso se sinta desconfortável. Sobre os risco de o participante compreender equivocadamente as perguntas, buscou-se utilizar palavras do cotidiano a fim de garantir o melhor entendimento da pergunta. Sobre o risco de ansiedade e cansaço a entrevista poderá ser suspensa e retomada em outro momento, a fim de garantir a integridade física e intelectual do participante. O participante poderá se retirar a qualquer momento da pesquisa, sem que isto o leve a qualquer penalidade. Conforme previsto nas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, não haverá qualquer tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo. Não terá custos para os participantes. Para os participantes deste estudo, acredita-se que o principal benefício é o Produto Educacional, visto que a proposta é encadear as narrativas dos entrevistados com os dados obtidos por meio de outras fontes. Suas narrativas constituirão a materialização da história e da memória da instituição. Os resultados desta

pesquisa poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas, etc., porém será garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato dos participantes. Os resultados deste estudo serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

Considerando, que li e estou ciente das informações acima citadas, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, concordando que os dados aqui obtidos serão utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Eu, _____,
inscrito(a) sob o RG _____
_____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar
do estudo intitulado **“HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição
da EPT para a Formação Humana Integral”**. Informo ter mais de 18 anos de idade
e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Destaco
que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa, os
procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e
benefícios decorrentes de minha participação no estudo.

Angical do Piauí, PI, _____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso do(a) participante

Pesquisadora responsável
Jalva Lilia Rabelo de Sousa
CPF 338.366.982-34

Pesquisadora Assistente
Laise Nunes da Conceição
CPF 042.267.133-97

**APÊNDICE H - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
PARA OS PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ALUNOS MENORES DE 18
(DEZOITO) ANOS**

Prezados(as) Pais ou Responsáveis,

Seu(Sua) filho(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral”** que está sendo desenvolvida pela mestrande Laise Nunes da Conceição, Matrícula 20231PROFEPT0013, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão da Professora Doutora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, docente do programa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você autorizar seu(sua) filho(a) a fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você e seu(sua) filho(a) não serão penalizados(as) de forma alguma. Se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras responsáveis deste estudo:

- Mestranda Laise Nunes da Conceição, Telefone (86) 99538-9347, e-mail laise.conceicao@ifpi.edu.br.
- Supervisora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, Telefone (86) 99985- 3772, e-mail jalva@ifpi.edu.br.

Você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas. Endereço do Comitê de Ética: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Uninovafapi CEP/UNINOVAFAPI – Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123, Uruguai, Teresina, PI. Telefone: (86) 2106-0738, E-mail: cep@uninovafapi.edu.br. Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender, por meio da memória das pessoas que compõem a história do

IFPI/campus Angical do Piauí, como os princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica estão subsidiando a prática da instituição, especialmente, quando trata-se da formação humana integral de seus estudantes e egressos. O objetivo deste estudo é compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral no período de 2010 a 2023, por meio da história e da memória do IFPI-Campus Angical do Piauí. Com o intuito de atingir o objetivo proposto, serão realizadas entrevistas gravadas em local, data e horário escolhidos conjuntamente com os participantes, priorizando as opções do entrevistado. Haverá a necessidade de obtenção de registros sonoros e/ou audiovisuais da conversa, nesse caso solicitamos a concessão do uso da voz de seu(sua) filho(a), conforme descrito abaixo:

- () Permito a divulgação da voz/opinião de meu(minha) filho(a) nos resultados publicados da pesquisa;
- () Não permito a publicação da voz/opinião de meu(minha) filho(a) nos resultados publicados da pesquisa.

As entrevistas serão realizadas de modo a minimizar os riscos, a fim de não provocar danos morais, financeiros ou físicos aos participantes. No entanto, por se tratar de uma investigação que envolve afloramentos de memórias de memórias, os questionamentos poderão causar desconforto emocional, tendo em vista que poderá despertar vivências pessoais. Sobre isso, esclarecemos a não obrigatoriedade em responder as perguntas e a possibilidade de desistência a qualquer momento, caso se sinta desconfortável. Sobre os riscos de o participante compreender equivocadamente as perguntas, buscou-se utilizar palavras do cotidiano a fim de garantir o melhor entendimento da pergunta. Sobre o risco de ansiedade e cansaço a entrevista poderá ser suspensa e retomada em outro momento, a fim de garantir a integridade física e intelectual do participante. O participante poderá se retirar a qualquer momento da pesquisa, sem que isto o leve a qualquer penalidade. Conforme previsto nas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, não haverá qualquer tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo. Não terá custos para os participantes. Para os participantes deste estudo, acredita-se que o principal benefício é o Produto Educacional, visto que a proposta é encadear as narrativas dos entrevistados com os dados obtidos por meio de outras fontes. Suas narrativas constituirão a

materialização da história e da memória da instituição. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas, etc., porém será garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato dos participantes. Os resultados deste estudo serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

Considerando, que li e estou ciente das informações acima citadas, declaro o meu consentimento na participação de meu(minha) filho(a) na pesquisa, concordando que os dados aqui obtidos serão utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Eu, _____,
inscrito(a) _____ sob _____ o _____ RG _____ CPF _____

_____, abaixo assinado, autorizo a participação de meu(minha) filho(a) no estudo intitulado “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral”. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que a participação do meu (minha) filho (filha) nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pelas pesquisadoras(a) responsáveis, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a participação do meu (minha) filho (filha) no projeto de pesquisa acima descrito.

Angical do Piauí, PI, _____ de _____ de _____.

Assinatura por extenso do(a) participante

Pesquisadora responsável
Jalva Lilia Rabelo de Sousa
CPF 338.366.982-34

Pesquisadora Assistente
Laise Nunes da Conceição
CPF 042.267.133-97

APÊNDICE I -TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) PARA OS ALUNOS MENORES DE IDADE

Prezado(a) Participante,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral” que está sendo desenvolvida pela mestrandia Laise Nunes da Conceição, Matrícula 20231PROFEPT0013, do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), campus Parnaíba. O estudo está sob supervisão da Professora Doutora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, docente do programa. Durante as entrevistas os participantes menores de idade estarão acompanhados de seus pais ou responsáveis. Na ocasião será solicitada a autorização de seu responsável para a realização da entrevista. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelas pesquisadoras responsáveis deste estudo:

- Mestranda Laise Nunes da Conceição, Telefone (86) 99538-9347, e-mail laise.conceicao@ifpi.edu.br.
- Supervisora Jalva Lilia Rabelo de Sousa, Telefone (86) 99985-3772, e-mail jalva@ifpi.edu.br.

Você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas. Endereço do Comitê de Ética: Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Uninovafapi CEP/UNINOVAFAPI – Rua Vitorino Orthiges Fernandes, 6123, Uruguai, Teresina, PI. Telefone: (86) 2106-0738, E-mail: cep@uninovafapi.edu.br. Este estudo justifica-se pela necessidade de

compreender, por meio da memória das pessoas que compõem a história do IFPI/campus Angical do Piauí, como os princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica estão subsidiando a prática da instituição, especialmente, quando trata-se da formação humana integral de seus estudantes e egressos. O objetivo deste estudo é compreender as contribuições da EPT para a formação humana integral no período de 2010 a 2023, por meio da história e da memória do IFPI-Campus Angical do Piauí. Com o intuito de atingir o objetivo proposto, serão realizadas entrevistas gravadas em local, data e horário escolhidos conjuntamente com os participantes, priorizando as opções do entrevistado. Haverá a necessidade de obtenção de registros sonoros e/ou audiovisuais da conversa, nesse caso solicitamos a concessão do uso de sua voz, conforme descrito abaixo:

() Permito a divulgação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

As entrevistas serão realizadas de modo a minimizar os riscos, a fim de não provocar danos morais, financeiros ou físicos aos participantes. No entanto, por se tratar de uma investigação que envolve afloramentos de memórias, os questionamentos poderão causar desconforto emocional, tendo em vista que poderá despertar vivências pessoais. Sobre isso, esclarecemos a não obrigatoriedade em responder as perguntas e a possibilidade de desistência a qualquer momento, caso se sinta desconfortável. Sobre o risco de o participante compreender equivocadamente as perguntas, buscou-se utilizar palavras do cotidiano a fim de garantir o melhor entendimento. Sobre o risco de ansiedade e cansaço a entrevista poderá ser suspensa e retomada em outro momento, a fim de garantir a integridade física e intelectual do participante. O participante poderá se retirar a qualquer momento da pesquisa, sem que isto o leve a qualquer penalidade. Conforme previstas nas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, não haverá qualquer tipo de compensação financeira por sua participação neste estudo. Não terá custos para os participantes. Para os participantes deste estudo, acredita-se que o principal benefício é o Produto Educacional, visto que a proposta é encadear as narrativas dos entrevistados com os dados obtidos por meio de outras fontes. Suas narrativas constituirão a materialização da história e da

memória da instituição. Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em encontros, revistas científicas, etc., porém será garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato dos participantes. Os resultados deste estudo serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

Considerando, que li e estou ciente das informações acima citadas, declaro o meu assentimento em participar da pesquisa, concordando que os dados aqui obtidos serão utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Eu, _____, inscrito (a) sob o RG/CPF _____, abaixo assinado, autorizo a participação do meu (minha) filho (filha) _____ no estudo intitulado “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ: O IFPI-Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral”. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que a participação do meu (minha) filho (filha) nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado (a) e esclarecido (a), pelas pesquisadoras (a) responsáveis, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a participação do meu (minha) filho (filha) no projeto de pesquisa acima descrito.

Teresina, _____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante

Assinatura por extenso do(a) pai/mãe ou responsável

Pesquisadora responsável
Jalva Lília Rabelo de Sousa
CPF 338.366.982-34

Pesquisadora Assistente
Laise Nunes da Conceição
CPF 042.267.133-97

APÊDICE J - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

E-book: Instituto Federal do Piauí - Campus Angical do Piauí: trajetória e contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense.

Pesquisadora: Laise Nunes da Conceição

Professora Orientadora: Dr.^a Jalva Lilia Rabelo de Sousa

Prezados(as) Participantes,

Primeiramente, gostaríamos de agradecer a sua participação em nossa pesquisa, seus relatos e percepções foram essenciais para a concretização deste objetivo.

Este questionário têm como objetivo compreender a sua percepção sobre o E-Book intitulado: **Instituto Federal do Piauí - Campus Angical do Piauí: trajetória e contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense**, Produto Educacional desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), IFPI Campus Parnaíba.

Este, trabalho é parte da pesquisa de Dissertação intitulada História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica no Piauí: o IFPI - Campus Angical do Piauí e a contribuição da EPT para a Formação Humana Integral, e tem como objetivos materializar a história e a memória do IFPI - Campus Angical do Piauí mediante narrativas, e registrar a trajetória e as contribuições da Instituição na perspectiva dos atores envolvidos.

Desde já, agradecemos a sua colaboração!

Laise Nunes da Conceição e Jalva Lilia Rabelo de Sousa

Pergunta 1 - O E-book consegue atender ao objetivo de materializar a história e a memória do IFPI - Campus Angical do Piauí mediante narrativas?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Pergunta 2 - O E-Book consegue atender ao objetivo de registrar a trajetória e as contribuições da Instituição na perspectiva dos atores envolvidos?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Pergunta 3 - O E-book apresenta um texto atrativo e de fácil compreensão?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Pergunta 4 - Na sua percepção, o E-book é aplicável como material complementar em aulas sobre Educação Profissional e Tecnológica?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Pergunta 5 - A linguagem apresentada no E-Book apresenta de forma clara e concisa a trajetória do campus e suas contribuições para a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Pergunta 6 - Quanto a organização geral do e-book: layout, fonte e tamanho das letras, imagens e design, está adequada?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Pergunta 7 - O E-book apresenta um aprofundamento do tema proposto?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Pergunta 8 - A sequência das informações no Produto Educacional contribuiu para a compreensão do seu conteúdo?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Pergunta 9 - Na sua percepção, O E-book pode auxiliar o planejamento e o desenvolvimento de práticas pedagógicas direcionadas a uma formação humana e integral dos estudantes no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica?

- Atende
- Não atende
- Atente parcialmente

Deixamos esse espaço para comentários e sugestões.